

PREGÃO

ELETRÔNICO

90006/2026-AG

CONTRATANTE (UASG)

ADMINISTRAÇÃO GERAL - CAMPUS DE BOTUCATU (102311)

OBJETO

Registro de preços para contratação futura para a prestação de serviços não contínuos especializados de manutenção predial.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 1.109.936,12 (um milhão, cento e nove mil, novecentos e trinta e seis reais e doze centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 13/05/2026 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

maior desconto

MODO DE DISPUTA:

aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO" UNESP –
ADMINISTRAÇÃO GERAL DO CAMPUS DE BOTUCATU****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026-AG**

(Processo Administrativo nº 82/2026-AG)

Torna-se público que a UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO" UNESP, por meio da ADMINISTRAÇÃO GERAL DO CAMPUS DE BOTUCATU, sediada na Rua Professor Dr. Mauro Rodrigues de Oliveira, s/nº, Bairro: UNESP – Câmpus de Botucatu, no Estado de São Paulo, CEP: 18.618-688, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o Registro de preços para contratação futura para a prestação de serviços não contínuos especializados de manutenção predial, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme definido no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Trata-se de licitação para registro de preços, em que as regras referentes aos órgãos ou entidades gerenciador e participante(s), bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços apresentada como Anexo deste Edital

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no subitem anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1.1. Considerando o valor estimado para os grupos 1 e 2, a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7.pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8.agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9.aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1.A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11.1. Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o percentual de desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos subitens 4.5.1 e 4.5.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que item objeto desta licitação tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, no item 3.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no subitem 4.4.1 ou no subitem 4.4.2, o licitante deverá assinalar o campo "não", por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do

campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada.

4.4.6.O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. A falsidade da declaração de que trata os subitens 4.3 a 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. *Valor unitário e total do item;*

5.1.2. *Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo especificado na documentação que constitui Anexo deste Edital*

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. *Nesta licitação para registro de preços, o licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para futura contratação, nos termos da documentação que constitui Anexo deste Edital*

5.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.7. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.7.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.7.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.9.1. Caso seja definido no início deste Edital o critério de julgamento por maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos na subdivisão acima.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.11. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de *percentual de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de 1% (*um por cento*).
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.
- 6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
 - 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
 - 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
 - 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.
 - 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
 - 6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.
- 6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.
- 6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).
- 6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no *caput* do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na [Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento](#);

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer inferior ao desconto mínimo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. Neste certame para registro de preços, tratando-se de licitação por grupos de itens:

6.20.1.1. serão observados como critério de aceitabilidade de preços unitários máximos:

a) R\$ 1.060.770,37;

b) R\$ 49.165,75;

6.20.1.2. a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou entidade contratante.

6.20.2. Nesta licitação para registro de preços, não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de realização ou entrega, ou qualquer outro motivo.

6.20.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.6. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>); e

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

7.1.7.Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNICAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.1.A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.2.O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.3.Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1.Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2.Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1.contiver vícios insanáveis;

7.7.2.não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3.apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4.não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5.apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Serão considerados indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1.A inexecuibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Considerando que o custo global estimado do objeto licitado é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11. O licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, nos termos do disposto no § 5º do art. 56 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.12.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1.A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

- 8.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 8.1.3. Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio em subdivisão do item 3, para efeito de habilitação técnica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.
- 8.1.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.
- 8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.
- 8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).
- 8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8.1.A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1.Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 64](#)):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá

comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, conforme minuta que integra este Edital como Anexo, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.1.2. A ata de registro de preços será assinada com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável, e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.2. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes na documentação que integra este Edital, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.3. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.4. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

9.5. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas neste item 9, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, observado o disposto no item 10 deste Edital.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

a) dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

b) dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. As contratações respeitarão a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário na forma da alínea "a" da subdivisão anterior não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão, na ordem de classificação, aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista na documentação que integra este Edital, poderá:

- a) convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- b) adjudicar e celebrar a contratação nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observados o disposto neste item 10 e a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição

do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados através de solicitação e recebimento pelo e-mail materiais.btu@unesp.br.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

- 12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
- 12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
- 12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
- 12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:
 - 12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos pela Administração;
- 12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fundamento na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.

12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da

Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no [art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos,

o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.21. *Tratando-se de licitação para registro de preços:*

12.21.1. *Será da competência do órgão ou entidade gerenciadora, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório, do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;*

12.21.2. *Será da competência do respectivo órgão ou entidade participante, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;*

12.21.3. *O órgão ou entidade participante deverá informar ao órgão ou entidade gerenciadora as ocorrências descritas na subdivisão anterior.*

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: e-mail materiais.btu@unesp.br

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet: <https://ape.unesp.br/licitacao>, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.6. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.7. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.10. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.10.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.10.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.11. Em relação à disciplina acerca de programas de integridade, será observado o disposto no [Decreto estadual nº 69.861, de 11 de setembro de 2025](#), e na [Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026](#), quando for o caso.

14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico <https://ape.unesp.br/licitacao>.

14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.15.1. ANEXO I - Termo de Referência;

Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;

14.15.2. ANEXO II – Minuta de Nota de Empenho;

14.15.3. ANEXO III – Portaria UNESP nº 135, de 20 de dezembro de 2023;

14.15.4. ANEXO IV – Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;

14.15.5. ANEXO V – Modelo(s) de Declaração(ões);

14.15.6. ANEXO VI - Modelos referentes à vistoria prévia;

14.15.7. ANEXO VII - Planilha de preços oficiais;

14.15.8. ANEXO VIII – Minuta de Ata de Registro de Preços.

Botucatu, de 27 abril de 2026.

Documento assinado digitalmente
gov.br JULIANO CONTIN VENTRELLA
Data: 27/04/2026 17:28:57-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Juliano Contin Ventrella
Diretor Técnico Administrativo
UNESP – Administração Geral do Câmpus de Botucatu

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

Termo de Referência 24/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
24/2026	102311-ESP-UNESP-ADMINISTRACAO GERAL-C. BOTUCATU	LEILA GOMES SANTOS	27/04/2026 09:41 (v 0.8)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado	170/2026	82/2026-AG

1. Condições gerais da contratação

1.1. Registro de preços para a prestação de serviços não contínuos especializados de manutenção predial, abrangendo, de forma integrada, os serviços de manutenção predial geral correspondentes aos lotes 1 a 4 da planilha referenciada, bem como, em item específico, os serviços de manutenção de calhas, correspondentes ao lote 5 da planilha, para atendimento do Câmpus de Rubião Júnior e da Fazenda Experimental Lageado (UNESP – Câmpus de Botucatu), com serviços executados sob demanda, nos termos da tabela/planilha de itens que integra este Termo de Referência, conforme condições e exigências aqui estabelecidas.

ITENS	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QTDE 12 MESES	UNID.	PR. UNIT	PREÇO DO SERV.
1			CIVIL, SISTEMAS ESTRUTURAIS, VEDAÇÕES E COMPLEMENTOS CATSERV 1619				R\$ 549.351,19
1.1	CDHU	34.01.020	LIMPEZA E REGULARIZAÇÃO DE ÁREAS	10,00	m²	2,27	27,90
1.2	CDHU	02.09.030	Limpeza manual do terreno, inclusive troncos até 5 cm de diâmetro, com caminhão à disposição dentro da obra, até o raio de 1 km	5,00	m²	8,34	51,30
1.3	CDHU	34.02.100	Plantio de grama esmeralda em placas (jardins e canteiros)	5,00	m²	19,58	120,40
1.4	CDHU	34.13.011	Corte, recorte e remoção de árvore inclusive as raízes - diâmetro (DAP)>5cm<15cm	50,00	un	283,36	17.426,50

1.5	CDHU	34.13.021	Corte, recorte e remoção de árvore inclusive as raízes - diâmetro (DAP)>15cm<30cm	50,00	un	790,68	48.627,00
1.6	CDHU	05.07.050	REMOÇÃO DE ENTULHO COM CAÇAMBA METÁLICA	15,00	m³	131,82	2.432,10
1.7	CDHU	06.02.020	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALAS ATÉ 1,50 M	15,00	m³	68,13	1.257,00
1.8	CDHU	06.11.040	REATERRO COMPACTADO DE VALAS	15,00	m³	21,19	390,90
1.9	CDHU	07.02.020	ESCAVAÇÃO MECANIZADA ATÉ 2,00 M	15,00	m³	11,43	210,90
1.10	CDHU	07.11.020	REATERRO MECANIZADO	15,00	m³	7,49	138,15
1.11	SINAPI	94319	FORNECIMENTO DE SOLO ARGILO-ARENOSO INCLUSO TRANSPORTE	3,00	m³	89,50	330,27
1.12	CDHU	14.04.200	ALVENARIA DE TIJOLO CERÂMICO 9CM USO REVESTIDO	10,00	m²	76,54	941,40
1.13	CDHU	14.04.210	ALVENARIA DE TIJOLO CERÂMICO 14CM USO REVESTIDO	10,00	m²	87,33	1.074,20
1.14	CDHU	14.04.220	ALVENARIA DE TIJOLO CERÂMICO 19CM USO REVESTIDO	10,00	m²	101,80	1.252,10
1.15	CDHU	14.01.060	ALVENARIA DE EMBASAMENTO EM BLOCOS DE CONCRETO 19x19x39 CLASSE A	10,00	m²	144,11	1.772,60
1.16	CDHU	14.10.111	ALVENARIA COM BLOCO DE CONCRETO VEDAÇÃO 14x19x39 CM CLASSE C	10,00	m²	100,06	1.230,70
1.17	CDHU	14.10.121	ALVENARIA COM BLOCO DE CONCRETO VEDAÇÃO 19x19x39 CM CLASSE C	10,00	m²	119,53	1.470,20
1.18	CDHU	14.11.221	ALVENARIA COM BLOCO DE CONCRETO ESTRUTURAL 14x19x39 CM CLASSE B	10,00	m²	119,14	1.465,40
1.19	CDHU	14.11.231	ALVENARIA COM BLOCO DE CONCRETO ESTRUTURAL 19x39x39 CM CLASSE B	15,00	m²	132,48	2.444,25

1.20	CDHU	14.30.310	DIVISÓRIA EM PLACAS DE GESSO ACARTONADO RF 30 ESP.100/70 MM 1ST /1ST	10,00	m²	171,17	2.105,40
1.21	CDHU	22.02.100	FORRO EM PAINÉIS DE GESSO ACARTONADO ACABAMENTO LISO COM PELÍCULA EM PVC, 625 x 1225 MM, ESP. 9,5 MM, REMOVÍVEL	10,00	m²	105,20	1.294,00
1.22	FDE	10.01.049	FORRO DE GESSO ACARTONADO INCLUSIVE ESTRUTURA	10,00	m²	127,87	1.572,80
1.23	SIURB	12001043	FORRO DE GESSO ACARTONADO TIPO FGE	10,00	m²	122,54	1.507,20
1.24	SIURB	12001040	FORRO DE GESSO COMUM	10,00	m²	122,67	1.508,80
1.25	SINAPI	97641	REMOÇÃO DE FORRO DE GESSO	10,00	m²	4,15	51,00
1.26	CDHU	17.02.020	CHAPISCO	10,00	m²	7,73	95,10
1.27	CDHU	17.02.120	EMBOÇO PAULISTA (MASSA ÚNICA)	10,00	m²	24,69	303,70
1.28	SIURB	130.02.042	PISO CERÂMICO ESMALTADO (PEI 5) ASSENTADO COM ARGAMASSA COLANTE	5,00	m²	104,69	643,85
1.29	SIURB	130.02.039	PISO CERÂMICO NÃO ESMALTADO ANTI DERRAPANTE (PEI 5) ASSENTADO COM ARGAMASSA COLANTE	10,00	m²	245,50	3.019,70
1.30	CDHU	18.11.022	REVESTIMENTO CERÂMICO INCL. REJUNTAMENTO	50,00	m²	139,72	8.593,00
1.31	SINAPI	87265	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 20 X 20 CM APLICADAS NA ALTURA INTEIRA DAS PAREDES.	10,00	m²	63,00	774,90
1.32	SIURB	11002029	AZULEJOS, JUNTA AMARRAÇÃO OU A PRUMO -ASSENTES COM ARGAMASSA COLANTE	50,00	m²	74,28	4.568,00
1.33	SIURB	13003009	RODAPÉ CERÂMICO 5 CM A 7 CM INCL. REJUNTAMENTO	50,00	m²	27,61	1.698,00

1.34	SIURB	17060030	RETIRADA DE LAJOTAS PRÉ-MOLDADAS DE CONCRETO	5,00	m²	18,12	111,45
1.35	CDHU	03.01.250	DEMOLIÇÃO MECANIZADA DE PISO	10,00	m²	30,76	378,30
1.36	CDHU	03.03.060	DEMOLIÇÃO MANUAL DE PISO	10,00	m²	11,36	139,70
1.37	CDHU	03.02.040	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA INCLUSIVE REVESTIMENTO EM MASSA	10,00	m²	6,81	83,80
1.38	CDHU	03.04.020	DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO INCLUSIVE A BASE	3,00	m³	13,63	50,28
1.39	CDHU	03.03.040	DEMOLIÇÃO EM REVESTIMENTO EM MASSA DE PAREDE OU TETO	10,00	m²	6,81	83,80
1.40	CDHU	17.05.020	PISO COM REQUADRO EM CONCRETO SEM CONTROLE FCK	15,00	m²	973,00	17.951,85
1.41	CDHU	17.05.070	PISO DE CONCRETO FCK 20 MPA COM CONTROLE FCK	3,00	m³	1.049,49	3.872,61
1.42	CDHU	10.02.020	ARMADURA EM TELA SOLDADA DE AÇO	8,00	kg	9,85	96,96
1.43	CDHU	54.04.350	PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTA DE CONCRETO 35 MPA ESPESSURA 8 CM TIPOS: RAQUETE, RETANGULAR, SEXTAVADO E 16 FACES	5,00	m²	126,35	777,05
1.44	FDE	13.80.018	REPARO COMPLETO EM GRANILITE-RASPAGEM/ESTUCAMENTO/POLIMENTO	10,00	m²	56,21	691,40
1.45	SINAPI	104162	PISO EM GRANILITE, MARMORITE OU GRANITINA EM AMBIENTES INTERNOS, COM ESPESSURA DE 8 MM, INCLUSO MISTURA EM BETONEIRA, COLOCAÇÃO DAS JUNTAS, APLICAÇÃO DO PISO, 4 POLIMENTOS COM POLITRIZ, ESTUCAMENTO, SELADOR E CERA. AF_02 /2026_PE	50,00	m²	114,17	7.021,50
1.46	FDE	13.02.069	PORCELANATO ESMALTADO	10,00	m²	189,60	2.332,10
1.47	FDE	02.05.050	CONCRETO GROUT	3,00	m³	597,72	2.205,60

1.48	CDHU	54.06.040	GUIA DE CONCRETO PRÉ-FABRICADA	20,00	m	61,54	1.513,80
1.49	CDHU	33.01.280	REPAROS EM TRINCAS ATÉ 5 MM COM MASSA ACRÍLICA E TELA DE POLIÉSTER	20,00	m	54,47	1.340,00
1.50	FDE	15.50.002	REMOÇÃO DE OLEO, ESMALTE, LATEX, ACRILICOEM PAREDES COM LIXAMENTO	20,00	m	4,31	106,00
1.51	SIURB	15050010	REMOÇÃO DE PINTURA EM ESQUADRIAS E FORROS DE MADEIRA - LIXA	10,00	m²	10,48	128,90
1.52	SIURB	15050020	REMOÇÃO DE PINTURA EM ESQUADRIAS E PEÇAS DE SERRALHERIA - LIXA	10,00	m²	9,98	122,80
1.53	CDHU	33.02.080	APLICAÇÃO E LIXAMENTO DE MASSA CORRIDA ACRÍLICA	10,00	m²	19,11	235,10
1.54	CDHU	33.10.060	PINTURA EPÓXI INCLUSIVE FUNDO PREPARADOR	10,00	m²	144,63	1.778,90
1.55	CDHU	33.10.030	PINTURA ACRÍLICA ANTIMOFO INCLUSIVE FunO PREPARADOR	700,00	m²	37,53	32.312,00
1.56	CDHU	33.10.020	PINTURA LÁTEX PVA INCLUSIVE FUNDO PREPARADOR	700,00	m²	31,94	27.503,00
1.57	CDHU	33.06.020	PINTURA ACRÍLICA EM PISO	700,00	m²	28,59	24.619,00
1.58	FDE	15.80.060	ESMALTE EM ESTRUTURAS METÁLICAS INCLUSIVE PREPARO E RETOQUE DE ZARCÃO	10,00	m²	21,30	262,00
1.59	SIURB	15002011	PINTURA ESMALTE EM SUPERFÍCIES DE MADEIRA INCLUSIVE FUNDO E EMASSAMENTO	10,00	m²	62,65	770,60
1.60	SIURB	15003014	PINTURA ESMALTE EXTERIOR DE CALHAS RUFOS E CONDUTORES	10,00	m²	19,18	235,90
1.61	SIURB	17003072	DEMARCAÇÃO E PINTURA DE FAIXAS COM BORRACHA CLORADA ATÉ 10 CM	10,00	m²	8,52	104,80
1.62	CDHU	33.03.740	PINTURA EM RESINA ACRÍLICA PARA PAREDES DE TIJOLO A VISTA	10,00	m²	32,83	403,80

1.63	CDHU	23.20.100	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE BATENTES EM MADEIRA	20,00	m	56,07	1.379,40
1.64	CDHU	23.20.120	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE GUARNIÇÃO EM MADEIRA	20,00	m	9,36	230,20
1.65	CDHU	23.20.170	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PORTA LISA FOLHEADA EM MADEIRA	10,00	m²	157,91	1.942,30
1.66	CDHU	04.08.020	RETIRADA DE FOLHAS EM ESQUADRIAS DE MADEIRA	2,00	un	25,18	61,94
1.67	SIURB	7060002	RETIRADA DE BATENTES DE MADEIRA	20,00	m	69,61	1.712,40
1.68	SIURB	8060005	RETIRADA DE BATENTES METÁLICOS	2,00	un	69,61	171,24
1.69	CDHU	04.09.020	RETIRADA DE ESQUADRIAS METÁLICAS EM GERAL, PORTAS OU CAIXILHOS	10,00	m²	35,25	433,60
1.70	CDHU	24.01.010	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CAIXILHO DE FERRO FIXO SOB MEDIDA	10,00	m²	572,83	7.045,80
1.71	CDHU	24.01.030	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CAIXILHO DE FERRO BASCULANTE SOB MEDIDA	5,00	m²	1.531,22	9.417,00
1.72	CDHU	24.01.100	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CAIXILHO DE FERRO TIPO VENEZIANA LINHA COMERCIAL	10,00	m²	412,75	5.076,80
1.73	SIURB	24.01.070	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CAIXILHO DE FERRO DE CORRER SOB MEDIDA	10,00	m²	941,95	11.586,00
1.74	CDHU	24.02.450	GRADE DE PROTEÇÃO PARA CAIXILHOS	4,00	m²	1.530,63	7.530,68
1.75	CDHU	25.01.400	CAIXILHO EM ALUMÍNIO ANODIZADO, FIXO, COM VENTILAÇÃO PERMANENTE	10,00	m²	650,65	8.003,00
1.76	CDHU	25.01.410	CAIXILHO EM ALUMÍNIO ANODIZADO - PIVOTANTE	10,00	m²	1.062,96	13.074,40
1.77	CDHU	26.01.040	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE VIDRO COMUM 4MM	10,00	m²	168,71	2.075,10

1.78	CDHU	26.01.060	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE VIDRO COMUM 5MM	10,00	m²	177,25	2.180,20
1.79	CDHU	26.01.080	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE VIDRO COMUM 6MM	10,00	m²	210,27	2.586,30
1.80	CDHU	04.14.020	RETIRADA DE VIDRO OU ESPELHO COM RASPAGEM DA MASSA OU RETIRADA DE BAGUETE	10,00	m²	16,56	203,70
1.81	FDE	08.82.060	LIMPEZA DE CANALETAS DE ÁGUAS PLUVIAIS	200,00	m	5,58	1.372,00
1.82	CDHU	55.01.030	LIMPEZA COMPLEMENTAR COM HIDROJATEAMENTO	25,00	m²	9,46	291,00
1.83	CDHU	02.05.100	MONTAGEM DE ANDAIMES TUBULAR FACHADEIRO ALTURA ATÉ 20 M	10,00	m²	34,91	429,40
1.84	CDHU	02.05.090	Montagem e desmontagem de andaime tubular fachadeiro com altura até 10 m	10,00	m²	13,83	170,10
1.85	CDHU	02.05.212	ANDAIME TUBULAR FACHADEIRO COM PISO METÁLICO, SAPATAS AJUSTÁVEIS E ESCADA DE ACESSO	5,00	m²/mês	25,38	156,10
1.86	SIURB	10014075	TAMPO PARA BANCADA ÚMIDA - GRANITO CINZA ANDORINHA - ESPESSURA 2CM	5,00	m²	631,46	3.883,50
1.87	CDHU	29.01.230	CANTONEIRA E PERFIS EM FERRO	5,00	kg	27,46	168,90
1.88	CDHU	29.01.210	CANTONEIRA EM AÇO GALVANIZADO	5,00	kg	32,27	198,45
1.89	CDHU	29.01.030	PERFIL EM ALUMÍNIO NATURAL	5,00	kg	116,70	717,70
1.90	SINAPI	90447	RASGO EM ALVENARIA P/ TUBULAÇÕES ATÉ 40MM	20,00	m	12,94	318,40
1.91	CDHU	91222	RASGO EM ALVENARIA P/ TUBULAÇÕES MAIORES QUE 40 ATÉ 75 MM	20,00	m	12,87	316,60
1.92	CDHU	11.05.040	ARGAMASSA GRAUTE	3,00	m³	450,56	1.662,57
1.93	CDHU	02.03.030	PROTEÇÃO DE SUPERFÍCIES EM GERAL COM PLÁSTICO BOLHA	10,00	m²	2,85	35,10

1.94	CDHU	02.03.240	PROTEÇÃO DE PISO COM TECIDO DE ANIAGEM	10,00	m²	17,85	219,60
1.95	CDHU	02.03.120	TAPUME FIXO PARA FECHAMENTO DE ÁREA COM PORTÃO	2,00	m²	108,01	265,70
1.96	SIURB	17004020	LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA ATÉ 1000 LITROS	7,50	un	77,67	716,48
1.97	SIURB	17004021	LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA DE 1001 ATE 10.000 LITROS	3,75	un	207,13	955,39
1.98	SIURB	17004022	LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA ACIMA DE 10.000 LITROS	0,25	un	466,05	143,31
1.99	CDHU	11.18.040	LASTRO DE PEDRA BRITADA	3,00	m³	219,03	808,23
1.100	CDHU	11.18.060	LONA PLÁSTICA	10,00	m²	2,09	25,70
1.101	SIURB	2002016	LASTRO DE CONCRETO 150 kg CIM/M³	3,00	m³	555,14	2.048,46
1.102	CDHU	12.01.041	BROCA DE CONCRETO ARMADO DIÂMETRO DE 25 CM COMPLETA	20,00	m	85,64	2.106,80
1.103	CDHU	10.01.040	ARMADURA EM BARRA DE AÇO CA 50 (A OU B) fyk+ 500 Mpa	5,00	kg	10,14	62,35
1.104	CDHU	10.01.060	ARMADURA EM BARRA DE AÇO CA 60 (A OU B) fyk+ 600 MPa	5,00	kg	10,47	64,40
1.105	SIURB	2003001	FORMA COMUM DE TABUAS DE PINUS	10,00	m²	89,88	1.105,50
1.106	CDHU	11.01.100	CONCRETO USINADO FCK 20 Mpa	3,00	m³	495,76	1.829,34
1.107	CDHU	11.01.130	CONCRETO USINADO FCK 25 Mpa	3,00	m³	519,37	1.916,49
1.108	CDHU	11.03.090	CONCRETO PREPARADO NO LOCAL FCK 20 MPA	3,00	m³	557,20	2.056,08
1.109	CDHU	11.16.060	LANÇAMENTO E ADENSAMENTO DE CONCRETO	3,00	m³	132,30	488,19
			LAJE PRÉ-FABRICADA MISTA VIGOTA TRELIÇADA UNIDIRECIONAL - LT 12 (8 +4)				

1.110	FDE	03.03.018	E CAPA DE CONCRETO 20 Mpa INCLUSIVE ESCORAMENTO	10,00	m²	158,63	1.951,10
1.111	CPOS	49.03.020	CAIXA EM ALVENARIA 60 X 60 X 60 CM INTERNO INCLUSIVE TAMPA	2,00	un	376,34	925,80
1.112	SIURB	1004050	CAIXA DE INSPEÇÃO EM ALVENARIA ½ TIJOLO COMUM	10,00	m²	307,63	3.783,80
1.113	SIURB	1004051	CAIXA DE INSPEÇÃO EM ALVENARIA 1 TIJOLO COMUM	10,00	m²	434,92	5.349,50
1.114	SIURB	1004052	CAIXA DE INSPEÇÃO EM ALVENARIA - TAMPA DE CONCRETO 5 CM	10,00	m²	273,06	3.358,60
1.115	SIURB	1004049	CAIXA DE INSPEÇÃO EM ALVENARIA - LASTRO DE CONCRETO ESP. 10CM	10,00	m²	587,01	7.220,20
1.116	SIURB	10010094	CAIXA DE INSPEÇÃO EM ALVENARIA - ESCAVAÇÃO E APILOAMENTO	50,00	m²	69,91	4.299,50
1.117	FDE	04.60.012	RETIRADA DE PAINÉIS DIVISÓRIOS COM MONTANTES METÁLICOS (DRYWALL)	10,00	m²	7,52	92,50
1.118	CDHU	03.05.020	DEMOLIÇÃO MANUAL DE REVESTIMENTO SINTÉTICO, INCLUINDO A BASE	10,00	m²	9,08	111,70
1.119	CDHU	21.02.060	REVESTIMENTO VINÍLICO, ESPESSURA DE 3.2 MM PARA TRÁFEGO INTENSO, COM IMPERMEABILIZANTE ACRÍLICO	30,00	m²	276,20	10.191,90
1.120	CDHU	21.02.281	REVESTIMENTO VINÍLICO FLEXÍVEL EM MANTA HOMOGÊNEA, ESPESSURA DE 2 MM, COM IMPERMEABILIZANTE ACRÍLICO	30,00	m²	391,29	14.438,70
1.121	CDHU	19.01.064	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE GRANITO PARA SOLEIRA E PEITORIL	10,00	m²	216,10	2.658,00
1.122	SICRO3	3806386	GUARDA CORPO E CORRIMÃO METÁLICO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	20,00	m	759,64	18.687,20
1.123	CDHU	17.01.020	Argamassa de regularização e/ou proteção	3,00	m³	843,81	3.113,67
1.124	SINAPI	88630	ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA MÉDIA), PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_08/2019	3,00	m³	456,16	1.683,24

1.125	CDHU	03.01.020	Demolição manual de concreto simples	3,00	m³	249,81	921,81
1.126	SINAPI	94994	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 8 CM, ARMADO. AF_08/2022	5,00	m²	93,96	577,85
1.127	CDHU	04.03.040	Retirada de telhamento perfil e material qualquer, exceto barro	50,00	m²	9,08	558,50
1.128	CDHU	04.03.020	Retirada de telhamento em barro	50,00	m²	18,17	1.117,50
1.129	FDE	07.70.052	RECOLOCAÇÃO DE TELHA DE BARRO TIPO PLAN	50,00	m²	27,55	1.694,50
1.130	FDE	07.70.055	RECOLOCAÇÃO DE TELHA DE FIBROCIMENTO, PLÁSTICO OU ALUMÍNIO	50,00	m²	20,51	1.261,50
1.131	SINAPI	100329	RETIRADA E RECOLOCAÇÃO DE TELHA CERÂMICA DE ENCAIXE, COM MAIS DE DUAS ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	50,00	m²	30,19	1.856,50
1.132	SINAPI	100391	RETIRADA E RECOLOCAÇÃO DE CAIBRO DE MADEIRA EM TELHADOS DE MAIS DE 2 ÁGUAS COM TELHA CERÂMICA OU DE CONCRETO DE ENCAIXE, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_10/2025	50,00	m²	23,46	1.443,00
1.133	SINAPI	100390	RETIRADA E RECOLOCAÇÃO DE RIPA DE MADEIRA EM TELHADOS DE MAIS DE 2 ÁGUAS COM TELHA CERÂMICA OU DE CONCRETO DE ENCAIXE, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_10/2025	50,00	m²	32,08	1.973,00
1.134	CDHU	55.01.020	Limpeza final	25,00	m²	15,90	489,00
1.135	FDE	07.60.061	RETIRADA DE TELHAS OND DE FIBRO-CIM /PLAST OU ALUM/PLANA PRE FAB - S /REAPROV	300,00	m²	6,41	2.364,00
1.136	CDHU	16.12.060	Telhamento em chapa de aço pré-pintada, perfil trapezoidal, com espessura de 0,50mm e altura de 40mm	100,00	m²	113,51	13.962,00

1.137	CDHU	16.13.070	Telhamento em chapa de aço pré-pintada, tipo sanduíche, espessura de 0,50mm, com poliisocianurato (PIR)	100,00	m²	200,92	24.713,00
1.138	SINAPI	94218	TELHAMENTO COM TELHA ESTRUTURAL DE FIBROCIMENTO E= 8 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07 /2019_PS	50,00	m²	112,79	6.936,50
1.139	CDHU	16.02.030	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TELHA CERÂMICA	100,00	m²	71,89	8.842,00
1.140	CDHU	15.20.040	Recolocação de peças lineares em madeira com seção até 60 cm²	250,00	m	7,15	2.197,50
1.141	CDHU	04.02.020	Retirada de peças lineares em madeira com seção até 60 cm²	250,00	m	1,51	465,00
1.142	CDHU	15.20.020	Fornecimento de peças diversas para estrutura em madeira	1,00	m³	5.420,00	6.666,60
1.143	SIURB	6080001	REVISÃO GERAL DE TELHADOS DE BARRO, INCLUSIVE TOMADA DE GOTEIRA	1000,00	m²	10,98	13.510,00
1.144	SIURB	6080010	MADEIRAMENTO DE TELHADO, PADRÃO PEROBA - RIPAS 1,5X5CM	300,00	m	9,38	3.462,00
1.145	SIURB	6080012	MADEIRAMENTO DE TELHADO, PADRÃO PEROBA - CAIBROS 5X6CM	300,00	m	25,66	9.468,00
1.146	SIURB	6080016	MADEIRAMENTO DE TELHADO, PADRÃO PEROBA - VIGAS 6X12CM	120,00	m	72,33	10.676,40
1.147	CDHU	15.03.030	Fornecimento e montagem de estrutura em aço ASTM-A36, sem pintura	300,00	kg	28,72	10.599,00
1.148	CDHU	15.03.090	Montagem de estrutura metálica em aço, sem pintura	500,00	kg	6,47	3.980,00
1.149	CDHU	04.02.140	Retirada de estrutura metálica	1000,00	kg	2,53	3.110,00
1.150	CDHU	04.09.160	Retirada de entelamento metálico em geral	300,00	m²	4,79	1.767,00
2			INSTALAÇÕES HIDROSANITÁRIAS E PLUVIAIS				R\$ 354.143,51

			CATSERV 1627				
2.1	CDHU	46.01.020	TUBO DE PVC RÍGIDO, SOLDÁVEL (LINHA ÁGUA) - 25MM (¾") INCLUSIVE CONEXÕES	100,00	m	33,91	4.171,00
2.2	CDHU	46.01.030	TUBO DE PVC RÍGIDO, SOLDÁVEL (LINHA ÁGUA) - 32MM (1") INCLUSIVE CONEXÕES	100,00	m	41,70	5.129,00
2.3	CDHU	46.01.050	TUBO DE PVC RÍGIDO, SOLDÁVEL (LINHA ÁGUA) - 50MM (1 1/2")	100,00	m	54,38	6.689,00
2.4	SIURB	10005031	REGISTRO DE GAVETA , METAL CROMADO - ¾"	12,00	un	96,27	1.420,92
2.5	SIURB	10005032	REGISTRO DE GAVETA , METAL CROMADO - 1"	12,00	un	102,42	1.511,76
2.6	SIURB	10005033	REGISTRO DE GAVETA , METAL CROMADO - 1 ¼"	12,00	un	192,61	2.842,92
2.7	SIURB	10005051	REGISTRO DE PRESSÃO , METAL CROMADO - ¾	12,00	un	58,62	865,20
2.8	SIURB	10009030	TUBO DE PVC RÍGIDO, PONTA E BOLSA (LINHA ESGOTO) - 40MM (1 ½")	100,00	m	28,59	3.517,00
2.9	SIURB	10009031	TUBO DE PVC RÍGIDO, PONTA E BOLSA (LINHA ESGOTO) - 50MM (2")	100,00	m	37,37	4.597,00
2.10	SIURB	10009032	TUBO DE PVC RÍGIDO, PONTA E BOLSA (LINHA ESGOTO) - 75MM (3")	100,00	m	73,87	9.086,00
2.11	SIURB	10009033	TUBO DE PVC RÍGIDO, PONTA E BOLSA (LINHA ESGOTO) - 100MM (4")	100,00	m	51,47	6.331,00
2.12	SIURB	10009034	TUBO DE PVC RÍGIDO, PONTA E BOLSA (LINHA ESGOTO) - 150MM (6")	100,00	m	116,74	14.359,00
2.13	SIURB	10009035	TUBO DE PVC RÍGIDO, PONTA E BOLSA (LINHA ESGOTO) - 200MM (8")	100,00	m	189,11	23.261,00
2.14	FDE	08.10.049	RALO SECO DE PVC RÍGIDO, COM SAIDA SOLDADA DE 40MM - DIÂMETRO 100MM	15,00	un	93,82	1.731,00

2.15	FDE	08.10.004	CAIXA SIFONADA DE PVC RÍGIDO - 100x150MM	15,00	un	83,15	1.534,05
2.16	FDE	08.10.006	CAIXA SIFONADA DE PVC RÍGIDO - 150x150MM	15,00	un	87,20	1.608,90
2.17	CDHU	49.03.020	CAIXA DE GORDURA, ALVENARIA DE TIJOLOS MACIÇOS COMUNS - 60x60CM	10,00	un	376,34	4.629,00
2.18	SIURB	10011092	HP.02 - GRELHA DE FERRO PERFILADO PARA CANALETA - L=30CM	25,00	m	241,41	7.423,25
2.19	SIURB	10060003	RETIRADA DE TUBULAÇÃO DE PVC RÍGIDO - ATÉ 4"	20,00	m	14,56	358,20
2.20	SIURB	10060011	RETIRADA DE TUBULAÇÃO DE CERÂMICA VIDRADA - ATÉ 6"	20,00	m	22,65	557,20
2.21	SIURB	10060018	RETIRADA DE REGISTROS OU VÁLVULAS FLEXÍVEIS	12,00	un	129,29	1.908,36
2.22	SIURB	10060026	RETIRADA DE CAIXAS SIFONADAS OU RALOS	15,00	un	17,79	328,20
2.23	SIURB	10060032	RETIRADA DE CALHAS, RUFOS OU RINCÕES EM CHAPA METÁLICA	50,00	m	8,09	497,50
2.24	SIURB	10060033	RETIRADA DE CONDUTORES APARENTES	50,00	m	5,18	318,50
2.25	FDE	08.60.011	RETIRADA DE APARELHOS SANITÁRIOS, INCLUSIVE ACESSÓRIOS	2,00	un	55,86	137,42
2.26	FDE	08.60.010	RETIRADA DE SIFÕES	5,00	un	11,17	68,70
2.27	FDE	08.60.007	RETIRADA DE TORNEIRAS	12,00	un	7,26	107,16
2.28	CDHU	04.11.160	RETIRADA DE CAIXAS DE DESCARGA DE SOBREPOR OU ACOPLADA	10,00	un	25,17	309,60
2.29	SIURB	10060050	RETIRADA DO TAMPO ÚMIDO	10,00	m²	14,50	178,40
2.30	FDE	08.70.005	RECOLOCAÇÃO DE REGISTROS OU VÁLVULAS FLEXÍVEIS	12,00	un	154,55	2.281,20

2.31	SIURB	10070026	RECOLOCAÇÃO DE CAIXAS SIFONADAS OU RALOS	15,00	un	109,56	2.021,40
2.32	SIURB	10070032	RECOLOCAÇÃO DE CALHAS, RUFOS OU RINCÕES EM CHAPA METÁLICA	50,00	m	74,52	4.583,00
2.33	SIURB	10070033	RECOLOCAÇÃO DE CONDUTORES APARENTES	50,00	m	61,96	3.810,50
2.34	CDHU	44.20.060	RECOLOCAÇÃO DE APARELHOS SANITÁRIOS, INCLUSIVE ACESSÓRIOS	2,00	un	80,36	197,68
2.35	FDE	08.70.010	RECOLOCAÇÃO DE SIFÕES	5,00	un	25,49	156,75
2.36	SIURB	10070042	RECOLOCAÇÃO DE TORNEIRAS	12,00	un	16,18	238,80
2.37	SIURB	10070045	RECOLOCAÇÃO DE CAIXAS DE DESCARGA DE SOBREPOR	10,00	un	145,61	1.791,00
2.38	SIURB	10080086	TORNEIRA DE PRESSÃO PARA LAVATÓRIO, METAL CROMADO - ½"	12,00	un	67,53	996,72
2.39	SIURB	10014004	TORNEIRA DE PRESSÃO PARA USO GERAL, METAL CROMADO - ¾"	12,00	un	55,62	820,92
2.40	SIURB	10014008	TORNEIRA DE PRESSÃO PARA PIA, COM CORPO LONGO E AERADOR - ¾"	12,00	un	195,86	2.890,92
2.41	SIURB	10014025	VÁLVULA DE DESCARGA EXTERNA COM ALAVANCA - 1 ¼"	10,00	un	302,77	3.724,10
2.42	SIURB	10080093	VALVULA AMERICANA DE METAL CROMADO - 1 ½"x3 ¾"	2,00	un	79,19	194,80
2.43	SIURB	10080097	TUBO DE LIGAÇÃO EM ALUMÍNIO COM CANOPLA, PARA CHUVEIRO - ¾"	10,00	un	40,60	499,40
2.44	SIURB	10090001	DESENTUPIMENTO DE RAMAIS DE ESGOTO OU ÁGUAS PLUVIAIS	100,00	m	14,81	1.822,00
2.45	FDE	16.05.036	CANALETA DE CONCRETO 1/2 CANA DN 30CM P/ AGUAS PLUVIAIS	50,00	m	70,08	4.310,00
2.46	FDE	08.82.060	LIMPEZA DE CANALETAS DE ÁGUAS PLUVIAIS	200,00	m	5,58	1.372,00

2.47	CDHU	55.02.050	Limpeza e desobstrução de canaletas ou tubulações de águas pluviais	500,00	m	12,59	7.745,00
2.48	FDE	16.05.075	CA-10 CAIXA DE AREIA 50X50 CM PARA AGUAS PLUVIAIS	10,00	un	440,24	5.415,00
2.49	FDE	16.05.031	CA-21 CANALETA DE AGUAS PLUVIAIS EM CONCRETO (20CM)	50,00	m	177,15	10.894,50
2.50	FDE	16.05.032	CA-22 CANALETA DE AGUAS PLUVIAIS EM CONCRETO (30CM)	50,00	m	184,49	11.346,00
2.51	SINAPI	89578	TUBO PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM CONDUTORES VERTICAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS. AF_06/2022	100,00	m	40,58	4.991,00
2.52	SINAPI	89580	TUBO PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 150 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM CONDUTORES VERTICAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS. AF_06/2022	100,00	m	83,57	10.279,00
2.53	CDHU	49.06.020	Grelha em ferro fundido para caixas e canaletas	25,00	m²	1.258,51	38.699,25
2.54	SINAPI	99257	CAIXA ENTERRADA HIDRÁULICA RETANGULAR EM ALVENARIA COM TIJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS, DIMENSÕES INTERNAS: 1X1X0,6 M PARA REDE DE DRENAGEM. AF_12/2020	10,00	un	1.010,64	12.430,90
2.55	FDE	16.05.064	TUBO PVC OCRE JUNTA ELASTICA DN 100 INCLUSIVE CONEXOES - ENTERRADO	100,00	m	81,21	9.989,00
2.56	CDHU	08.06.060	Barbacã em tubo de PVC com diâmetro 75 mm	100,00	m	38,29	4.710,00
2.57	CDHU	08.05.110	Dreno com areia grossa	3,00	m³	189,54	699,39
2.58	FDE	08.50.021	DEMOLIÇÃO DE CONDUTORES APARENTES	50,00	m	3,35	206,00
2.59	SIURB	10070033	RECOLOCAÇÃO DE CONDUTORES APARENTES	50,00	m	61,96	3.810,50
2.60	SIURB	10012018	CONDUTOR EM TUBO DE PVC RÍGIDO, PONTA E BOLSA - 200MM (8")	100,00	m	148,34	18.246,00

2.61	SINAPI	00012776	HIDROMETRO WOLTMANN, DN 2", VAZAO MAXIMA DE 50 M3/H, PARA AGUA POTAVEL FRIA, RELOJOARIA PLANA, TURBINA HORIZONTAL, EQUIPADO COM TELEMETRIA (SEM CONEXOES)	5,00	un	2.167,64	13.331,00
2.62	SINAPI	00012777	HIDROMETRO WOLTMANN, DN 3", VAZAO MAXIMA DE 80 M3/H, PARA AGUA POTAVEL FRIA, RELOJOARIA PLANA, TURBINA HORIZONTAL, EQUIPADO COM TELEMETRIA (SEM CONEXOES)	5,00	un	2.830,88	17.409,90
2.63	SIURB	10003009	CONJUNTO MOTOR-BOMBA - ATÉ 5HP	3,00	un	4.968,72	18.334,59
2.64	SIURB	10003014	CONJUNTO MOTOR-BOMBA 270M3/H, 20MCA, 25CV, 1750RPM, 220/380V, TRIFÁSICO	1,00	un	23.104,92	28.419,05
3			IMPERMEABILIZAÇÕES CATSERV 1600				R\$ 77.576,05
3.1	CDHU	32.16.050	SERVIÇOS DE IMPERMEABILIZAÇÃO SERVIÇO DE IMPERMEABILIZAÇÃO EM MEMBRANA A BASE DE POLÍMEROS ACRÍLICOS NA COR BRANCA (4kg/M²)	50,00	m²	51,56	3.171,00
3.2	CDHU	32.16.010	SERVIÇO DE IMPERMEABILIZAÇÃO EM PINTURA DE ASFALTO OXIDADO COM SOLVENTES ORGÂNICOS SOBRE MASSA	20,00	m²	19,51	480,00
3.3	CDHU	32.16.070	SERVIÇO DE IMPERMEABILIZAÇÃO EM MEMBRANA A BASE DE RESINA TERMOPLÁSTICA E CIMENTOS ADITIVADOS COM REFORÇO EM TELA DE POLIESTER	50,00	m²	76,93	4.731,00
3.4	CDHU	32.15.040	SERVIÇO DE IMPERMEABILIZAÇÃO EM MANTA ASFÁLTICA COM ARMADURA TIPO III B, ESPESSURA DE 4 MM	50,00	m²	97,03	5.967,50
3.5	CDHU	32.17.010	SERVIÇO DE IMPERMEABILIZAÇÃO EM ARGAMASSA IMPERMEÁVEL COM ADITIVO HIDRÓFUGO	25,00	m³	877,46	26.982,00
3.6	CDHU	17.01.020	ARGAMASSA DE REGULARIZAÇÃO E OU PROTEÇÃO	25,00	m³	843,81	25.947,25

3.7	CDHU	32.08.030	JUNTA ESTRUTURAL COM POLIESTIRENO EXPANDIDO DE ALTA DENSIDADE P-III ESPESSURA DE 20 MM	25,00	m	28,01	861,25
3.8	CDHU	32.07.160	JUNTA DE DILATAÇÃO ELÁSTICA A BASE DE POLIURETANO	25,00	cm³	0,30	9,25
3.9	SIURB	5050001	DEMOLIÇÃO DE ARGAMASSA IMPERMEÁVEL	10,00	m²	12,95	159,30
3.10	SIURB	5050002	DEMOLIÇÃO DE SISTEMAS IMPERMEABILIZANTES DE BASE ASFÁLTICAS	50,00	m²	5,18	318,50
3.11	CDHU	32.17.030	Impermeabilização em argamassa polimérica para umidade e água de percolação	50,00	m²	15,39	946,50
3.12	CDHU	32.16.030	Impermeabilização em membrana de asfalto modificado com elastômeros, na cor preta	50,00	m²	58,51	3.598,50
3.13	FDE	11.04.004	JUNTAS DE DILATAÇÃO/MASTIQUE ELASTICO OU POLIURETANO	10000,00	cm³	0,27	3.300,00
3.14	SIURB	3040015	LIMPEZA DE JUNTA DE DILATAÇÃO COM REMOÇÃO DO EXCESSO DE CONCRETO - ATÉ 3CM	25,00	m	35,90	1.104,00
4			ELÉTRICA CATSERV 1538				R\$ 79.699,62
4.1	CDHU	39.21.060	CABO DE 16 MM² - ISOLAMENTO 0,6/1KV - ISOLAÇÃO HEPR 90º	50,00	m	18,06	1.110,50
4.2	CDHU	39.21.070	CABO DE 25 MM² - ISOLAMENTO 0,6/1KV - ISOLAÇÃO HEPR 90º	50,00	m	25,48	1.567,00
4.3	CDHU	39.21.080	CABO DE 35 MM² - ISOLAMENTO 0,6/1KV - ISOLAÇÃO HEPR 90º	50,00	m	36,03	2.216,00
4.4	CDHU	39.21.090	CABO DE 50 MM² - ISOLAMENTO 0,6/1KV - ISOLAÇÃO HEPR 90º	50,00	m	51,07	3.141,00
4.5	CDHU	39.21.100	CABO DE 70 MM² - ISOLAMENTO 0,6/1KV - ISOLAÇÃO HEPR 90º	10,00	m	69,04	849,20

4.6	CDHU	39.21.110	CABO DE 95 MM2 - ISOLAMENTO 0,6/1KV - ISOLAÇÃO HEPR 90º	10,00	m	91,12	1.120,80
4.7	CDHU	39.21.120	CABO DE 120 MM2 - ISOLAMENTO 0,6 /1KV - ISOLAÇÃO HEPR 90º	10,00	m	111,53	1.371,80
4.8	CDHU	39.21.020	CABO DE 2,5 MM2 - ISOLAMENTO 0,6/1KV - ISOLAÇÃO HEPR 90º	50,00	m	3,55	218,50
4.9	CDHU	39.21.030	CABO DE 4 MM2 - ISOLAMENTO 0,6/1KV - ISOLAÇÃO HEPR 90º	200,00	m	4,79	1.178,00
4.10	CDHU	39.21.040	CABO DE 6 MM2 - ISOLAMENTO 0,6/1KV - ISOLAÇÃO HEPR 90º	200,00	m	6,50	1.600,00
4.11	CDHU	38.01.040	ELETRODUTO DE PVC RIGIDO ROSCAVEL 3/4 - COM ACESSÓRIOS	100,00	m	36,16	4.448,00
4.12	CDHU	38.01.060	ELETRODUTO DE PVC RIGIDO ROSCAVEL 1" - COM ACESSÓRIOS	50,00	m	44,81	2.756,00
4.13	CDHU	38.06.060	ELETROD ACO GALV QUENTE (NBR 5624) 25 MM (1") - COM ACESSÓRIOS	50,00	m	68,80	4.231,00
4.14	CDHU	38.06.120	ELETROD ACO GALV QUENTE (NBR 5624) 50 MM (2") - COM ACESSÓRIOS	50,00	m	118,94	7.315,00
4.15	SIURB	9005012	QUADRO DISTRIBUICAO, DISJ. GERAL 60A P/ ATÉ 28 DISJS.	2,00	un	869,45	2.138,84
4.16	SIURB	9005014	QUADRO DISTRIBUICAO, DISJ. GERAL 80A P/ ATÉ 34 DISJS.	2,00	un	1.472,78	3.623,04
4.17	SIURB	9005017	QUADRO DISTRIBUICAO, DISJ. GERAL 100A P/ ATÉ 44 DISJS.	2,00	un	2.011,59	4.948,52
4.18	FDE	09.05.063	BARRAMENTO DE 60A P/QUADROS DE DISTRIBUIÇÃO	2,00	m	23,74	58,40
4.19	FDE	09.05.064	BARRAMENTO DE 100A P/QUADROS DE DISTRIBUIÇÃO	2,00	m	39,97	98,32
4.20	FDE	09.08.029	INTERRUPTOR DE 1 TECLA BIPOLAR EM CAIXA 4"X2" - ELETROD. PVC FLEXÍVEL Ø 25MM .	20,00	un	148,41	3.650,80

4.21	FDE	09.08.033	2 INTERRUPTORES 1 TECLA BIPOLAR EM CAIXA 4"X4 - ELETROD. PVC Ø 25MM AMARELO.	20,00	un	228,01	5.609,00
4.22	CDHU	40.05.020	INTERRUPTOR DE 1 TECLA SIMPLES CAIXA 4"X2"	20,00	un	33,30	819,20
4.23	CDHU	40.05.040	INTERRUPTOR 2 TECLAS SIMPLES CAIXA DE 4"X2"	20,00	un	44,20	1.087,40
4.24	CDHU	40.05.060	INTERRUPTOR 3 TECLAS SIMPLES CAIXA 4"X2"	20,00	un	54,83	1.348,80
4.25	FDE	09.08.063	2 INTERRUPTORES DE 1 TECLA EM CAIXA 4"X4"-ELETRODUTO DE PVC	20,00	un	243,82	5.998,00
4.26	FDE	09.10.023	CENTRO DE LUZ EM PERFILADO-TOMADA DE LIGACAO - ELETROD. PVC Ø 25MM AMARELO.	20,00	un	373,74	9.194,00
4.27	FDE	09.82.095	PERFILADO EM CHAPA DE ACO 38X38MM	20,00	m	50,99	1.254,40
4.28	FDE	09.84.004	INTERRUPTOR PARALELO	50,00	un	21,06	1.295,00
4.29	CDHU	40.04.450	TOMADA 2P+T PADRAO NBR 14136 CORRENTE 10A-250V	20,00	un	29,59	728,00
4.30	CDHU	40.04.460	TOMADA 2P+T PADRAO NBR 14136 CORRENTE 20A-250V	20,00	un	30,67	754,40
4.31	FDE	09.62.012	RETIRADA DE PERFILADOS	20,00	m	21,84	537,20
4.32	CDHU	38.20.040	Recolocação de eletrodutos	50,00	M	55,83	3.433,50

GRUPO 02

5			CALHAS				R\$ 49.165,75

5.1	FDE	08.82.061	SOLDA E REBITAGEM EM CALHAS DE CHAPA GALVANIZADA	50,00	m	98,08	6.032,00
5.2	FDE	11.04.004	JUNTAS DE DILATAÇÃO/MASTIQUE ELASTICO OU POLIURETANO	10000,00	cm³	0,27	3.300,00
5.3	CDHU	16.33.052	Calha, rufo, afins em chapa galvanizada nº 24 - corte 0,50 m	50,00	m	161,13	9.909,50
5.4	CDHU	16.33.062	Calha, rufo, afins em chapa galvanizada nº 24 - corte 1,00 m	50,00	m	244,10	15.012,00
5.5	CDHU	04.30.020	Remoção de calha ou rufo	50,00	m	5,22	321,00
5.6	FDE	08.82.055	LIMPEZA SIMPLES EM CALHAS METALICAS	1620,00	m	4,15	8.262,00
5.7	FDE	15.03.061	FACE INTERNA DE CALHAS COM TINTA BETUMINOSA	20,00	m	10,73	264,00
5.8	FDE	15.03.060	FACE EXTERNA DE CALHAS /CONDUTORES COM TINTA SINTETICA (ESMALTE)	20,00	m	17,18	422,60
5.9	SIURB	10070032	RECOLOCAÇÃO DE CALHAS, RUFOS OU RINCÕES EM CHAPA METÁLICA	50,00	m	74,52	4.583,00
5.10	FDE	08.12.008	LIGACAO CALHA CONDUTOR DE CHAPA ACO GALVANIZADO N.24 DIAMETRO DE 4"	5,00	un	88,62	545,00
5.11	FDE	08.12.007	LIGACAO CALHA CONDUTOR DE CHAPA ACO GALVANIZADO N.24 DIAMETRO DE 3"	5,00	un	83,68	514,65
			(BDI 23 % incluso nos preços unitários)			TOTAL	R\$ 1.109.936,12

- 1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência e do Memorial Descritivo, bem como da Planilha Orçamentária Referenciada /Lista de Itens , que compõem este documento.
- 1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.
- 1.1.3. O objeto desta contratação não se enquadra em bens de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

- 1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023
- 1.3. O prazo de vigência da contratação e validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.4. A contratação decorrente da ata de registro terá vigência de 90 (noventa) dias, contados do envio da Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

1.4.2. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:

1.4.2.1. O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

1.4.2.2. O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.3. Não obstante o prazo estipulado na subdivisão anterior, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

1.5. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, o qual corresponde à Planilha Orçamentária Referenciada integrante do processo, composta a partir das seguintes referências: SICRO3 (10/2025), CDHU – Boletim 199 (09/2025), FDE (07/2025), SIURB (07/2025), SIURB INFRA (07/2025), CPTM SP (10/2025), SBC (01/2026), SINAPI (12/2025) e DER/SP (07/2025), com adoção de data-base 09/2025 e BDI 23,00%.

1.6. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPC-FIPE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

1.6.1. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

1.6.1.1. Caso seja(m) realizado(s) reajuste(s) dos preços da ata, somente caberá reajuste dos preços de eventual contratação dela decorrente se for ultrapassado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado a partir dos efeitos do último reajuste dos preços da ata anterior à celebração da contratação.

1.6.2. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

1.6.3. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

1.6.4. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

1.6.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo ao instrumento da contratação.

1.6.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

1.7. É obrigação do Contratante responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.7.1. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

Subcontratação

1.8. É vedada a subcontratação total do objeto contratual, admitindo-se, excepcionalmente, a subcontratação parcial de parcelas acessórias ou complementares, desde que previamente autorizada pela Administração e sem prejuízo da responsabilidade integral do Contratado pela execução do objeto.

2. Fundamentação e descrição da necessidade

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 48031918000124-0-000004/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 12/06/2025;

III) Id do item no PCA: 214;

IV) Classe/Grupo: 545 - TIPOS ESPECIAIS DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO;

V) Identificador da Futura Contratação: 102311-170/2026

3. Descrição da solução como um todo

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente previstos na descrição do objeto, deverão ser atendidos, sempre que aplicável, os seguintes requisitos:

4.1.1. Os resíduos gerados na execução dos serviços, em especial Resíduos da Construção Civil (RCC), sobras de materiais, embalagens, componentes removidos, peças substituídas e demais resíduos correlatos, deverão ser coletados, transportados e destinados de forma ambientalmente adequada, por transportador/destinador regularizado, quando aplicável, mantendo-se o local limpo e livre de materiais remanescentes ao final de cada intervenção.

4.1.2. A Contratada deverá adotar medidas para reduzir impactos pontuais inerentes aos serviços (poeira, ruído e dispersão de resíduos), mantendo a área organizada, sinalizada e limpa, conforme orientações da fiscalização.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Não se aplica.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.3. Não se aplica.

Da exigência de amostra(s):

4.4. Não se aplica.

Da exigência de carta de solidariedade:

4.5. Não se aplica.

Garantia da contratação

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação nos termos do artigo 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.7. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 hs às 17 (ete) horas, devendo ser agendado com Sr. Flavio Ricardo de Souza, através do telefone (14) 3880-3064 e/ou e-mail: dtad.btu@unesp.br.

4.8. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.9. Para a vistoria, o representante legal do fornecedor ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pelo fornecedor comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.9.1. Competirá a cada interessado, quando da visita técnica, fazer-se acompanhar dos técnicos e especialistas que entender suficientes para colher as informações necessárias à elaboração da sua proposta.

4.9.2. As prospecções, investigações técnicas, ou quaisquer outros procedimentos que impliquem interferências no local em que serão executados os serviços deverão ser previamente informadas e autorizadas pela Administração.

4.10. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal de seu representante legal de que conhece o local e as condições da realização do objeto, ou declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.11. O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que será realizado o objeto da contratação.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de execução

5.1. Os serviços serão executados sob demanda, mediante emissão de Nota de Empenho, observado o prazo de conclusão de 30 (trinta) até 90 (noventa) dias, contado do recebimento da Nota de Empenho, onde será fixado o prazo, em razão da complexidade, extensão ou condições específicas da intervenção.

5.1.1. A execução ocorrerá mediante emissão de Nota de Empenho, com indicação do local, descrição do escopo, prazos e demais condições aplicáveis, sendo que a execução e a medição ocorrerão por itens e unidades previstos na Planilha Orçamentária Referenciada/Lista de Itens, integrante da Ata de Registro de Preços.

5.1.2. Para fins de atendimento sob demanda, as demandas serão classificadas pela Administração, conforme criticidade, observando-se os seguintes prazos máximos para mobilização e atendimento inicial, a contar do recebimento da Nota de Empenho:

a) Emergencial: até 02 (dois) dias;

b) Urgente: até 04 (quatro) dias;

c) Normal: até 07 (sete) dias.

5.2. A execução contratual observará as rotinas descritas no Memorial Descritivo e no edital.

Materiais a serem disponibilizados

5.3. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas no edital e no Memorial Descritivo, promovendo sua substituição quando necessário.

Local e horário da prestação dos serviços

5.4. Os serviços serão realizados no seguinte endereço:

AG – Administração Geral do Campus – UNESP – Campus de Botucatu

CNPJ: 48.031.918/0002-05

Endereço eletrônico: materiais.btu@unesp.br

Endereço: Rua Professor Doutor Mauro Rodrigues de Oliveira, s/nº, Botucatu/SP – CEP 18618-688

Fazenda Experimental Lageado – UNESP – Campus de Botucatu

Endereço: Fazenda Experimental Lageado, Av. Universitária, nº 3780, Altos de Paraíso, Botucatu/SP – CEP 18610-034

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo 3 (três) meses, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.6. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.7. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 15 de dezembro de 2023, art. 17).

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

6.11. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, III).

6.12. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

Fiscalização Administrativa

6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.17. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.18. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso I do art. 2º)

6.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).

6.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).

6.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).

6.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).

6.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7.1. A avaliação da execução do objeto observará o disposto nesta seção.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.1.1.1. não tenha produzido os resultados acordados,

7.1.1.2. tenha deixado de executar as atividades contratadas, ou não as tenha executado com a qualidade mínima exigida; ou

7.1.1.3. tenha deixado de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os tenha utilizado com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.2.1. Verificação in loco dos serviços realizados, com conferência de conformidade com o Termo de Referência, o Memorial Descritivo e a Nota de Empenho.

7.2.2. Medição por itens e unidades constantes da planilha referenciada da Ata de Registro de Preços (m², m³, m, un etc.), conforme quantitativos efetivamente executados e aceitos pela fiscalização.

7.2.3. Registro mínimo das medições e ocorrências por meio de boletim de medição/relatório, e, quando aplicável, evidências de execução (ex.: fotos do antes/depois), sem prejuízo de outras verificações adotadas pela Administração.

Do recebimento

7.3. Os serviços da etapa serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 5 (cinco) dias, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021, e arts. 17, X e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.4. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023)

7.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.8. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, que observará a periodicidade mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.8.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.8.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.8.3. A fiscalização não efetuará o atesto da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.8.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.9. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.10. Os serviços da etapa serão recebidos definitivamente no prazo de até 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.10.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).

7.10.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.10.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.10.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.10.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.11. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.12. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.13. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.14. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.14.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.15. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.16. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.17. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.18. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.19. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.20 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.21. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.22. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.23. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.24. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o artigo 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.25. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do contratado no BANCO DO BRASIL S/A.

7.25.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.26. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.27. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.27.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.28. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Forma e critérios de seleção e regime

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MAIOR DESCONTO**, conforme disposto na letra “e” do inciso XXXVIII do artigo 6º da Lei nº 14.133, de 2021.

Regime de Execução

8.2. O regime de execução do contrato será **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**.

Critérios de aceitabilidade de preços

8.3. Considerando que o objeto da contratação é composto por diversos serviços executados sob demanda, os licitantes deverão apresentar proposta com preços unitários para cada item da planilha orçamentária de referência, observadas as condições estabelecidas neste edital e em seus anexos.

8.4. Os preços unitários ofertados comporão o valor global da proposta e servirão de base para a execução contratual, medição e pagamento, conforme os quantitativos efetivamente demandados pela Administração.

8.5. Os preços ofertados deverão contemplar todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, inclusive materiais, mão de obra, equipamentos, transporte, encargos sociais, tributos, seguros, administração, BDI e demais despesas incidentes.

Identificação dos itens de maior relevância técnica e econômica

8.6. Para fins de análise técnica da proposta, a Administração realizará a classificação dos itens constantes da planilha orçamentária de referência por meio da metodologia da Curva ABC, considerando a representatividade financeira de cada item em relação ao valor total estimado da contratação.

8.7. Os itens serão classificados nas seguintes faixas:

8.7.1. Classe A: itens de maior relevância técnica e econômica;

8.7.2. Classe B: itens de relevância intermediária;

8.7.3. Classe C: itens de menor representatividade econômica.

8.8. A classificação ABC constará diretamente da planilha orçamentária integrante do Anexo II, mediante indicação da respectiva classe de cada item.

8.9. Serão considerados de maior relevância técnica e econômica os itens classificados como Classe A, os quais poderão receber análise prioritária quanto à coerência dos preços unitários e à exequibilidade da proposta.

Verificação da coerência dos preços unitários em relação ao orçamento de referência

8.10. A Administração realizará a verificação da coerência dos preços unitários ofertados em relação ao orçamento de referência, com o objetivo de assegurar a consistência e a viabilidade econômica da proposta.

8.11. Na análise poderão ser considerados, dentre outros, os seguintes aspectos:

8.11.1. compatibilidade dos preços unitários ofertados com os valores constantes da planilha orçamentária de referência;

8.11.2. adequação dos preços à natureza, à complexidade e às características dos respectivos serviços;

8.11.3. compatibilidade dos preços ofertados com as composições de custos, quando exigidas ou solicitadas em diligência;

8.11.4. existência de distorções relevantes entre preços de itens semelhantes ou tecnicamente relacionados;

8.11.5. compatibilidade global da proposta com as condições efetivas de execução do objeto.

8.12. Quando forem identificados indícios de inconsistência, desequilíbrio ou inviabilidade econômica, a Administração poderá promover diligência para esclarecimentos e solicitação de documentação complementar, nos termos da legislação vigente.

Análise de exequibilidade da proposta por faixa da Curva ABC

8.13. A Administração procederá à análise da exequibilidade da proposta, observando os preços unitários ofertados, sua compatibilidade com o orçamento de referência e sua viabilidade para execução do objeto licitado.

8.14. A análise de exequibilidade será orientada pela classificação dos itens na Curva ABC, na seguinte forma:

8.14.1. Para os itens classificados como Classe A, a Administração realizará análise específica quando os preços unitários ofertados apresentarem desconto superior a 20% em relação ao valor de referência do respectivo item;

8.14.2. Para os itens classificados como Classe B, a Administração poderá realizar análise específica quando os preços unitários ofertados apresentarem desconto superior a 25% em relação ao valor de referência do respectivo item;

8.14.3. Para os itens classificados como Classe C, a Administração poderá realizar análise específica quando os preços unitários ofertados apresentarem desconto superior a 30% em relação ao valor de referência do respectivo item.

8.15. Os percentuais previstos nos itens 8.14.1, 8.14.2 e 8.14.3 constituem parâmetros referenciais para instauração de diligência e análise de exequibilidade, não implicando, por si só, desclassificação automática da proposta.

8.16. Sempre que entender necessário, a Administração poderá solicitar ao licitante, no prazo fixado em diligência, documentos e esclarecimentos aptos a demonstrar a exequibilidade da proposta, tais como:

8.16.1. composição analítica de preços unitários;

8.16.2. memória de cálculo;

8.16.3. demonstração dos custos de materiais, insumos, equipamentos, transporte e mão de obra;

8.16.4. metodologia executiva ou justificativa técnica dos preços ofertados;

8.16.5. demais documentos que evidenciem a viabilidade econômica da proposta.

8.17. A não apresentação dos esclarecimentos ou documentos solicitados, bem como a não comprovação satisfatória da viabilidade econômica da proposta, poderá ensejar a desclassificação do licitante, observado o contraditório e a ampla defesa.

Exigências de habilitação

8.18. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.19. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

8.20. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.21. **Sociedade empresária:** Inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.22. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020](#).

8.23. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.24. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.25. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.26. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.27. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

8.28. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.29. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.30. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.31. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.32. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.33. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.34. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.35. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

8.36. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária

Qualificação Técnica

8.37. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia;

8.37.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do 2licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.38. Comprovação de capacidade técnico-operacional para execução de serviços compatíveis, em características, quantidades e complexidade, com os itens classificados como Classe A na Curva ABC da planilha orçamentária de referência, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

8.38.1. Para fins da comprovação de que trata o item 8.37, serão considerados exclusivamente os itens classificados como Classe A, por corresponderem aos itens de maior relevância técnica e econômica da contratação;

8.38.1.1. O(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) conter descrição suficiente e detalhada dos serviços executados, bem como os respectivos quantitativos, de forma a permitir a verificação da compatibilidade com os itens enquadrados na Classe A da Curva ABC;

8.38.1.2. Para cada item exigido da Classe A, a comprovação da capacidade técnico-operacional deverá corresponder a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do respectivo quantitativo previsto na planilha orçamentária de referência;

8.38.2. Será admitida, para fins de comprovação do quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante, desde que demonstrada a compatibilidade com os serviços exigidos;

8.38.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante;

8.38.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante, local em que foi executado o objeto contratado, medições, notas fiscais, certidões ou outros documentos que venham a ser considerados necessários;

8.38.5. A exigência de qualificação técnica limitar-se-á aos itens classificados como Classe A, não sendo exigida comprovação específica de capacidade técnica para os itens classificados como Classe B e Classe C, sem prejuízo da análise de exequibilidade da proposta e da coerência dos preços unitários ofertados, nos termos deste edital.

Outras comprovações

8.39. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do artigo 117, parágrafo único, da Constituição estadual;

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

8.40. Tratando-se de consórcio, será exigida a seguinte documentação:

8.40.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

8.40.1.1. Designação do consórcio e sua composição;

8.40.1.2. Finalidade do consórcio;

8.40.1.3. Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;

8.40.1.4. Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;

8.40.1.5. Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;

8.40.1.6. Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;

8.40.1.7. Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;

8.40.1.8. Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” deste subitem;

8.27.2. O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

8.27.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas à habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do artigo 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.27.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

8.28. Tratando-se de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.28.1. A relação dos cooperados que atenderem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.28.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.28.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.28.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.28.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.28.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.28.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento aos subitens anteriores.

9. Estimativas do valor da contratação

Valor (R\$): 1.109.936,12

9.1. O valor de referência para aplicação do maior desconto corresponde a **em R\$ 1.109.936,12** (um milhão, cento e nove mil, novecentos e trinta e seis reais e doze centavos), conforme custos unitários apostos na tabela constante no Anexo II. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

10. Adequação Orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

1. Gestão/Unidade: Administração Geral do Campus de Botucatu;
2. Fonte de Recursos: Recursos do Tesouro do Estado
3. Programa de Trabalho: 12.122.4807.6351;
4. Elemento de Despesa: 3.3.90.37.99

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

NILO FLAVIO DEPLACIDO

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 24/04/2026 às 17:44:52.

FLAVIO RICARDO DE SOUZA

Solicitante



Assinou eletronicamente em 24/04/2026 às 18:12:13.

LUIS EDUARDO FAGIAN SERRANO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 24/04/2026 às 17:05:08.

PRISCILLA DIAS DOS SANTOS

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 24/04/2026 às 17:16:36.

MERARI DE SOUZA SILVA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 27/04/2026 às 09:41:19.

ANEXO I.1

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ESP-UNESP-ADMINISTRACAO GERAL-C. BOTUCATU

Estudo Técnico Preliminar 7/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 82/2026-AG

2. Descrição da necessidade

2.1. A Administração Geral do Campus de Botucatu (AG), responsável pela gestão da infraestrutura do Câmpus de Rubião Júnior e da Fazenda Experimental Lageado, administra um conjunto expressivo de edificações, instalações e estruturas físicas que demandam ações recorrentes de conservação, manutenção preventiva e manutenção corretiva, executadas de forma não contínua, conforme a necessidade verificada.

2.2. Tais edificações e estruturas compreendem unidades acadêmicas, administrativas, operacionais e de apoio, dotadas de sistemas construtivos e instalações prediais diversos, abrangendo, entre outros, elementos de alvenaria, revestimentos, coberturas, esquadrias, sistemas hidráulicos, sistemas elétricos e demais componentes necessários ao adequado funcionamento das unidades.

2.3. Considerando a elevada circulação diária de usuários, o uso intensivo das instalações, a exposição às intempéries e o desgaste natural dos materiais e sistemas construtivos, verifica-se a recorrência de demandas de manutenção predial, dentre as quais se destacam:

- a. reparos em alvenaria e revestimentos;
- b. manutenção de coberturas, rufos, calhas e elementos de vedação;
- c. serviços de pintura;
- d. ajustes e reparos em sistemas hidráulicos e elétricos;
- e. substituição e manutenção de componentes construtivos;
- f. correção de infiltrações, fissuras e demais patologias construtivas.

2.4. A não realização dessas intervenções em tempo oportuno pode acarretar:

- a. deterioração progressiva e acelerada das edificações;
- b. comprometimento das condições de segurança, salubridade e funcionalidade dos ambientes;
- c. prejuízos ao desenvolvimento regular das atividades acadêmicas, administrativas e operacionais;
- d. elevação dos custos futuros de manutenção, em razão da evolução dos danos e da necessidade de intervenções de maior complexidade.

2.5. Registra-se, ainda, que a equipe própria disponível no âmbito da Administração não dispõe de capacidade operacional, quantitativa e técnica suficiente para absorver, de forma eficiente, simultânea e tempestiva, o volume e a diversidade das demandas de manutenção predial existentes nas áreas sob sua responsabilidade.

2.6. Diante desse cenário, mostra-se necessária a contratação de serviços especializados de manutenção predial, sob regime de execução sob demanda, de modo a assegurar a adequada conservação do patrimônio público, a preservação das condições de uso das edificações e a continuidade das atividades institucionais.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção de Conservação e Manutenção	Flávio Ricardo de Souza

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A contratação deverá observar os requisitos técnicos, operacionais, legais e ambientais necessários à adequada execução dos serviços de manutenção predial, sob demanda, no âmbito do Câmpus de Rubião Júnior e da Fazenda Experimental Lageado, garantindo a qualidade, segurança e eficiência das intervenções.

- 4.2. A futura contratada deverá ser especializada na execução de serviços de manutenção predial, comprovando aptidão técnica compatível com o objeto, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica que evidenciem a execução de serviços similares em características, complexidade e quantitativos.
- 4.3. Os serviços deverão ser executados sob demanda, mediante emissão de Nota de Empenho, contemplando o fornecimento integral de mão de obra qualificada, materiais, insumos, equipamentos, ferramentas e demais recursos necessários à perfeita execução das atividades, conforme especificações constantes no Termo de Referência, Memorial Descritivo e Planilha Orçamentária.
- 4.4. A execução deverá observar as normas técnicas aplicáveis, em especial as normas da ABNT pertinentes à construção civil, instalações elétricas e hidráulicas, bem como as normas de segurança do trabalho, incluindo o cumprimento das Normas Regulamentadoras (NRs), especialmente aquelas relacionadas a trabalho em altura, eletricidade e uso de equipamentos.
- 4.5. A contratada deverá disponibilizar profissionais devidamente capacitados e em quantidade suficiente para atender às demandas da Administração, garantindo execução eficiente, segura e dentro dos prazos estabelecidos, bem como designar formalmente preposto responsável pela interlocução com a fiscalização.
- 4.6. Os serviços deverão atender aos prazos de mobilização e atendimento inicial estabelecidos pela Administração, conforme classificação da demanda (emergencial, urgente ou normal), assegurando resposta tempestiva às necessidades de manutenção predial.
- 4.7. A execução dos serviços deverá respeitar integralmente as condições do local de intervenção, incluindo restrições operacionais, funcionamento das unidades, circulação de pessoas e demais particularidades, sendo obrigatória a adoção de medidas de sinalização, isolamento e segurança.
- 4.8. A contratada deverá garantir a qualidade dos serviços executados, responsabilizando-se pela correção de falhas, defeitos ou vícios identificados, bem como pela substituição de materiais inadequados, sem ônus adicional para a Administração.
- 4.9. Deverá ser assegurada garantia mínima dos serviços executados, conforme previsto no Termo de Referência, sem prejuízo da garantia legal aplicável.
- 4.10. Não será admitida a subcontratação total do objeto, sendo permitida apenas a subcontratação parcial de parcelas acessórias, desde que previamente autorizada pela Administração, permanecendo a contratada integralmente responsável pela execução.
- 4.11. A contratada deverá manter regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária durante toda a execução contratual, bem como cumprir as obrigações relativas à legislação trabalhista, incluindo encargos sociais e condições de trabalho adequadas aos seus empregados.
- 4.12. Quanto aos aspectos ambientais, a contratada deverá:
- a) realizar a adequada gestão dos resíduos gerados, incluindo coleta, transporte e destinação final ambientalmente correta, especialmente dos Resíduos da Construção Civil (RCC);
 - b) adotar medidas para mitigação de impactos ambientais, como controle de poeira, ruídos e dispersão de resíduos;
 - c) manter o local limpo, organizado e seguro durante e após a execução dos serviços;
 - d) observar a legislação ambiental vigente e as normas aplicáveis à atividade.
- 4.13. A contratada deverá realizar vistoria prévia, facultativa, para conhecimento das condições locais, não podendo alegar desconhecimento posterior para pleitear alterações contratuais.
- 4.14. Os serviços deverão ser executados conforme rotinas, padrões de qualidade e critérios de medição estabelecidos no Termo de Referência, sendo o pagamento condicionado aos quantitativos efetivamente executados e aceitos pela fiscalização.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Para atendimento da demanda da Administração Geral do Câmpus de Botucatu (AG/UNESP), abrangendo o Câmpus de Rubião Júnior e a Fazenda Experimental Lageado, a estimativa de custos foi estruturada por meio de planilha orçamentária referenciada, utilizando bases setoriais e oficiais amplamente adotadas pela Administração Pública para serviços de manutenção predial, incluindo SICRO3 (10/2025), CDHU Boletim 199 (09/2025), FDE (07/2025), SIURB (07/2025), SIURB INFRA (07/2025), CPTM SP (10/2025), SBC (01/2026), SINAPI (12/2025) e DER/SP (07/2025), conforme documentação orçamentária integrante do processo, com data-base 09/2025 e BDI 23,00%, para fins de dimensionamento e planejamento da contratação.

5.1.1. Tais referências permitem a avaliação de preços em patamar compatível com o mercado, conferindo rastreabilidade, transparência e padronização à formação dos preços unitários, além de assegurar maior consistência técnica na definição dos custos estimados da contratação.

5.1.2. Para a execução dos serviços não contínuos de manutenção predial, sob demanda, no âmbito do Câmpus de Rubião Júnior e da Fazenda Experimental Lageado, foram consideradas, em síntese, as seguintes abordagens possíveis:

1. realização dos serviços por empresa contratada, com fornecimento de mão de obra especializada, materiais, equipamentos, ferramentas e insumos, mediante Ata de Registro de Preços, com execução conforme a necessidade da Administração;

2. realização dos serviços por equipe própria, com apoio operacional interno e eventuais contratações pontuais para suprimento de especialidades, equipamentos, materiais e demandas específicas.

5.1.3. Dentre as alternativas analisadas, a primeira hipótese mostra-se necessária e mais adequada, considerando a extensão das áreas atendidas, a diversidade dos serviços envolvidos, a recorrência das demandas, a variabilidade das ocorrências e a necessidade de pronta resposta para preservação das condições de uso, segurança e funcionamento das edificações e estruturas sob responsabilidade da Administração Geral.

5.1.4. Registra-se, ainda, que a estrutura operacional própria da Administração não dispõe, de modo geral, de capacidade quantitativa, operacional e técnica suficiente para absorver, com eficiência e simultaneidade, o conjunto das demandas de manutenção predial existentes, especialmente quando consideradas intervenções concomitantes, serviços de maior complexidade, exigências de especialização e necessidade de mobilização tempestiva.

5.1.5. No que se refere à estruturação da contratação, verificou-se que a solução mais adequada não consiste em lote único integral, tampouco em parcelamento excessivo, mas sim em parcelamento técnico em 2 (dois) itens, conforme a natureza e a dinâmica de execução dos serviços.

5.1.6. O item 1, correspondente aos lotes 1 a 4, abrange os serviços de manutenção predial geral, compreendendo atividades que, embora distintas em sua descrição, apresentam forte integração operacional e frequente interdependência executiva, especialmente em intervenções que envolvem, de forma combinada, reparos civis, revestimentos, pintura, ajustes hidráulicos, ajustes elétricos, recomposição de elementos construtivos e correção de patologias prediais.

5.1.7. Nesses casos, a contratação agrupada dos lotes 1 a 4 mostra-se mais vantajosa pelas seguintes razões:

- a) integração operacional e compatibilização entre frentes de serviço, evitando fragmentação excessiva da execução;
- b) centralização da responsabilidade contratual sobre a qualidade final da intervenção, reduzindo riscos de impasses entre executores distintos;
- c) melhor coordenação de cronograma, mobilização e sequência executiva;
- d) maior eficiência administrativa na gestão, fiscalização, medição e acompanhamento dos serviços;
- e) redução do risco de retrabalho, descontinuidade de etapas e inconformidades no acabamento final.

5.1.8. Por sua vez, o item 2, correspondente ao lote 5 – serviços de calhas, justifica tratamento contratual apartado, em razão de suas características específicas de mercado e execução.

5.1.9. Os serviços de manutenção, substituição, adequação e instalação de calhas, rufos e elementos correlatos apresentam particularidades técnicas próprias, frequentemente associadas a trabalho em altura, vedação, estanqueidade, conformação e fabricação sob medida, além de demandarem equipamentos, ferramental e práticas executivas mais específicas do que aquelas normalmente associadas à manutenção predial geral.

5.1.10. Verificou-se, ainda, que tais serviços são comumente executados por empresas especializadas, sendo recorrente, no mercado, que empresas de manutenção predial geral subcontratem esse tipo de atividade quando incluída em lote amplo. Tal circunstância pode acarretar elevação de custos indiretos, perda de eficiência contratual e menor controle técnico sobre a execução efetiva do serviço.

5.1.11. Além disso, os serviços de calhas, em regra, não dependem diretamente de intervenções civis integradas mais amplas para sua realização, podendo ser executados de forma autônoma, sem prejuízo da funcionalidade da solução contratual.

5.1.12. Dessa forma, a separação do lote 5 em item próprio revela-se mais vantajosa sob os aspectos técnico, operacional e econômico, pelos seguintes motivos:

- a) favorece a participação de empresas efetivamente especializadas;
- b) amplia a competitividade do certame;
- c) reduz a possibilidade de sobrepreço decorrente de intermediação ou subcontratação indireta;
- d) melhora o controle sobre a qualidade da execução;
- e) permite tratamento mais aderente às especificidades técnicas desse tipo de serviço.

5.1.13. Assim, o levantamento de mercado conduz à conclusão de que a solução mais adequada para a presente contratação consiste em Ata de Registro de Preços com execução sob demanda, estruturada em 2 (dois) itens, sendo o primeiro voltado aos serviços de manutenção predial geral (lotes 1 a 4) e o segundo destinado especificamente aos serviços de calhas (lote 5), com medição e pagamento por itens e unidades previstos na planilha referenciada, sempre condicionados aos quantitativos efetivamente executados e aceitos pela fiscalização.

5.2. Verifica-se ampla disponibilidade de empresas aptas à execução dos serviços previstos, tanto no segmento de manutenção predial geral quanto no segmento especializado de calhas, considerando tratar-se de atividades usuais no mercado de obras, conservação e manutenção. Os itens e composições

empregados possuem natureza comum e estão apoiados em referências consolidadas, não se vislumbrando, em princípio, barreiras relevantes de oferta que inviabilizem a contratação, observadas as exigências de habilitação e qualificação técnica a serem definidas no Termo de Referência.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução consiste na contratação de empresa especializada para execução de serviços de manutenção predial, sob demanda, mediante sistema de registro de preços, com fornecimento de mão de obra, materiais, insumos, equipamentos, ferramentas e demais recursos necessários à adequada execução dos serviços.

6.2. A contratação será estruturada em 2 (dois) itens, conforme a natureza dos serviços e a dinâmica de execução identificada no levantamento de mercado, sendo:

6.2.1. item 1 – serviços de manutenção predial geral, correspondentes aos lotes 1 a 4 da planilha referenciada;

6.2.2. item 2 – serviços de manutenção de calhas, correspondentes ao lote 5 da planilha referenciada.

6.3. A execução dos serviços ocorrerá sob demanda, mediante emissão de Nota de Empenho, na qual constarão, conforme o caso:

a) a descrição dos serviços a serem executados;

b) o local da intervenção;

c) os prazos aplicáveis;

d) as condições específicas de execução;

e) os quantitativos estimados da demanda.

6.4. A medição e o pagamento ocorrerão por itens e unidades previstos na planilha orçamentária referenciada, observados os quantitativos efetivamente executados e aceitos pela fiscalização.

6.5. Para fins de atendimento sob demanda, as solicitações da Administração serão classificadas conforme o grau de criticidade da intervenção, observando-se os seguintes prazos máximos para mobilização e atendimento inicial, contados do recebimento da Nota de Empenho:

6.5.1. Emergencial: até 2 (dois) dias;

6.5.2. Urgente: até 4 (quatro) dias;

6.5.3. Normal: até 7 (sete) dias.

6.6. O prazo de execução de cada demanda será definido na respectiva Nota de Empenho, observadas a complexidade, a extensão, as condições específicas do local e as características técnicas da intervenção, respeitado, em qualquer hipótese, o prazo máximo de 90 (noventa) dias para a conclusão dos serviços. Os prazos previstos no item 6.5 referem-se exclusivamente à mobilização e ao atendimento inicial da demanda, contados do recebimento da Nota de Empenho, não se confundindo com o prazo total de execução da intervenção.

6.7. A solução adotada permite à Administração acionar os serviços conforme a necessidade efetivamente verificada, sem obrigatoriedade de contratação integral dos quantitativos estimados, garantindo maior flexibilidade, racionalidade administrativa, controle da execução e aderência às demandas reais de manutenção predial.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A demanda decorre da necessidade de garantir condições adequadas de segurança, funcionalidade, conservação e continuidade operacional das edificações e estruturas sob responsabilidade da Administração Geral, no âmbito do Câmpus de Rubião Júnior e da Fazenda Experimental Lageado, considerando que os serviços de manutenção predial são essenciais ao adequado desenvolvimento das atividades acadêmicas, administrativas, operacionais e de apoio.

7.2. A estimativa das quantidades foi definida para fins de planejamento e dimensionamento do sistema de registro de preços, com base nas características físicas das edificações e estruturas atendidas, na recorrência das demandas de manutenção, no histórico de intervenções corretivas e preventivas, na diversidade dos sistemas construtivos existentes e na necessidade de atendimento de ocorrências que possam comprometer as condições de uso, segurança e desempenho dos imóveis.

7.3. Para essa definição, foram considerados, entre outros aspectos, a abrangência das áreas atendidas pela Administração Geral, a multiplicidade de tipologias construtivas existentes, a exposição dos elementos prediais ao desgaste natural e às intempéries, bem como a necessidade recorrente de intervenções em coberturas, calhas, revestimentos, pintura, esquadrias, sistemas hidráulicos, sistemas elétricos e demais componentes construtivos.

7.4. Os quantitativos estimados encontram-se detalhados na planilha orçamentária referenciada que integra o processo, a qual servirá de base para o registro dos preços, para a emissão das Notas de Empenho, para a fiscalização e para a medição dos serviços efetivamente executados.

7.5. Ressalta-se que, por se tratar de Ata de Registro de Preços, a execução ocorrerá somente conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de Nota de Empenho, e o pagamento ficará condicionado aos quantitativos efetivamente executados e aceitos pela fiscalização, não havendo obrigatoriedade de contratação ou consumo integral das quantidades estimadas.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.109.936,12

8.1. O valor inicialmente estimado para a contratação é de R\$ 1.109.936,12 (um milhão, cento e nove mil, novecentos e trinta e seis reais e doze centavos), conforme planilha orçamentária referenciada anexa e os custos unitários aplicáveis aos itens a serem registrados na Ata de Registro de Preços.

8.2. O valor estimado constitui limite máximo referencial para fins de planejamento da contratação, não gerando obrigação de execução integral, condicionando-se a despesa às Notas de Empenho emitidas e aos quantitativos efetivamente executados e aceitos pela fiscalização.

8.3. O valor estimado decorre de pesquisa e formação de preços realizada com base em referências oficiais e setoriais, observando-se as diretrizes aplicáveis à estimativa de preços no âmbito da Administração Pública, bem como o regramento pertinente, incluindo o Decreto Estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023, no que couber.

8.4. Para verificação e composição dos preços de mercado, foram utilizadas bases referenciais, conforme indicado na planilha orçamentária, incluindo SICRO3 (10/2025), CDHU – Boletim 199 (09/2025), FDE (07/2025), SIURB (07/2025), SIURB INFRA (07/2025), CPTM SP (10/2025), SBC (01/2026), SINAPI (12/2025) e DER/SP (07/2025), com adoção de data-base 09/2025 e BDI de 23,00%, para fins de dimensionamento e planejamento da contratação.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A solução proposta foi estruturada com parcelamento técnico em 2 (dois) itens, considerando a natureza dos serviços, a dinâmica de execução identificada no levantamento de mercado e a busca pela solução mais adequada sob os aspectos técnico, operacional e econômico.

9.2. O item 1, correspondente aos lotes 1 a 4 da planilha referenciada, abrange os serviços de manutenção predial geral, os quais, embora passíveis de descrição por frentes distintas, apresentam frequente integração operacional e interdependência executiva, especialmente em intervenções que envolvem, de forma combinada, reparos civis, revestimentos, pintura, ajustes hidráulicos, ajustes elétricos, recomposição de elementos construtivos e correção de patologias prediais.

9.3. Nessa hipótese, a contratação agrupada dos lotes 1 a 4 mostra-se mais adequada, pelas seguintes razões:

- a) favorece a integração e a compatibilização entre as diferentes frentes de manutenção predial;
- b) reduz o risco de fragmentação excessiva da execução e de conflitos de responsabilidade entre executores distintos;
- c) melhora a coordenação de cronograma, mobilização, sequência executiva e acabamento final;
- d) proporciona maior eficiência administrativa na gestão, fiscalização, medição e acompanhamento dos serviços;
- e) contribui para reduzir retrabalho, descontinuidade entre etapas e inconformidades na entrega final da intervenção.

9.4. Por sua vez, o item 2, correspondente ao lote 5 – serviços de calhas, justifica tratamento contratual apartado, em razão de suas características executivas e mercadológicas específicas.

9.5. Os serviços de manutenção, substituição, adequação e instalação de calhas, rufos e elementos correlatos envolvem, em regra, atividades de maior especificidade técnica, frequentemente associadas a trabalho em altura, vedação, estanqueidade, conformação e fabricação sob medida, além do emprego de ferramental, equipamentos e métodos executivos próprios.

9.6. Verificou-se, ainda, que tais serviços são comumente executados por empresas especializadas, sendo recorrente, no mercado, que empresas de manutenção predial geral terceirizem ou subcontratem esse tipo de atividade quando incluída em lote amplo, circunstância que pode gerar aumento de custos indiretos, perda de competitividade e menor controle técnico da execução.

9.7. Além disso, os serviços de calhas, em geral, não dependem diretamente de intervenções civis integradas mais amplas para sua realização, podendo ser executados de forma autônoma, sem prejuízo da funcionalidade da solução contratual.

9.8. Dessa forma, a estruturação da contratação em 2 (dois) itens mostra-se tecnicamente adequada e economicamente vantajosa, pois:

- a) preserva a integração operacional dos serviços de manutenção predial geral;
- b) permite tratamento específico aos serviços de calhas;
- c) amplia a competitividade do certame;
- d) favorece a participação de empresas com perfil técnico aderente a cada grupo de serviços;
- e) reduz a possibilidade de sobrepreço decorrente de intermediação ou subcontratação indireta;
- f) melhora a qualidade da execução e o controle da fiscalização.

9.9. Assim, conclui-se que o parcelamento adotado não compromete a eficiência da contratação, mas, ao contrário, contribui para sua melhor adequação técnica e econômica, estando compatível com a natureza do objeto e com o interesse público.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não se identifica, para o atingimento do objetivo desta contratação, a necessidade de contratações correlatas obrigatórias ou interdependentes que condicionem a execução da Ata de Registro de Preços. A solução proposta é autossuficiente para a execução dos serviços de manutenção predial sob demanda no âmbito do Câmpus de Rubião Júnior e da Fazenda Experimental Lageado.

10.2. Registra-se, contudo, que poderão ocorrer providências e articulações internas necessárias à adequada execução das intervenções, tais como definição de prioridades, liberação de áreas, compatibilização com a rotina das unidades, acompanhamento técnico, fiscalização, validação de medições e organização das janelas de execução, sem que isso configure contratação correlata ou interdependente.

10.3. Eventuais apoios técnicos internos, inclusive para orientação, acompanhamento ou validação técnica de serviços específicos, integram a dinâmica administrativa e de governança da própria Universidade, não constituindo condição externa indispensável à viabilização da contratação.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A contratação está alinhada às necessidades permanentes de suporte à operação, conservação e funcionalidade das edificações e estruturas sob responsabilidade da Administração Geral, por tratar-se de serviços de manutenção predial essenciais à segurança, à salubridade, à acessibilidade e à continuidade das atividades acadêmicas, administrativas, operacionais e de apoio desenvolvidas pela UNESP no Câmpus de Botucatu, abrangendo o Câmpus de Rubião Júnior e a Fazenda Experimental Lageado, com execução não contínua e sob demanda, mediante emissão de Nota de Empenho e medição dos serviços efetivamente executados.

11.2. A presente contratação encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) vigente – I) ID PCA no PNCP: 48031918000124-0-000004/2026; II) Data de publicação no PNCP: 12/06/2025; III) Id do item no PCA: 214; IV) Classe/Grupo: 545 - TIPOS ESPECIAIS DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO; V) Identificador da Futura Contratação: 102311-170/2026, em conformidade com o inciso VII do artigo 12 da Lei Federal nº 14.133/2021 e com as disposições do Decreto Estadual nº 67.689/2023, que regulamenta o Plano de Contratações Anual no âmbito da Administração Pública direta e autárquica do Estado de São Paulo.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Com a contratação decorrente da presente Ata de Registro de Preços, a Administração busca alcançar, sob os aspectos da economicidade, eficácia, eficiência e melhor aproveitamento dos recursos públicos, os seguintes benefícios:

- 12.1.1. Agilidade no atendimento das demandas de manutenção predial, uma vez que a contratação por Ata de Registro de Preços permite acionamento célere mediante emissão de Nota de Empenho, com mobilização conforme a criticidade da ocorrência, sem necessidade de instauração de procedimentos repetitivos para cada intervenção.

12.1.2. Padronização e previsibilidade na execução e na medição dos serviços, com preços unitários previamente registrados e pagamento condicionado aos quantitativos efetivamente executados e aceitos pela fiscalização, reduzindo retrabalho, divergências de medição e insegurança administrativa. Além disso, a adoção do sistema de registro de preços contribui para evitar contratações fragmentadas e a formação de estoques desnecessários pela Administração, uma vez que a execução ocorrerá sob demanda, na exata medida da necessidade verificada.

12.1.3. Melhoria da eficiência operacional e redução de riscos, com atendimento mais rápido às ocorrências que impactam a segurança, a funcionalidade, a salubridade, a acessibilidade e a continuidade das atividades acadêmicas, administrativas, operacionais e de apoio, evitando o agravamento de patologias construtivas e o aumento de custos decorrentes da postergação das intervenções.

12.1.4. Melhor organização da contratação, com estruturação em 2 (dois) itens, permitindo, de um lado, a integração operacional dos serviços de manutenção predial geral e, de outro, o tratamento específico dos serviços de calhas, favorecendo maior aderência técnica, ampliação da competitividade, melhor qualidade da execução e racionalização dos custos.

12.1.5. Maior controle, rastreabilidade e efetividade na fiscalização contratual, em razão da existência de planilha orçamentária referenciada, definição prévia dos itens contratáveis, medição por quantitativos efetivamente executados e possibilidade de acompanhamento individualizado das demandas atendidas.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Para a execução da presente Ata de Registro de Preços, não se faz necessária a adoção de providências estruturais prévias de adequação, uma vez que se trata de serviços não contínuos, executados sob demanda, mediante emissão de Nota de Empenho.

13.2. Serão adotadas, contudo, providências operacionais de rotina, consistentes em:

- i) definição do fluxo interno de abertura e encaminhamento das demandas pela área responsável;
- ii) priorização das solicitações conforme a criticidade da intervenção, considerando risco, segurança, acessibilidade, funcionalidade e impacto operacional;
- iii) fiscalização, acompanhamento e medição dos serviços executados, com manutenção de registros mínimos, tais como boletim de medição e evidências de execução, inclusive registros fotográficos quando aplicáveis;
- iv) articulação com apoio técnico interno, quando necessário, para validação, acompanhamento ou orientação quanto a intervenções específicas.

13.3. Não se vislumbra a necessidade de capacitação extraordinária específica para a empresa contratada, além da qualificação técnica a ser exigida no Termo de Referência e no edital, tampouco para os servidores responsáveis pelo acionamento, acompanhamento, fiscalização e medição, os quais atuarão conforme rotinas administrativas e procedimentos já adotados pela Administração.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. As intervenções previstas no âmbito da presente contratação podem gerar impactos ambientais pontuais, temporários e controláveis, típicos de serviços de manutenção predial, tais como geração de resíduos da construção civil, sobras de materiais, embalagens, poeira, ruído, resíduos provenientes de demolições e remoções localizadas, descarte de componentes substituídos, bem como interferências temporárias no uso e na circulação nas áreas objeto de intervenção.

14.2. No caso específico dos serviços abrangidos pela contratação, poderão ser gerados, entre outros, resíduos oriundos de alvenaria, argamassas, revestimentos, pintura, madeiras, metais, esquadrias, peças hidráulicas, componentes elétricos, elementos de cobertura, calhas, rufos e demais materiais removidos ou substituídos durante a execução.

14.3. Tais impactos não se caracterizam, em regra, como significativos, desde que adequadamente gerenciados, controlados e mitigados no curso da execução contratual, razão pela qual deverão ser observadas medidas operacionais e ambientais compatíveis com a natureza dos serviços, a serem previstas no Termo de Referência e exigidas da futura contratada.

14.4. Dentre as medidas mínimas de mitigação e controle, deverão ser observadas:

- a) a segregação, coleta, acondicionamento, transporte e destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados, em conformidade com a legislação e as normas aplicáveis;

- b) a remoção periódica dos entulhos, sobras de materiais, embalagens e demais resíduos, de modo a evitar acúmulo indevido nas áreas de intervenção;
- c) a limpeza final do local ao término de cada serviço, com restituição das condições adequadas de uso, circulação, segurança e organização;
- d) a adoção de medidas para prevenção da dispersão de poeira, partículas e resíduos, especialmente em áreas com circulação de pessoas, equipamentos e atividades em funcionamento;
- e) a organização da área de trabalho, com correta acomodação de materiais, ferramentas, equipamentos e resíduos, evitando riscos adicionais aos usuários e à operação das unidades;
- f) a utilização de sinalização temporária, isolamento e demais providências de segurança necessárias à proteção dos usuários, servidores, alunos, terceiros e trabalhadores envolvidos na execução;
- g) a adoção de práticas que minimizem ruídos, transtornos operacionais e interferências indevidas no funcionamento regular das atividades desenvolvidas nas unidades atendidas;
- h) a observância das normas ambientais, de segurança do trabalho, de saúde ocupacional e das demais exigências legais e regulamentares aplicáveis à natureza dos serviços executados.

14.5. Sempre que aplicável, a futura contratada deverá adotar procedimentos compatíveis com a natureza dos materiais empregados ou removidos, especialmente nos casos que envolvam produtos químicos, tintas, solventes, materiais potencialmente contaminantes ou componentes que demandem descarte específico, observando-se as exigências normativas pertinentes.

14.6. Assim, conclui-se que os possíveis impactos ambientais associados à contratação são compatíveis com a natureza do objeto e plenamente administráveis, desde que observadas as medidas de controle, mitigação e destinação adequada dos resíduos e materiais gerados durante a execução.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. A contratação é viável por se tratar de solução compatível com o perfil da demanda, consistente em serviços de manutenção predial não contínuos, executados sob demanda, com formação de preços baseada em referências oficiais e setoriais, e execução condicionada à emissão de Nota de Empenho e à medição dos quantitativos efetivamente executados.

15.2. A adoção do sistema de registro de preços mostra-se adequada à natureza do objeto, pois permite à Administração acionar os serviços conforme a necessidade efetivamente verificada, com maior agilidade, racionalidade administrativa, controle da execução e melhor aproveitamento dos recursos públicos.

15.3. A estruturação da contratação em 2 (dois) itens mostra-se tecnicamente adequada e economicamente vantajosa, uma vez que, de um lado, preserva a integração operacional dos serviços de manutenção predial geral, correspondentes aos lotes 1 a 4, e, de outro, permite tratamento específico aos serviços de calhas, correspondentes ao lote 5, os quais apresentam características executivas e mercadológicas próprias, com maior aderência à atuação de empresas especializadas.

15.4. A solução proposta contribui para reduzir riscos de descontinuidade, retrabalho, falhas de execução e agravamento de patologias construtivas, além de favorecer melhores condições de fiscalização, medição, rastreabilidade e controle contratual, atendendo aos princípios da economicidade, eficiência, eficácia e interesse público.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

NILO FLAVIO DEPLACIDO

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 24/04/2026 às 16:56:47.

FLAVIO RICARDO DE SOUZA

Solicitante



Assinou eletronicamente em 24/04/2026 às 16:58:08.

LUIS EDUARDO FAGIAN SERRANO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 24/04/2026 às 17:06:37.

ANEXO II

MINUTA DE NOTA DE EMPENHO

MODELO DE NOTA DE EMPENHO[illegible]

ANEXO III**PORTARIA UNESP Nº 135, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023.**

Regulamenta a aplicação das sanções administrativas previstas na Lei Federal 14.133-2021 no âmbito da UNESP.

O Reitor da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP, com fundamento nos incisos I, II e XXI do Artigo 34 do Estatuto da UNESP, cumulado com o inciso III do Artigo 24 do Regimento Geral da UNESP e em face do disposto no Capítulo IV do Título III e no Capítulo I do Título IV da Lei Federal 14.133-2021, expede a seguinte Portaria:

Capítulo I**Das Disposições Preliminares**

Artigo 1º - Esta Portaria regulamenta o procedimento de apuração de infrações e a aplicação de sanções administrativas às licitantes e contratadas, decorrentes das hipóteses previstas no Capítulo I do Título IV da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP.

Capítulo II**Das Definições**

Artigo 2º - Sem prejuízo das definições contidas no Art. 6º Lei Federal 14.133-2021, para os efeitos do disposto nesta Portaria, considera-se:

- Multa compensatória: aplicada nas hipóteses de descumprimento de obrigações na condição de licitante ou contratada, com a finalidade de compensar a Administração pelo dano que lhe é causado pela ocorrência das infrações listadas ou de alguma cláusula especial, conforme previsto no contrato.

- Multa contratual: aplicada nas hipóteses de descumprimento de obrigações contratuais, sendo estabelecida em razão do grau de importância da obrigação desatendida, na forma prevista em instrumento convocatório ou contrato e em consonância com o disposto nesta Portaria.

- Multa de mora: aplicada nas hipóteses de atraso injustificado na execução do contrato, na forma prevista em instrumento convocatório ou contrato e em consonância com o disposto nesta Portaria.

- Entrega imediata: aquela com prazo de entrega ou execução de até 30 dias da ordem de fornecimento ou de execução.

- Valor ínfimo ou insuficiente: aquele cuja apuração para aplicação da multa se revele incapaz de fazer frente aos custos administrativos despendidos para operacionalização do procedimento sancionatório, assim considerados aqueles inferiores a 10 UFESPs.

- Instrumento equivalente: instrumento contratual simplificado avençado sob a forma de Carta- Contrato; Autorização de Fornecimento (AF); Nota de Empenho (NE); Purchase Order (PO); Apólice de Seguro; ou outro instrumento hábil específico emitido pela Universidade com essa mesma finalidade.

Capítulo III

Das Infrações

Artigo 3º - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas ações e omissões de sua parte que resultem na extinção ou na nulidade do contrato administrativo e pelas seguintes infrações, previstas no Art. 155 da Lei Federal 14.133-2021:

- dar causa à inexecução parcial do contrato;
- dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- dar causa à inexecução total do contrato;
- deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

- praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei 12.846, de 1-8-2013

Capítulo IV

Das Sanções

Seção I

Das Espécies de Sanções

Artigo 4º - Em caso de incidência das infrações previstas no Art. 3º desta Portaria, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as sanções previstas abaixo, conforme disposto no Art. 156 da Lei Federal 14.133-2021:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§1º - Na aplicação das sanções serão considerados:

1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

2. as peculiaridades do caso concreto;

3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§2º - A aplicação das sanções ao licitante ou contratado não afasta a incidência de eventual composição das perdas e danos causados à Administração e decorrentes de sua inadimplência. A diferença de preços verificada na efetivação de uma nova contratação feita no mercado, serão consideradas como perdas e danos, a serem ressarcidos à Administração, descontados os valores correspondentes às multas já aplicadas e efetivamente pagas.

§3º - Havendo a recusa do material ou do serviço, por parte da Universidade, a contratada deverá, no prazo fixado pela UNESP, que não excederá a 15 dias úteis - contados do recebimento da notificação da recusa - substituir, reparar, corrigir, remover, reconstruir, às suas custas, no todo ou em parte, o objeto viciado com defeitos ou incorreções na execução, sob pena de restar caracterizada a inexecução total ou parcial do objeto contratado, com a consequente aplicação das sanções previstas nesta Portaria.

§4º - Nas sanções que resultem em impedimento temporal, a duração da penalidade será definida com base na gravidade da conduta do contratado e dos prejuízos dela resultantes, utilizando-se os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e legalidade, observados os limites temporais fixados na Lei Federal 14.133- 2021.

Seção II

Das Sanções de Advertência

Artigo 5º - A sanção de advertência será aplicável nos casos em que haja a inexecução parcial do contrato, conforme inciso I do Art. 4º desta Portaria, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

Seção III

Da Sanção de Multa

Artigo 6º - A sanção de multa será aplicável, de forma individual ou cumulada com outra sanção, por qualquer das infrações previstas no Art. 3º desta Portaria, conforme as seguintes espécies e percentuais:

I - multa compensatória de 10% do valor estimado do objeto na licitação ou contratação direta, na ocorrência das infrações, previstas nos incisos IV, VIII, IX, X, XI e XII do Art. 3º desta Portaria, ocorridas durante a fase de licitação ou contratação direta.

II - multa compensatória de 20% do valor da proposta na licitação ou contratação direta, na ocorrência das infrações, previstas nos incisos V e VI do Art. 3º desta Portaria, ocorridas durante a fase de licitação ou contratação direta.

III - multa compensatória de 30% do valor não executado do contrato na ocorrência das infrações previstas nos incisos I, II, III, VIII, IX, X, XI e XII do Art. 3º desta Portaria, durante a fase execução do contrato.

IV - multa contratual de 2%, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, na hipótese de ocorrência da infração prevista no inciso VII do Art. 3º desta Portaria, acrescida de multa de mora, conforme as seguintes hipóteses:

- a) multa de mora de 0,3%, calculada progressivamente, por dia de atraso, sobre o valor da obrigação não cumprida, nos casos de atraso no fornecimento de materiais e serviços;
- b) multa de mora de 0,4% calculada progressivamente, por dia de atraso, sobre o valor da obrigação não cumprida, nos casos de atraso na execução de obras e serviços de engenharia.

§1º - Para o cálculo das multas de mora previstas nas alíneas "a" e "b" do inciso IV deste artigo, deverá ser adotado o método de acumulação simples, que significa a mera multiplicação da taxa diária pelo número de dias de atraso e pelo valor correspondente à obrigação não cumprida.

§2º - As multas previstas no artigo 6º são autônomas e a aplicação de uma não exclui a incidência das outras, devendo sempre serem calculadas sobre os valores contratuais reajustados, desde que conste do termo de contrato a cláusula de reajuste.

§3º - A somatória da multa contratual com a multa de mora calculada na forma deste artigo não poderá ser inferior a 10 UFESPs e nem exceder a 30% do valor contratado.

§4º - Nos casos em que o atraso incorrido pela contratada resultar em valor de multa ínfimo ou que não seja suficiente para fazer frente aos custos administrativos despendidos para a operacionalização do procedimento sancionatório, poderá a autoridade competente, em despacho escrito e fundamentado no processo, converter a aplicação da multa em advertência.

§5º - As multas, aplicadas após o regular processo administrativo, serão:

1. descontadas da garantia do respectivo contrato ou instrumento equivalente;
2. compensadas com pagamentos eventualmente devidos pela Administração, devidamente executados e atestados pela fiscalização designada para a contratação;
3. cobradas administrativamente, caso seu valor for superior à soma dos totais dispostos nos incisos I e II deste parágrafo.
4. cobradas judicialmente, caso o valor atualizado ultrapassar 300 UFESPs e a cobrança administrativa seja infrutífera.

§6º - Na hipótese do pagamento das multas através do inciso III do §5º deste artigo, incidirá correção monetária diária no período compreendido entre o dia imediatamente posterior à data final para liquidar a multa e aquele em que o pagamento efetivamente ocorrer, com base na variação da Unidade Fiscal do Estado de São Paulo - UFESP, ou índice que venha substituí-la.

§7º - No caso de a aplicação das multas estabelecidas em contratos e de mora, somadas, extrapolarem 30% do valor atualizado do contrato, a Autoridade Competente deverá imediatamente promover a rescisão unilateral por inexecução contratual, salvo quando houver justificativa formal e fundamentada da vantajosidade da manutenção da contratação para a Administração.

§8º - A aplicação das multas previstas nos Incisos III, IV, V, VII do caput deste artigo, nos casos de fornecimento de material ou serviços, se dará observada as seguintes condições:

1. após o prazo fixado pela UNESP, que não excederá a 15 dias úteis, contados do recebimento da notificação, para substituir, reparar, corrigir, remover, reconstruir, às suas custas, no todo ou em parte, o objeto viciado com defeitos ou incorreções na execução, salvo na impossibilidade de serem refeitos os serviços rejeitados, ou na hipótese de não serem os mesmos executados;
2. a contagem do período de atraso na execução dos ajustes será realizada a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da

obrigação;

3. a contagem dos prazos de execução dos contratos será efetuada utilizando-se dias corridos, iniciando-se no primeiro dia útil subsequente ao do início da vigência do contrato ou da ordem escrita de início da sua execução, ou ainda do efetivo recebimento, por qualquer meio, do instrumento equivalente pelo contratado, devendo o comprovante de recebimento integrar o processo.

§9º - O pedido de prorrogação de prazo final para a execução de obra, serviços ou entrega de material somente será apreciado se efetuado dentro dos prazos de execução ou fixados no contrato ou instrumento equivalente, e quando aprovado, suspende a incidência de multas. O prazo para protocolo do pedido de prorrogação prazo previsto neste artigo será de no mínimo 15 dias úteis quando não fixado no Edital ou no Contrato.

Seção IV

Do Impedimento de Licitar e Contratar

Artigo 7º - A sanção de impedimento de licitar e contratar, prevista no inciso III do caput do Art. 4º desta Portaria, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Art. 3º desta Portaria, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 anos.

Parágrafo único - A duração da penalidade será definida com base na gravidade da conduta do contratado e dos prejuízos dela resultantes, utilizando-se os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e legalidade.

Seção V

Da Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar

Artigo 8º - A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no inciso IV do caput do Art. 4º desta Portaria, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Art. 3º desta Portaria, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no Art. 7º desta Portaria, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 anos e máximo de 6 anos.

Artigo 8º - A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no inciso IV do caput do Art. 4º desta Portaria, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Art. 3º desta Portaria, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a

imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no Art. 7º desta Portaria, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 anos e máximo de 6 anos.

Seção VI

Disposições Gerais para o Procedimento de Aplicação de Sanções

Artigo 9º - À licitante ou contratada será garantido o contraditório e a ampla defesa contra a aplicação das sanções definidas no Art. 4º, exercidos por intermédio de manifestações e recursos, nos prazos dispostos nos Artigos 157, 158, 166 e 167 da Lei Federal 14.133-2021.

Artigo 10 - No procedimento para aplicação de sanções, serão observados os seguintes termos:

- nenhum prazo de defesa ou recurso se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vistas franqueadas ao interessado;

I - as sanções previstas nesta Portaria poderão ser alteradas ou extintas pela própria Autoridade Competente que as aplicou, ou pela Autoridade Superior a esta, mediante ato fundamentado baseado na análise técnica da defesa e/ou recurso tempestivo apresentados pela licitante ou contratada;

II - a Autoridade Competente, após oitiva da Assessoria Jurídica, poderá celebrar Acordo de Leniência com a pessoa jurídica responsável pela prática de atos ilícitos previstos na Lei Federal 14.133-2021, com vistas à isenção ou atenuação das sanções administrativas, conforme expressa previsão do Art. 17 da Lei Federal 12.846, de 1-8-2013;

III - a extinção da aplicação das sanções previstas nesta Portaria não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral de eventual dano comprovadamente causado à Administração, observada a possibilidade da sua composição ocorrer no âmbito de Acordo Administrativo nos termos do Art. 9º do Decreto Federal 9.830-2019;

IV - para a extinção das sanções previstas nos Arts. 7º e 8º desta Portaria, deverá ser lavrado Termo de Compromisso disposto no artigo 26 do Decreto-lei Federal 4.657-1942, modificada pela Lei 13.655-2018 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), observando os requisitos para sua operacionalização previsto no artigo 10 do Decreto Federal 9.830-2019 que o regulamenta.

Seção VII

Do Processo Administrativo para Aplicação de Sanções

Artigo 11 - A aplicação das sanções previstas nos Arts. 5º, 6º, 7º e 8º desta Portaria será processada pelo órgão contratante, através de processo administrativo e do Sistema e-Sanções, conforme legislação vigente.

Parágrafo único - O processo administrativo sancionatório observará o disposto nos artigos 62 a 64 da Lei Estadual 10.177-1998, ou outra norma estadual que venha a substituí-la.

Seção VIII

Dos Cadastros e Comunicações

Artigo 12 - Na ocorrência do inadimplemento do pagamento da penalidade prevista no artigo 6º desta Portaria, a contratada será inscrita no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais - Cadin Estadual, obedecendo ao disposto contido em legislação específica, sem prejuízo da ação judicial de cobrança.

Artigo 13 - No prazo máximo 15 dias úteis, contado da data de aplicação das sanções previstas nos artigos 7º e 8º, deverão ser informados e mantidos atualizados os dados relativos às sanções aplicadas pela UNESP no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

Parágrafo único - As sanções aplicadas pela Universidade serão publicadas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em atendimento ao artigo 174, inciso I da Lei 14.133-2021, mediante a remessa de dados via integração de sistemas ou outros meios disponíveis para a finalidade.

Artigo 14 - Quando tratar-se das penalidades previstas nos Artigos 7º e 8º, a contratada será incluída na relação de "Apenados" do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

Capítulo V

Das Disposições Finais

Artigo 15 - Os instrumentos convocatórios e todos contratos e instrumentos equivalentes deverão fazer referência à presente Portaria, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 16 - As medidas complementares a esta Portaria serão definidas através de Instruções Normativas e demais normas procedimentais a serem baixadas pela Pró Reitoria de Planejamento Estratégico e Gestão – PROPEG.

Artigo 17 – Permanecem regidos pela Portaria UNESP 6, de 13-1-2021 as licitações, dispensas, inexigibilidades, contratos ou instrumentos equivalentes realizados ou celebrados sob a égide da Lei 8.666- 1993 ou da Lei 10.520-2002.

Artigo 18 - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

ANEXO IV

MODELO(S) REFERENTE(S) A PLANILHA DE PROPOSTA

INSTRUÇÕES IMPORTANTES:

- 1 - Na plataforma compras.gov o valor da proposta deverá ser o "valor total de TODOS os itens";
- 2 - Na proposta deste modelo, a redução deverá ser linear para TODOS os itens que compõem o serviço;
- 3 - Serão observados como critério de aceitabilidade de preços unitários máximos os valores unitários estimados do TR;
- Proposta em papel timbrado da proponente
- Na cotação deverão estar inclusos, além do lucro, todos os custos diretos ou indiretos relativos ao cumprimento integral do objeto do contrato.

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

Razão Social:

CNPJ:

Cidade:

End:

CEP:

Telefone:

Email:

Conta Corrente: Banco do Brasil

GRUPO 1

ITENS	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	CATSERV	UNID.	PR. UNIT. (R\$)	PR. TOTAL. (R\$)
1			CIVIL, SISTEMAS ESTRUTURAIS, VEDAÇÕES E COMPLEMENTOS	1619			
1.1	CDHU	34.01.020	LIMPEZA E REGULARIZAÇÃO DE ÁREAS		m ²		
1.2	CDHU	02.09.030	Limpeza manual do terreno, inclusive troncos até 5 cm de diâmetro, com caminhão à disposição dentro da obra, até o raio de 1 km		m ²		
1.3	CDHU	34.02.100	Plantio de grama esmeralda em placas (jardins e canteiros)		m ²		
1.4	CDHU	34.13.011	Corte, recorte e remoção de árvore inclusive as raízes - diâmetro (DAP)>5cm<15cm		un		
1.5	CDHU	34.13.021	Corte, recorte e remoção de árvore inclusive as raízes - diâmetro (DAP)>15cm<30cm		un		
1.6	CDHU	05.07.050	REMOÇÃO DE ENTULHO COM CAÇAMBA METÁLICA		m ³		
1.7	CDHU	06.02.020	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALAS ATÉ 1,50 M		m ³		
1.8	CDHU	06.11.040	REATERRO COMPACTADO DE VALAS		m ³		
1.9	CDHU	07.02.020	ESCAVAÇÃO MECANIZADA ATÉ 2,00 M		m ³		
1.10	CDHU	07.11.020	REATERRO MECANIZADO		m ³		
1.11	SINAPI	94319	FORNECIMENTO DE SOLO ARGILO- ARENOSO INCLUSO TRANSPORTE		m ³		
1.12	CDHU	14.04.200	ALVENARIA DE TIJOLO CERÂMICO 9CM USO REVESTIDO		m ²		

1.13	CDHU	14.04.210	ALVENARIA DE TIJOLO CERÂMICO 14CM USO REVESTIDO	m ²		
1.14	CDHU	14.04.220	ALVENARIA DE TIJOLO CERÂMICO 19CM USO REVESTIDO	m ²		
1.15	CDHU	14.01.060	ALVENARIA DE EMBASAMENTO EM BLOCOS DE CONCRETO 19x19x39 CLASSE A	m ²		
1.16	CDHU	14.10.111	ALVENARIA COM BLOCO DE CONCRETO VEDAÇÃO 14x19x39 CM CLASSE C	m ²		
1.17	CDHU	14.10.121	ALVENARIA COM BLOCO DE CONCRETO VEDAÇÃO 19x19x39 CM CLASSE C	m ²		
1.18	CDHU	14.11.221	ALVENARIA COM BLOCO DE CONCRETO ESTRUTURAL 14x19x39 CM CLASSE B	m ²		
1.19	CDHU	14.11.231	ALVENARIA COM BLOCO DE CONCRETO ESTRUTURAL 19x39x39 CM CLASSE B	m ²		
1.20	CDHU	14.30.310	DIVISÓRIA EM PLACAS DE GESSO ACARTONADO RF 30 ESP.100/70 MM 1ST/1ST	m ²		
1.21	CDHU	22.02.100	FORRO EM PAINÉIS DE GESSO ACARTONADO ACABAMENTO LISO COM PELÍCULA EM PVC, 625 x 1225 MM, ESP. 9,5MM, REMOVÍVEL	m ²		
1.22	FDE	10.01.049	FORRO DE GESSO ACARTONADO INCLUSIVE ESTRUTURA	m ²		
1.23	SIURB	12001043	FORRO DE GESSO ACARTONADO TIPO FGE	m ²		
1.24	SIURB	12001040	FORRO DE GESSO COMUM	m ²		
1.25	SINAPI	97641	REMOÇÃO DE FORRO DE GESSO	m ²		
1.26	CDHU	17.02.020	CHAPISCO	m ²		
1.27	CDHU	17.02.120	EMBOÇO PAULISTA (MASSA ÚNICA)	m ²		
1.28	SIURB	130.02.042	PISO CERÂMICO ESMALTADO (PEI 5) ASSENTADO COM ARGAMASSA COLANTE	m ²		
1.29	SIURB	130.02.039	PISO CERÂMICO NÃO ESMALTADO ANTI DERRAPANTE (PEI 5) ASSENTADO COM ARGAMASSA COLANTE	m ²		
1.30	CDHU	18.11.022	REVESTIMENTO CERÂMICO INCL. REJUNTAMENTO	m ²		
1.31	SINAPI	87265	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 20 X 20 CM APLICADAS NA ALTURA INTEIRA DAS PAREDES.	m ²		
1.32	SIURB	11002029	AZULEJOS, JUNTA AMARRAÇÃO OU A PRUMO - ASSENTES COM ARGAMASSA COLANTE	m ²		
1.33	SIURB	13003009	RODAPE CERÂMICO 5 CM A 7 CM INCL. REJUNTAMENTO	m ²		
1.34	SIURB	17060030	RETIRADA DE LAJOTAS PRÉ-MOLDADAS DE CONCRETO	m ²		
1.35	CDHU	03.01.250	DEMOLIÇÃO MECANIZADA DE PISO	m ²		
1.36	CDHU	03.03.060	DEMOLIÇÃO MANUAL DE PISO	m ²		
1.37	CDHU	03.02.040	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA INCLUSIVE REVESTIMENTO EM MASSA	m ²		
1.38	CDHU	03.04.020	DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO INCLUSIVE A BASE	m ³		
1.39	CDHU	03.03.040	DEMOLIÇÃO EM REVESTIMENTO EM MASSA DE PAREDE OU TETO	m ²		
1.40	CDHU	17.05.020	PISO COM REQUADRO EM CONCRETO SEM CONTROLE FCK	m ²		
1.41	CDHU	17.05.070	PISO DE CONCRETO FCK 20 MPA COM CONTROLE FCK	m ³		

1.42	CDHU	10.02.020	ARMADURA EM TELA SOLDADA DE AÇO	kg		
1.43	CDHU	54.04.350	PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTA DE CONCRETO 35 MPA ESPESSURA 8 CM TIPOS: RAQUETE, RETANGULAR, SEXTAVADO E 16 FACES	m ²		
1.44	FDE	13.80.018	REPARO COMPLETO EM GRANILITE-RASPAGEM/ESTUCAMENTO/POLIMENTO	m ²		
1.45	SINAPI	104162	PISO EM GRANILITE, MARMORITE OU GRANITINA EM AMBIENTES INTERNOS, COM ESPESSURA DE 8 MM, INCLUSO MISTURA EM BETONEIRA, COLOCAÇÃO DAS JUNTAS, APLICAÇÃO DO PISO, 4 POLIMENTOS COM POLITRIZ, ESTUCAMENTO, SELADOR E CERA. AF_02/2026_PE	m ²		
1.46	FDE	13.02.069	PORCELANATO ESMALTADO	m ²		
1.47	FDE	02.05.050	CONCRETO GROUT	m ³		
1.48	CDHU	54.06.040	GUIA DE CONCRETO PRÉ-FABRICADA	m		
1.49	CDHU	33.01.280	REPAROS EM TRINCAS ATÉ 5 MM COM MASSA ACRÍLICA E TELA DE POLIÉSTER	m		
1.50	FDE	15.50.002	REMOÇÃO DE OLEO, ESMALTE, LATEX, ACRILICOEM PAREDES COM LIXAMENTO	m		
1.51	SIURB	15050010	REMOÇÃO DE PINTURA EM ESQUADRIAS E FORROS DE MADEIRA - LIXA	m ²		
1.52	SIURB	15050020	REMOÇÃO DE PINTURA EM ESQUADRIAS E PEÇAS DE SERRALHERIA - LIXA	m ²		
1.53	CDHU	33.02.080	APLICAÇÃO E LIXAMENTO DE MASSA CORRIDA ACRÍLICA	m ²		
1.54	CDHU	33.10.060	PINTURA EPÓXI INCLUSIVE FUNDO PREPARADOR	m ²		
1.55	CDHU	33.10.030	PINTURA ACRÍLICA ANTIMOFO INCLUSIVE FUNO PREPARADOR	m ²		
1.56	CDHU	33.10.020	PINTURA LÁTEX PVA INCLUSIVE FUNDO PREPARADOR	m ²		
1.57	CDHU	33.06.020	PINTURA ACRÍLICA EM PISO	m ²		
1.58	FDE	15.80.060	ESMALTE EM ESTRUTURAS METÁLICAS INCLUSIVE PREPARO E RETOQUE DE ZARCÃO	m ²		
1.59	SIURB	15002011	PINTURA ESMALTE EM SUPERFÍCIES DE MADEIRA INCLUSIVE FUNDO E EMASSAMENTO	m ²		
1.60	SIURB	15003014	PINTURA ESMALTE EXTERIOR DE CALHAS RUFOS E CONDUTORES	m ²		
1.61	SIURB	17003072	DEMARCAÇÃO E PINTURA DE FAIXAS COM BORRACHA CLORADA ATÉ 10 CM	m ²		
1.62	CDHU	33.03.740	PINTURA EM RESINA ACRÍLICA PARA PAREDES DE TIJOLO A VISTA	m ²		
1.63	CDHU	23.20.100	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE BATENTES EM MADEIRA	m		
1.64	CDHU	23.20.120	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE GUARNIÇÃO EM MADEIRA	m		
1.65	CDHU	23.20.170	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PORTA LISA FOLHEADA EM MADEIRA	m ²		
1.66	CDHU	04.08.020	RETIRADA DE FOLHAS EM ESQUADRIAS DE MADEIRA	un		
1.67	SIURB	7060002	RETIRADA DE BATENTES DE MADEIRA	m		
1.68	SIURB	8060005	RETIRADA DE BATENTES METÁLICOS	un		
1.69	CDHU	04.09.020	RETIRADA DE ESQUADRIAS METÁLICAS EM GERAL, PORTAS OU CAIXILHOS	m ²		
1.70	CDHU	24.01.010	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CAIXILHO DE FERRO FIXO SOB MEDIDA	m ²		

1.71	CDHU	24.01.030	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CAIXILHO DE FERRO BASCULANTE SOB MEDIDA	m ²		
1.72	CDHU	24.01.100	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CAIXILHO DE FERRO TIPO VENEZIANA LINHA COMERCIAL	m ²		
1.73	SIURB	24.01.070	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CAIXILHO DE FERRO DE CORRER SOB MEDIDA	m ²		
1.74	CDHU	24.02.450	GRADE DE PROTEÇÃO PARA CAIXILHOS	m ²		
1.75	CDHU	25.01.400	CAIXILHO EM ALUMÍNIO ANODIZADO, FIXO, COM VENTILAÇÃO PERMANENTE	m ²		
1.76	CDHU	25.01.410	CAIXILHO EM ALUMÍNIO ANODIZADO - PIVOTANTE	m ²		
1.77	CDHU	26.01.040	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE VIDRO COMUM 4MM	m ²		
1.78	CDHU	26.01.060	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE VIDRO COMUM 5MM	m ²		
1.79	CDHU	26.01.080	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE VIDRO COMUM 6MM	m ²		
1.80	CDHU	04.14.020	RETIRADA DE VIDRO OU ESPELHO COM RASPAGEM DA MASSA OU RETIRADA DE BAGUETE	m ²		
1.81	FDE	08.82.060	LIMPEZA DE CANALETAS DE ÁGUAS PLUVIAIS	m		
1.82	CDHU	55.01.030	LIMPEZA COMPLEMENTAR COM HIDROJATEAMENTO	m ²		
1.83	CDHU	02.05.100	MONTAGEM DE ANDAIMES TUBULAR FACHADEIRO ALTURA ATÉ 20 M	m ²		
1.84	CDHU	02.05.090	Montagem e desmontagem de andaime tubular fachadeiro com altura até 10 m	m ²		
1.85	CDHU	02.05.212	ANDAIME TUBULAR FACHADEIRO COM PISO METÁLICO, SAPATAS AJUSTÁVEIS E ESCADA DE ACESSO	m ² /mês		
1.86	SIURB	10014075	TAMPO PARA BANCADA ÚMIDA - GRANITO CINZA ANDORINHA - ESPESSURA 2CM	m ²		
1.87	CDHU	29.01.230	CANTONEIRA E PERFIS EM FERRO	kg		
1.88	CDHU	29.01.210	CANTONEIRA EM AÇO GALVANIZADO	kg		
1.89	CDHU	29.01.030	PERFIL EM ALUMÍNIO NATURAL	kg		
1.90	SINAPI	90447	RASGO EM ALVENARIA P/ TUBULAÇÕES ATÉ 40MM	m		
1.91	CDHU	91222	RASGO EM ALVENARIA P/ TUBULAÇÕES MAIORES QUE 40 ATÉ 75 MM	m		
1.92	CDHU	11.05.040	ARGAMASSA GRAUTE	m ³		
1.93	CDHU	02.03.030	PROTEÇÃO DE SUPERFÍCIES EM GERAL COM PLÁSTICO BOLHA	m ²		
1.94	CDHU	02.03.240	PROTEÇÃO DE PISO COM TECIDO DE ANIAGEM	m ²		
1.95	CDHU	02.03.120	TAPUME FIXO PARA FECHAMENTO DE ÁREA COM PORTÃO	m ²		
1.96	SIURB	17004020	LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA ATÉ 1000 LITROS	un		
1.97	SIURB	17004021	LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA DE 1001 ATÉ 10.000 LITROS	un		
1.98	SIURB	17004022	LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA ACIMA DE 10.000 LITROS	un		
1.99	CDHU	11.18.040	LASTRO DE PEDRA BRITADA	m ³		
1.100	CDHU	11.18.060	LONA PLÁSTICA	m ²		
1.101	SIURB	2002016	LASTRO DE CONCRETO 150 kg CIM/M ³	m ³		
1.102	CDHU	12.01.041	BROCA DE CONCRETO ARMADO DIÂMETRO DE 25 CM COMPLETA	m		

1.103	CDHU	10.01.040	ARMADURA EM BARRA DE AÇO CA 50 (A OU B) fyk+ 500 Mpa	kg		
1.104	CDHU	10.01.060	ARMADURA EM BARRA DE AÇO CA 60 (A OU B) fyk+ 600 MPa	kg		
1.105	SIURB	2003001	FORMA COMUM DE TABUAS DE PINUS	m ²		
1.106	CDHU	11.01.100	CONCRETO USINADO FCK 20 Mpa	m ³		
1.107	CDHU	11.01.130	CONCRETO USINADO FCK 25 Mpa	m ³		
1.108	CDHU	11.03.090	CONCRETO PREPARADO NO LOCAL FCK 20 MPA	m ³		
1.109	CDHU	11.16.060	LANÇAMENTO E ADENSAMENTO DE CONCRETO	m ³		
1.110	FDE	03.03.018	LAJE PRÉ-FABRICADA MISTA VIGOTA TRELIÇADA UNIDIRECIONAL - LT 12 (8 +4) E CAPA DE CONCRETO 20 Mpa INCLUSIVE ESCORAMENTO	m ²		
1.111	CPOS	49.03.020	CAIXA EM ALVENARIA 60 X 60 X 60 CM INTERNO INCLUSIVE TAMPA	un		
1.112	SIURB	1004050	CAIXA DE INSPEÇÃO EM ALVENARIA ½ TIJOLO COMUM	m ²		
1.113	SIURB	1004051	CAIXA DE INSPEÇÃO EM ALVENARIA 1 TIJOLO COMUM	m ²		
1.114	SIURB	1004052	CAIXA DE INSPEÇÃO EM ALVENARIA - TAMPA DE CONCRETO 5 CM	m ²		
1.115	SIURB	1004049	CAIXA DE INSPEÇÃO EM ALVENARIA - LASTRO DE CONCRETO ESP. 10CM	m ²		
1.116	SIURB	10010094	CAIXA DE INSPEÇÃO EM ALVENARIA - ESCAVAÇÃO E APILOAMENTO	m ²		
1.117	FDE	04.60.012	RETIRADA DE PAINÉIS DIVISÓRIOS COM MONTANTES METÁLICOS (DRYWALL)	m ²		
1.118	CDHU	03.05.020	DEMOLIÇÃO MANUAL DE REVESTIMENTO SINTÉTICO, INCLUINDO A BASE	m ²		
1.119	CDHU	21.02.060	REVESTIMENTO VINÍLICO, ESPESSURA DE 3.2 MM PARA TRÁFEGO INTENSO, COM IMPERMEABILIZANTE ACRÍLICO	m ²		
1.120	CDHU	21.02.281	REVESTIMENTO VINÍLICO FLEXÍVEL EM MANTA HOMOGÊNEA, ESPESSURA DE 2 MM, COM IMPERMEABILIZANTE ACRÍLICO	m ²		
1.121	CDHU	19.01.064	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE GRANITO PARA SOLEIRA E PEITORIL	m ²		
1.122	SICRO3	3806386	GUARDA CORPO E CORRIMÃO METÁLICO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	m		
1.123	CDHU	17.01.020	Argamassa de regularização e/ou proteção	m ³		
1.124	SINAPI	88630	ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA MÉDIA), PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_08/2019	m ³		
1.125	CDHU	03.01.020	Demolição manual de concreto simples	m ³		
1.126	SINAPI	94994	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 8 CM, ARMADO. AF_08/2022	m ²		
1.127	CDHU	04.03.040	Retirada de telhamento perfil e material qualquer, exceto barro	m ²		
1.128	CDHU	04.03.020	Retirada de telhamento em barro	m ²		
1.129	FDE	07.70.052	RECOLOCAÇÃO DE TELHA DE BARRO TIPO PLAN	m ²		
1.130	FDE	07.70.055	RECOLOCAÇÃO DE TELHA DE FIBROCIMENTO, PLÁSTICO OU ALUMÍNIO	m ²		

1.131	SINAPI	100329	RETIRADA E RECOLOCAÇÃO DE TELHA CERÂMICA DE ENCAIXE, COM MAIS DE DUAS ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019		m²		
1.132	SINAPI	100391	RETIRADA E RECOLOCAÇÃO DE CAIBRO DE MADEIRA EM TELHADOS DE MAIS DE 2 ÁGUAS COM TELHA CERÂMICA OU DE CONCRETO DE ENCAIXE, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_10/2025		m²		
1.133	SINAPI	100390	RETIRADA E RECOLOCAÇÃO DE RIPA DE MADEIRA EM TELHADOS DE MAIS DE 2 ÁGUAS COM TELHA CERÂMICA OU DE CONCRETO DE ENCAIXE, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_10/2025		m²		
1.134	CDHU	55.01.020	Limpeza final		m²		
1.135	FDE	07.60.061	RETIRADA DE TELHAS OND DE FIBRO-CIM/PLAST OU ALUM/PLANA PRE FAB - S/REAPROV		m²		
1.136	CDHU	16.12.060	Telhamento em chapa de aço pré-pintada, perfil trapezoidal, com espessura de 0,50mm e altura de 40mm		m²		
1.137	CDHU	16.13.070	Telhamento em chapa de aço pré-pintada, tipo sanduíche, espessura de 0,50mm, com poliisocianurato (PIR)		m²		
1.138	SINAPI	94218	TELHAMENTO COM TELHA ESTRUTURAL DE FIBROCIMENTO E= 8 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019_PS		m²		
1.139	CDHU	16.02.030	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TELHA CERÂMICA		m²		
1.140	CDHU	15.20.040	Recolocação de peças lineares em madeira com seção até 60 cm²		m		
1.141	CDHU	04.02.020	Retirada de peças lineares em madeira com seção até 60 cm²		m		
1.142	CDHU	15.20.020	Fornecimento de peças diversas para estrutura em madeira		m³		
1.143	SIURB	6080001	REVISÃO GERAL DE TELHADOS DE BARRO, INCLUSIVE TOMADA DE GOTEIRA		m²		
1.144	SIURB	6080010	MADEIRAMENTO DE TELHADO, PADRÃO PEROBA - RIPAS 1,5X5CM		m		
1.145	SIURB	6080012	MADEIRAMENTO DE TELHADO, PADRÃO PEROBA - CAIBROS 5X6CM		m		
1.146	SIURB	6080016	MADEIRAMENTO DE TELHADO, PADRÃO PEROBA - VIGAS 6X12CM		m		
1.147	CDHU	15.03.030	Fornecimento e montagem de estrutura em aço ASTM-A36, sem pintura		kg		
1.148	CDHU	15.03.090	Montagem de estrutura metálica em aço, sem pintura		kg		
1.149	CDHU	04.02.140	Retirada de estrutura metálica		kg		
1.150	CDHU	04.09.160	Retirada de entelamento metálico em geral		m²		
2			INSTALAÇÕES HIDROSANITÁRIAS E PLUVIAIS	1627			
2.1	CDHU	46.01.020	TUBO DE PVC RÍGIDO, SOLDÁVEL (LINHA ÁGUA) - 25MM (¾") INCLUSIVE CONEXÕES		m		
2.2	CDHU	46.01.030	TUBO DE PVC RÍGIDO, SOLDÁVEL (LINHA ÁGUA) - 32MM (1") INCLUSIVE CONEXÕES		m		
2.3	CDHU	46.01.050	TUBO DE PVC RÍGIDO, SOLDÁVEL (LINHA ÁGUA) - 50MM (1 1/2")		m		
2.4	SIURB	10005031	REGISTRO DE GAVETA, METAL CROMADO - ¾"		un		
2.5	SIURB	10005032	REGISTRO DE GAVETA, METAL CROMADO - 1"		un		
2.6	SIURB	10005033	REGISTRO DE GAVETA, METAL CROMADO - 1 ¼"		un		

2.7	SIURB	10005051	REGISTRO DE PRESSÃO , METAL CROMADO - ¾"		un		
2.8	SIURB	10009030	TUBO DE PVC RÍGIDO, PONTA E BOLSA (LINHA ESGOTO) - 40MM (1 ½")		m		
2.9	SIURB	10009031	TUBO DE PVC RÍGIDO, PONTA E BOLSA (LINHA ESGOTO) - 50MM (2")		m		
2.10	SIURB	10009032	TUBO DE PVC RÍGIDO, PONTA E BOLSA (LINHA ESGOTO) - 75MM (3")		m		
2.11	SIURB	10009033	TUBO DE PVC RÍGIDO, PONTA E BOLSA (LINHA ESGOTO) - 100MM (4")		m		
2.12	SIURB	10009034	TUBO DE PVC RÍGIDO, PONTA E BOLSA (LINHA ESGOTO) - 150MM (6")		m		
2.13	SIURB	10009035	TUBO DE PVC RÍGIDO, PONTA E BOLSA (LINHA ESGOTO) - 200MM (8")		m		
2.14	FDE	08.10.049	RALO SECO DE PVC RÍGIDO, COM SAÍDA SOLDADA DE 40MM - DIÂMETRO 100MM		un		
2.15	FDE	08.10.004	CAIXA SIFONADA DE PVC RÍGIDO - 100x150MM		un		
2.16	FDE	08.10.006	CAIXA SIFONADA DE PVC RÍGIDO - 150x150MM		un		
2.17	CDHU	49.03.020	CAIXA DE GORDURA, ALVENARIA DE TIJOLOS MACIÇOS COMUNS - 60x60CM		un		
2.18	SIURB	10011092	HP.02 - GRELHA DE FERRO PERFILADO PARA CANALETA - L=30CM		m		
2.19	SIURB	10060003	RETIRADA DE TUBULAÇÃO DE PVC RÍGIDO - ATÉ 4"		m		
2.20	SIURB	10060011	RETIRADA DE TUBULAÇÃO DE CERÂMICA VIDRADA - ATÉ 6"		m		
2.21	SIURB	10060018	RETIRADA DE REGISTROS OU VÁLVULAS FLEXÍVEIS		un		
2.22	SIURB	10060026	RETIRADA DE CAIXAS SIFONADAS OU RALOS		un		
2.23	SIURB	10060032	RETIRADA DE CALHAS, RUFOS OU RINCÕES EM CHAPA METÁLICA		m		
2.24	SIURB	10060033	RETIRADA DE CONDUTORES APARENTES		m		
2.25	FDE	08.60.011	RETIRADA DE APARELHOS SANITÁRIOS, INCLUSIVE ACESSÓRIOS		un		
2.26	FDE	08.60.010	RETIRADA DE SIFÕES		un		
2.27	FDE	08.60.007	RETIRADA DE TORNEIRAS		un		
2.28	CDHU	04.11.160	RETIRADA DE CAIXAS DE DESCARGA DE SOBREPOR OU ACOPLADA		un		
2.29	SIURB	10060050	RETIRADA DO TAMPO ÚMIDO		m²		
2.30	FDE	08.70.005	RECOLOCAÇÃO DE REGISTROS OU VÁLVULAS FLEXÍVEIS		un		
2.31	SIURB	10070026	RECOLOCAÇÃO DE CAIXAS SIFONADAS OU RALOS		un		
2.32	SIURB	10070032	RECOLOCAÇÃO DE CALHAS, RUFOS OU RINCÕES EM CHAPA METÁLICA		m		
2.33	SIURB	10070033	RECOLOCAÇÃO DE CONDUTORES APARENTES		m		
2.34	CDHU	44.20.060	RECOLOCAÇÃO DE APARELHOS SANITÁRIOS, INCLUSIVE ACESSÓRIOS		un		
2.35	FDE	08.70.010	RECOLOCAÇÃO DE SIFÕES		un		
2.36	SIURB	10070042	RECOLOCAÇÃO DE TORNEIRAS		un		
2.37	SIURB	10070045	RECOLOCAÇÃO DE CAIXAS DE DESCARGA DE SOBREPOR		un		
2.38	SIURB	10080086	TORNEIRA DE PRESSÃO PARA LAVATÓRIO, METAL CROMADO - ½"		un		
2.39	SIURB	10014004	TORNEIRA DE PRESSÃO PARA USO GERAL, METAL CROMADO - ¾"		un		

2.40	SIURB	10014008	TORNEIRA DE PRESSÃO PARA PIA, COM CORPO LONGO E AERADOR - 3/4"		un		
2.41	SIURB	10014025	VÁLVULA DE DESCARGA EXTERNA COM ALAVANCA - 1 1/4"		un		
2.42	SIURB	10080093	VALVULA AMERICANA DE METAL CROMADO - 1 1/2"x3 3/4"		un		
2.43	SIURB	10080097	TUBO DE LIGAÇÃO EM ALUMÍNIO COM CANOPLA, PARA CHUVEIRO - 3/4"		un		
2.44	SIURB	10090001	DESENTUPIMENTO DE RAMAIS DE ESGOTO OU ÁGUAS PLUVIAIS		m		
2.45	FDE	16.05.036	CANAleta DE CONCRETO 1/2 CANA DN 30CM P/ AGUAS PLUVIAIS		m		
2.46	FDE	08.82.060	LIMPEZA DE CANALETAS DE ÁGUAS PLUVIAIS		m		
2.47	CDHU	55.02.050	Limpeza e desobstrução de canaletas ou tubulações de águas pluviais		m		
2.48	FDE	16.05.075	CA-10 CAIXA DE AREIA 50X50 CM PARA AGUAS PLUVIAIS		un		
2.49	FDE	16.05.031	CA-21 CANAleta DE AGUAS PLUVIAIS EM CONCRETO (20CM)		m		
2.50	FDE	16.05.032	CA-22 CANAleta DE AGUAS PLUVIAIS EM CONCRETO (30CM)		m		
2.51	SINAPI	89578	TUBO PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM CONDUTORES VERTICAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS. AF_06/2022		m		
2.52	SINAPI	89580	TUBO PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 150 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM CONDUTORES VERTICAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS. AF_06/2022		m		
2.53	CDHU	49.06.020	Grelha em ferro fundido para caixas e canaletas		m ²		
2.54	SINAPI	99257	CAIXA ENTERRADA HIDRÁULICA RETANGULAR EM ALVENARIA COM TIJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS, DIMENSÕES INTERNAS: 1X1X0,6 M PARA REDE DE DRENAGEM. AF_12/2020		un		
2.55	FDE	16.05.064	TUBO PVC OCRE JUNTA ELASTICA DN 100 INCLUSIVE CONEXOES - ENTERRADO		m		
2.56	CDHU	08.06.060	Barbacã em tubo de PVC com diâmetro 75 mm		m		
2.57	CDHU	08.05.110	Dreno com areia grossa		m ³		
2.58	FDE	08.50.021	DEMOLIÇÃO DE CONDUTORES APARENTES		m		
2.59	SIURB	10070033	RECOLOCAÇÃO DE CONDUTORES APARENTES		m		
2.60	SIURB	10012018	CONDUTOR EM TUBO DE PVC RÍGIDO, PONTA E BOLSA - 200MM (8")		m		
2.61	SINAPI	00012776	HIDROMETRO WOLTMANN, DN 2", VAZAO MAXIMA DE 50 M3/H, PARA AGUA POTAVEL FRIA, RELOJOARIA PLANA, TURBINA HORIZONTAL, EQUIPADO COM TELEMETRIA (SEM CONEXOES)		un		
2.62	SINAPI	00012777	HIDROMETRO WOLTMANN, DN 3", VAZAO MAXIMA DE 80 M3/H, PARA AGUA POTAVEL FRIA, RELOJOARIA PLANA, TURBINA HORIZONTAL, EQUIPADO COM TELEMETRIA (SEM CONEXOES)		un		
2.63	SIURB	10003009	CONJUNTO MOTOR-BOMBA - ATÉ 5HP		un		
2.64	SIURB	10003014	CONJUNTO MOTOR-BOMBA 270M3/H, 20MCA, 25CV, 1750RPM, 220/380V, TRIFÁSICO		un		
3			IMPERMEABILIZAÇÕES	1600			
3.1	CDHU	32.16.050	SERVIÇOS DE IMPERMEABILIZAÇÃO SERVIÇO DE IMPERMEABILIZAÇÃO EM MEMBRANA A BASE		m ²		

			DE POLÍMEROS ACRÍLICOS NA COR BRANCA (4kg/M ²)				
3.2	CDHU	32.16.010	SERVIÇO DE IMPERMEABILIZAÇÃO EM PINTURA DE ASFALTO OXIDADO COM SOLVENTES ORGÂNICOS SOBRE MASSA		m ²		
3.3	CDHU	32.16.070	SERVIÇO DE IMPERMEABILIZAÇÃO EM MEMBRANA A BASE DE RESINA TERMOPLÁSTICA E CIMENTOS ADITIVADOS COM REFORÇO EM TELA DE POLIESTER		m ²		
3.4	CDHU	32.15.040	SERVIÇO DE IMPERMEABILIZAÇÃO EM MANTA ASFÁLTICA COM ARMADURA TIPO III B, ESPESSURA DE 4 MM		m ²		
3.5	CDHU	32.17.010	SERVIÇO DE IMPERMEABILIZAÇÃO EM ARGAMASSA IMPERMEÁVEL COM ADITIVO HIDRÓFUGO		m ³		
3.6	CDHU	17.01.020	ARGAMASSA DE REGULARIZAÇÃO E OU PROTEÇÃO		m ³		
3.7	CDHU	32.08.030	JUNTA ESTRUTURAL COM POLIESTIRENO EXPANDIDO DE ALTA DENSIDADE P-III ESPESSURA DE 20 MM		m		
3.8	CDHU	32.07.160	JUNTA DE DILATAÇÃO ELÁSTICA A BASE DE POLIURETANO		cm ³		
3.9	SIURB	5050001	DEMOLIÇÃO DE ARGAMASSA IMPERMEÁVEL		m ²		
3.10	SIURB	5050002	DEMOLIÇÃO DE SISTEMAS IMPERMEABILIZANTES DE BASE ASFÁLTICAS		m ²		
3.11	CDHU	32.17.030	Impermeabilização em argamassa polimérica para umidade e água de percolação		m ²		
3.12	CDHU	32.16.030	Impermeabilização em membrana de asfalto modificado com elastômeros, na cor preta		m ²		
3.13	FDE	11.04.004	JUNTAS DE DILATAÇÃO/MASTIQUE ELÁSTICO OU POLIURETANO		cm ³		
3.14	SIURB	3040015	LIMPEZA DE JUNTA DE DILATAÇÃO COM REMOÇÃO DO EXCESSO DE CONCRETO - ATÉ 3CM		m		
4			ELÉTRICA	1538			
4.1	CDHU	39.21.060	CABO DE 16 MM ² - ISOLAMENTO 0,6/1KV - ISOLAÇÃO HEPR 90°		m		
4.2	CDHU	39.21.070	CABO DE 25 MM ² - ISOLAMENTO 0,6/1KV - ISOLAÇÃO HEPR 90°		m		
4.3	CDHU	39.21.080	CABO DE 35 MM ² - ISOLAMENTO 0,6/1KV - ISOLAÇÃO HEPR 90°		m		
4.4	CDHU	39.21.090	CABO DE 50 MM ² - ISOLAMENTO 0,6/1KV - ISOLAÇÃO HEPR 90°		m		
4.5	CDHU	39.21.100	CABO DE 70 MM ² - ISOLAMENTO 0,6/1KV - ISOLAÇÃO HEPR 90°		m		
4.6	CDHU	39.21.110	CABO DE 95 MM ² - ISOLAMENTO 0,6/1KV - ISOLAÇÃO HEPR 90°		m		
4.7	CDHU	39.21.120	CABO DE 120 MM ² - ISOLAMENTO 0,6/1KV - ISOLAÇÃO HEPR 90°		m		
4.8	CDHU	39.21.020	CABO DE 2,5 MM ² - ISOLAMENTO 0,6/1KV - ISOLAÇÃO HEPR 90°		m		
4.9	CDHU	39.21.030	CABO DE 4 MM ² - ISOLAMENTO 0,6/1KV - ISOLAÇÃO HEPR 90°		m		
4.10	CDHU	39.21.040	CABO DE 6 MM ² - ISOLAMENTO 0,6/1KV - ISOLAÇÃO HEPR 90°		m		
4.11	CDHU	38.01.040	ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO ROSCAVEL 3/4 - COM ACESSÓRIOS		m		
4.12	CDHU	38.01.060	ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO ROSCAVEL 1" - COM ACESSÓRIOS		m		

4.13	CDHU	38.06.060	ELETROD ACO GALV QUENTE (NBR 5624) 25 MM (1") - COM ACESSÓRIOS		m		
4.14	CDHU	38.06.120	ELETROD ACO GALV QUENTE (NBR 5624) 50 MM (2") - COM ACESSÓRIOS		m		
4.15	SIURB	9005012	QUADRO DISTRIBUICAO, DISJ. GERAL 60A P/ ATÉ 28 DISJS.		un		
4.16	SIURB	9005014	QUADRO DISTRIBUICAO, DISJ. GERAL 80A P/ ATÉ 34 DISJS.		un		
4.17	SIURB	9005017	QUADRO DISTRIBUICAO, DISJ. GERAL 100A P/ ATÉ 44 DISJS.		un		
4.18	FDE	09.05.063	BARRAMENTO DE 60A P/QUADROS DE DISTRIBUIÇÃO		m		
4.19	FDE	09.05.064	BARRAMENTO DE 100A P/QUADROS DE DISTRIBUIÇÃO		m		
4.20	FDE	09.08.029	INTERRUPTOR DE 1 TECLA BIPOLAR EM CAIXA 4"X2" - ELETROD. PVC FLEXÍVEL Ø 25MM .		un		
4.21	FDE	09.08.033	2 INTERRUPTORES 1 TECLA BIPOLAR EM CAIXA 4"X4 - ELETROD. PVC Ø 25MM AMARELO.		un		
4.22	CDHU	40.05.020	INTERRUPTOR DE 1 TECLA SIMPLES CAIXA 4"X2"		un		
4.23	CDHU	40.05.040	INTERRUPTOR 2 TECLAS SIMPLES CAIXA DE 4"X2"		un		
4.24	CDHU	40.05.060	INTERRUPTOR 3 TECLAS SIMPLES CAIXA 4"X2"		un		
4.25	FDE	09.08.063	2 INTERRUPTORES DE 1 TECLA EM CAIXA 4"X4"- ELETRODUTO DE PVC		un		
4.26	FDE	09.10.023	CENTRO DE LUZ EM PERFILADO-TOMADA DE LIGACAO - ELETROD. PVC Ø 25MM AMARELO.		un		
4.27	FDE	09.82.095	PERFILADO EM CHAPA DE ACO 38X38MM		m		
4.28	FDE	09.84.004	INTERRUPTOR PARALELO		un		
4.29	CDHU	40.04.450	TOMADA 2P+T PADRAO NBR 14136 CORRENTE 10A-250V		un		
4.30	CDHU	40.04.460	TOMADA 2P+T PADRAO NBR 14136 CORRENTE 20A-250V		un		
4.31	FDE	09.62.012	RETIRADA DE PERFILADOS		m		
4.32	CDHU	38.20.040	Recolocação de eletrodutos		M		
VALOR TOTAL							

GRUPO 02

ITENS	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	CATSERV	UNID.	PR. UNIT. (R\$)	PR. TOTAL. (R\$)
5			CALHAS	2496			
5.1	FDE	08.82.061	SOLDA E REBITAGEM EM CALHAS DE CHAPA GALVANIZADA		m		
5.2	FDE	11.04.004	JUNTAS DE DILATAÇÃO/MASTIQUE ELASTICO OU POLIURETANO		cm ³		
5.3	CDHU	16.33.052	Calha, rufo, afins em chapa galvanizada nº 24 - corte 0,50 m		m		
5.4	CDHU	16.33.062	Calha, rufo, afins em chapa galvanizada nº 24 - corte 1,00 m		m		
5.5	CDHU	04.30.020	Remoção de calha ou rufo		m		
5.6	FDE	08.82.055	LIMPEZA SIMPLES EM CALHAS METALICAS		m		
5.7	FDE	15.03.061	FACE INTERNA DE CALHAS COM TINTA BETUMINOSA		m		

5.8	FDE	15.03.060	FACE EXTERNA DE CALHAS/CONDUTORES COM TINTA SINTETICA (ESMALTE)		m		
5.9	SIURB	10070032	RECOLOCAÇÃO DE CALHAS, RUFOS OU RINCÕES EM CHAPA METÁLICA		m		
5.10	FDE	08.12.008	LIGACAO CALHA CONDUTOR DE CHAPA ACO GALVANIZADO N.24 DIAMETRO DE 4"		un		
5.11	FDE	08.12.007	LIGACAO CALHA CONDUTOR DE CHAPA ACO GALVANIZADO N.24 DIAMETRO DE 3"		un		
VALOR TOTAL							

ANEXO V**MODELOS DE DECLARAÇÃO****MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**

(em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

- a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e
- b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO VI**MODELOS REFERENTES À VISTORIA PRÉVIA****ANEXO VI.1****DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA
REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO PRECEDIDA DE VISTORIA**

(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO que o licitante tem conhecimento do(s) local(is) e das condições da realização do objeto da licitação, e que realizou vistoria prévia no(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação, colhendo todas as informações e subsídios necessários para a elaboração da sua proposta.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(Nome/assinatura digital validável do representante legal)

ANEXO VI.2**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA
REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO que o licitante tem conhecimento do(s) local(is) e das condições da realização do objeto da licitação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(Nome/assinatura digital validável do representante legal)

ANEXO VI.3**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES E****PECULIARIDADES DA CONTRATAÇÃO**

(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de responsável técnico de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO que o licitante tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura digital válida/qualificação do responsável técnico)

ANEXO VII

PLANILHA DE PREÇOS

UNIDADE: AG - ADMINISTRAÇÃO GERAL

SERVIÇOS: Constituição de sistema de registro de preços para a prestação de serviços não contínuos de manutenção predial pelo período de 12 meses

DATA BASE: janeiro/2026

ORÇAMENTISTA RESP: Antonio do Prado Filho CREASP 5062665737

Bases de preços: CDHU Boletim 200 01/2026
SIURB 07/2025
SINAPI 02/2026
SICRO3 10/2025

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL, CONFORME DESCRITIVO ABAIXO E NOS TERMOS DO MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO				DATA BASE:	janeiro/2026		BDI	23,00%	
ITENS	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QTDE 12 MESES	UNID.	PR. UNIT	PR. UNIT COM BDI	PREÇO DO SERV.	%
1			LOTE 1 - CIVIL, SISTEMAS ESTRUTURAIS, VEDAÇÕES E COMPLEMENTOS					R\$ 549.351,19	49,49%
1.1	CDHU	34.01.020	LIMPEZA E REGULARIZAÇÃO DE ÁREAS	10,00	m²	2,27	2,79	27,90	0,01%
1.2	CDHU	02.09.030	Limpeza manual do terreno, inclusive troncos até 5 cm de diâmetro, com caminhão à disposição dentro da obra, até o raio de 1 km	5,00	m²	8,34	10,26	51,30	0,01%
1.3	CDHU	34.02.100	Plantio de grama esmeralda em placas (jardins e canteiros)	5,00	m²	19,58	24,08	120,40	0,02%
1.4	CDHU	34.13.011	Corte, recorte e remoção de árvore inclusive as raízes - diâmetro (DAP)>5cm<15cm	50,00	un	283,36	348,53	17.426,50	3,17%
1.5	CDHU	34.13.021	Corte, recorte e remoção de árvore inclusive as raízes - diâmetro (DAP)>15cm<30cm	50,00	un	790,68	972,54	48.627,00	8,85%
1.6	CDHU	05.07.050	REMOÇÃO DE ENTULHO COM CAÇAMBA METÁLICA	15,00	m³	131,82	162,14	2.432,10	0,44%
1.7	CDHU	06.02.020	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALAS ATÉ 1,50 M	15,00	m³	68,13	83,80	1.257,00	0,23%
1.8	CDHU	06.11.040	REATERRO COMPACTADO DE VALAS	15,00	m³	21,19	26,06	390,90	0,07%
1.9	CDHU	07.02.020	ESCAVAÇÃO MECANIZADA ATÉ 2,00 M	15,00	m³	11,43	14,06	210,90	0,04%
1.10	CDHU	07.11.020	REATERRO MECANIZADO	15,00	m³	7,49	9,21	138,15	0,03%
1.11	SINAPI	94319	FORNECIMENTO DE SOLO ARGILO-ARENOSO INCLUSO TRANSPORTE	3,00	m³	89,50	110,09	330,27	0,06%
1.12	CDHU	14.04.200	ALVENARIA DE TIJOLO CERÂMICO 9CM USO REVESTIDO	10,00	m²	76,54	94,14	941,40	0,17%
1.13	CDHU	14.04.210	ALVENARIA DE TIJOLO CERÂMICO 14CM USO REVESTIDO	10,00	m²	87,33	107,42	1.074,20	0,20%
1.14	CDHU	14.04.220	ALVENARIA DE TIJOLO CERÂMICO 19CM USO REVESTIDO	10,00	m²	101,80	125,21	1.252,10	0,23%

1.15	CDHU	14.01.060	ALVENARIA DE EMBASAMENTO EM BLOCOS DE CONCRETO 19x19x39 CLASSE A	10,00	m²	144,11	177,26	1.772,60	0,32%
1.16	CDHU	14.10.111	ALVENARIA COM BLOCO DE CONCRETO VEDAÇÃO 14x19x39 CM CLASSE C	10,00	m²	100,06	123,07	1.230,70	0,22%
1.17	CDHU	14.10.121	ALVENARIA COM BLOCO DE CONCRETO VEDAÇÃO 19x19x39 CM CLASSE C	10,00	m²	119,53	147,02	1.470,20	0,27%
1.18	CDHU	14.11.221	ALVENARIA COM BLOCO DE CONCRETO ESTRUTURAL 14x19x39 CM CLASSE B	10,00	m²	119,14	146,54	1.465,40	0,27%
1.19	CDHU	14.11.231	ALVENARIA COM BLOCO DE CONCRETO ESTRUTURAL 19x39x39 CM CLASSE B	15,00	m²	132,48	162,95	2.444,25	0,44%
1.20	CDHU	14.30.310	DIVISÓRIA EM PLACAS DE GESSO ACARTONADO RF 30 ESP.100/70 MM 1ST/1ST	10,00	m²	171,17	210,54	2.105,40	0,38%
1.21	CDHU	22.02.100	FORRO EM PAINÉIS DE GESSO ACARTONADO ACABAMENTO LISO COM PELÍCULA EM PVC, 625 x 1225 MM, ESP. 9,5MM, REMOVÍVEL	10,00	m²	105,20	129,40	1.294,00	0,24%
1.22	FDE	10.01.049	FORRO DE GESSO ACARTONADO INCLUSIVE ESTRUTURA	10,00	m²	127,87	157,28	1.572,80	0,29%
1.23	SIURB	12001043	FORRO DE GESSO ACARTONADO TIPO FGE	10,00	m²	122,54	150,72	1.507,20	0,27%
1.24	SIURB	12001040	FORRO DE GESSO COMUM	10,00	m²	122,67	150,88	1.508,80	0,27%
1.25	SINAPI	97641	REMOÇÃO DE FORRO DE GESSO	10,00	m²	4,15	5,10	51,00	0,01%
1.26	CDHU	17.02.020	CHAPISCO	10,00	m²	7,73	9,51	95,10	0,02%
1.27	CDHU	17.02.120	EMBOÇO PAULISTA (MASSA ÚNICA)	10,00	m²	24,69	30,37	303,70	0,06%
1.28	SIURB	130.02.042	PISO CERÂMICO ESMALTADO (PEI 5) ASSENTADO COM ARGAMASSA COLANTE	5,00	m²	104,69	128,77	643,85	0,12%
1.29	SIURB	130.02.039	PISO CERÂMICO NÃO ESMALTADO ANTI DERRAPANTE (PEI 5) ASSENTADO COM ARGAMASSA COLANTE	10,00	m²	245,50	301,97	3.019,70	0,55%
1.30	CDHU	18.11.022	REVESTIMENTO CERÂMICO INCL. REJUNTAMENTO	50,00	m²	139,72	171,86	8.593,00	1,56%
1.31	SINAPI	87265	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 20 X 20 CM APLICADAS NA ALTURA INTEIRA DAS PAREDES.	10,00	m²	63,00	77,49	774,90	0,14%
1.32	SIURB	11002029	AZULEJOS, JUNTA AMARRAÇÃO OU A PRUMO -ASSENTES COM ARGAMASSA COLANTE	50,00	m²	74,28	91,36	4.568,00	0,83%
1.33	SIURB	13003009	RODAPÉ CERÂMICO 5 CM A 7 CM INCL. REJUNTAMENTO	50,00	m²	27,61	33,96	1.698,00	0,31%
1.34	SIURB	17060030	RETIRADA DE LAJOTAS PRÉ-MOLDADAS DE CONCRETO	5,00	m²	18,12	22,29	111,45	0,02%
1.35	CDHU	03.01.250	DEMOLIÇÃO MECANIZADA DE PISO	10,00	m²	30,76	37,83	378,30	0,07%
1.36	CDHU	03.03.060	DEMOLIÇÃO MANUAL DE PISO	10,00	m²	11,36	13,97	139,70	0,03%
1.37	CDHU	03.02.040	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA INCLUSIVE REVESTIMENTO EM MASSA	10,00	m²	6,81	8,38	83,80	0,02%
1.38	CDHU	03.04.020	DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO INCLUSIVE A BASE	3,00	m³	13,63	16,76	50,28	0,01%
1.39	CDHU	03.03.040	DEMOLIÇÃO EM REVESTIMENTO EM MASSA DE PAREDE OU TETO	10,00	m²	6,81	8,38	83,80	0,02%
1.40	CDHU	17.05.020	PISO COM REQUADRO EM CONCRETO SEM CONTROLE FCK	15,00	m²	973,00	1.196,79	17.951,85	3,27%

1.41	CDHU	17.05.070	PISO DE CONCRETO FCK 20 MPA COM CONTROLE FCK	3,00	m³	1.049,49	1.290,87	3.872,61	0,70%
1.42	CDHU	10.02.020	ARMADURA EM TELA SOLDADA DE AÇO	8,00	kg	9,85	12,12	96,96	0,02%
1.43	CDHU	54.04.350	PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTA DE CONCRETO 35 MPA ESPESSURA 8 CM TIPOS: RAQUETE, RETANGULAR, SEXTAVADO E 16 FACES	5,00	m²	126,35	155,41	777,05	0,14%
1.44	FDE	13.80.018	REPARO COMPLETO EM GRANILITE-RASPAGEM/ESTUCAMENTO/POLIMENTO	10,00	m²	56,21	69,14	691,40	0,13%
1.45	SINAPI	104162	PISO EM GRANILITE, MARMORITE OU GRANITINA EM AMBIENTES INTERNOS, COM ESPESSURA DE 8 MM, INCLUSO MISTURA EM BETONEIRA, COLOCAÇÃO DAS JUNTAS, APLICAÇÃO DO PISO, 4 POLIMENTOS COM POLITRIZ, ESTUCAMENTO, SELADOR E CERA. AF 02/2026 PE	50,00	m²	114,17	140,43	7.021,50	1,28%
1.46	FDE	13.02.069	PORCELANATO ESMALTADO	10,00	m²	189,60	233,21	2.332,10	0,42%
1.47	FDE	02.05.050	CONCRETO GROUT	3,00	m³	597,72	735,20	2.205,60	0,40%
1.48	CDHU	54.06.040	GUIA DE CONCRETO PRÉ-FABRICADA	20,00	m	61,54	75,69	1.513,80	0,28%
1.49	CDHU	33.01.280	REPAROS EM TRINCAS ATÉ 5 MM COM MASSA ACRÍLICA E TELA DE POLIÉSTER	20,00	m	54,47	67,00	1.340,00	0,24%
1.50	FDE	15.50.002	REMOÇÃO DE OLEO, ESMALTE, LATEX, ACRÍLICO EM PAREDES COM LIXAMENTO	20,00	m	4,31	5,30	106,00	0,02%
1.51	SIURB	15050010	REMOÇÃO DE PINTURA EM ESQUADRIAS E FORROS DE MADEIRA - LIXA	10,00	m²	10,48	12,89	128,90	0,02%
1.52	SIURB	15050020	REMOÇÃO DE PINTURA EM ESQUADRIAS E PEÇAS DE SERRALHERIA - LIXA	10,00	m²	9,98	12,28	122,80	0,02%
1.53	CDHU	33.02.080	APLICAÇÃO E LIXAMENTO DE MASSA CORRIDA ACRÍLICA	10,00	m²	19,11	23,51	235,10	0,04%
1.54	CDHU	33.10.060	PINTURA EPÓXI INCLUSIVE FUNDO PREPARADOR	10,00	m²	144,63	177,89	1.778,90	0,32%
1.55	CDHU	33.10.030	PINTURA ACRÍLICA ANTIMOFO INCLUSIVE FUNDO PREPARADOR	700,00	m²	37,53	46,16	32.312,00	5,88%
1.56	CDHU	33.10.020	PINTURA LÁTEX PVA INCLUSIVE FUNDO PREPARADOR	700,00	m²	31,94	39,29	27.503,00	5,01%
1.57	CDHU	33.06.020	PINTURA ACRÍLICA EM PISO	700,00	m²	28,59	35,17	24.619,00	4,48%
1.58	FDE	15.80.060	ESMALTE EM ESTRUTURAS METÁLICAS INCLUSIVE PREPARO E RETOQUE DE ZARCÃO	10,00	m²	21,30	26,20	262,00	0,05%
1.59	SIURB	15002011	PINTURA ESMALTE EM SUPERFÍCIES DE MADEIRA INCLUSIVE FUNDO E EMASSAMENTO	10,00	m²	62,65	77,06	770,60	0,14%
1.60	SIURB	15003014	PINTURA ESMALTE EXTERIOR DE CALHAS RUFOS E CONDUTORES	10,00	m²	19,18	23,59	235,90	0,04%
1.61	SIURB	17003072	DEMARCAÇÃO E PINTURA DE FAIXAS COM BORRACHA CLORADA ATÉ 10 CM	10,00	m²	8,52	10,48	104,80	0,02%
1.62	CDHU	33.03.740	PINTURA EM RESINA ACRÍLICA PARA PAREDES DE TIJOLO A VISTA	10,00	m²	32,83	40,38	403,80	0,07%
1.63	CDHU	23.20.100	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE BATENTES EM MADEIRA	20,00	m	56,07	68,97	1.379,40	0,25%
1.64	CDHU	23.20.120	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE GUARNIÇÃO EM MADEIRA	20,00	m	9,36	11,51	230,20	0,04%
1.65	CDHU	23.20.170	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PORTA LISA FOLHEADA EM MADEIRA	10,00	m²	157,91	194,23	1.942,30	0,35%

1.66	CDHU	04.08.020	RETIRADA DE FOLHAS EM ESQUADRIAS DE MADEIRA	2,00	un	25,18	30,97	61,94	0,01%
1.67	SIURB	7060002	RETIRADA DE BATENTES DE MADEIRA	20,00	m	69,61	85,62	1.712,40	0,31%
1.68	SIURB	8060005	RETIRADA DE BATENTES METÁLICOS	2,00	un	69,61	85,62	171,24	0,03%
1.69	CDHU	04.09.020	RETIRADA DE ESQUADRIAS METÁLICAS EM GERAL, PORTAS OU CAIXILHOS	10,00	m²	35,25	43,36	433,60	0,08%
1.70	CDHU	24.01.010	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CAIXILHO DE FERRO FIXO SOB MEDIDA	10,00	m²	572,83	704,58	7.045,80	1,28%
1.71	CDHU	24.01.030	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CAIXILHO DE FERRO BASCULANTE SOB MEDIDA	5,00	m²	1.531,22	1.883,40	9.417,00	1,71%
1.72	CDHU	24.01.100	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CAIXILHO DE FERRO TIPO VENEZIANA LINHA COMERCIAL	10,00	m²	412,75	507,68	5.076,80	0,92%
1.73	SIURB	24.01.070	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CAIXILHO DE FERRO DE CORRER SOB MEDIDA	10,00	m²	941,95	1.158,60	11.586,00	2,11%
1.74	CDHU	24.02.450	GRADE DE PROTEÇÃO PARA CAIXILHOS	4,00	m²	1.530,63	1.882,67	7.530,68	1,37%
1.75	CDHU	25.01.400	CAIXILHO EM ALUMÍNIO ANODIZADO, FIXO, COM VENTILAÇÃO PERMANENTE	10,00	m²	650,65	800,30	8.003,00	1,46%
1.76	CDHU	25.01.410	CAIXILHO EM ALUMÍNIO ANODIZADO - PIVOTANTE	10,00	m²	1.062,96	1.307,44	13.074,40	2,38%
1.77	CDHU	26.01.040	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE VIDRO COMUM 4MM	10,00	m²	168,71	207,51	2.075,10	0,38%
1.78	CDHU	26.01.060	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE VIDRO COMUM 5MM	10,00	m²	177,25	218,02	2.180,20	0,40%
1.79	CDHU	26.01.080	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE VIDRO COMUM 6MM	10,00	m²	210,27	258,63	2.586,30	0,47%
1.80	CDHU	04.14.020	RETIRADA DE VIDRO OU ESPELHO COM RASPAGEM DA MASSA OU RETIRADA DE BAGUETE	10,00	m²	16,56	20,37	203,70	0,04%
1.81	FDE	08.82.060	LIMPEZA DE CANALETAS DE ÁGUAS PLUVIAIS	200,00	m	5,58	6,86	1.372,00	0,25%
1.82	CDHU	55.01.030	LIMPEZA COMPLEMENTAR COM HIDROJATEAMENTO	25,00	m²	9,46	11,64	291,00	0,05%
1.83	CDHU	02.05.100	MONTAGEM DE ANDAIMES TUBULAR FACHADEIRO ALTURA ATÉ 20 M	10,00	m²	34,91	42,94	429,40	0,08%
1.84	CDHU	02.05.090	Montagem e desmontagem de andaime tubular fachadeiro com altura até 10 m	10,00	m²	13,83	17,01	170,10	0,03%
1.85	CDHU	02.05.212	ANDAIME TUBULAR FACHADEIRO COM PISO METÁLICO, SAPATAS AJUSTÁVEIS E ESCADA DE ACESSO	5,00	m²/mês	25,38	31,22	156,10	0,03%
1.86	SIURB	10014075	TAMPO PARA BANCADA ÚMIDA - GRANITO CINZA ANDORINHA - ESPESSURA 2CM	5,00	m²	631,46	776,70	3.883,50	0,71%
1.87	CDHU	29.01.230	CANTONEIRA E PERFIS EM FERRO	5,00	kg	27,46	33,78	168,90	0,03%
1.88	CDHU	29.01.210	CANTONEIRA EM AÇO GALVANIZADO	5,00	kg	32,27	39,69	198,45	0,04%
1.89	CDHU	29.01.030	PERFIL EM ALUMÍNIO NATURAL	5,00	kg	116,70	143,54	717,70	0,13%
1.90	SINAPI	90447	RASGO EM ALVENARIA P/ TUBULAÇÕES ATÉ 40MM	20,00	m	12,94	15,92	318,40	0,06%
1.91	CDHU	91222	RASGO EM ALVENARIA P/ TUBULAÇÕES MAIORES QUE 40 ATÉ 75 MM	20,00	m	12,87	15,83	316,60	0,06%
1.92	CDHU	11.05.040	ARGAMASSA GRAUTE	3,00	m³	450,56	554,19	1.662,57	0,30%
1.93	CDHU	02.03.030	PROTEÇÃO DE SUPERFÍCIES EM GERAL COM PLÁSTICO BOLHA	10,00	m²	2,85	3,51	35,10	0,01%
1.94	CDHU	02.03.240	PROTEÇÃO DE PISO COM TECIDO DE ANIAGEM	10,00	m²	17,85	21,96	219,60	0,04%

1.95	CDHU	02.03.120	TAPUME FIXO PARA FECHAMENTO DE ÁREA COM PORTÃO	2,00	m²	108,01	132,85	265,70	0,05%
1.96	SIURB	17004020	LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA ATÉ 1000 LITROS	7,50	un	77,67	95,53	716,48	0,13%
1.97	SIURB	17004021	LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA DE 1001 ATE 10.000 LITROS	3,75	un	207,13	254,77	955,39	0,17%
1.98	SIURB	17004022	LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA ACIMA DE 10.000 LITROS	0,25	un	466,05	573,24	143,31	0,03%
1.99	CDHU	11.18.040	LASTRO DE PEDRA BRITADA	3,00	m³	219,03	269,41	808,23	0,15%
1.100	CDHU	11.18.060	LONA PLÁSTICA	10,00	m²	2,09	2,57	25,70	0,00%
1.101	SIURB	2002016	LASTRO DE CONCRETO 150 kg CIM/M³	3,00	m³	555,14	682,82	2.048,46	0,37%
1.102	CDHU	12.01.041	BROCA DE CONCRETO ARMADO DIÂMETRO DE 25 CM COMPLETA	20,00	m	85,64	105,34	2.106,80	0,38%
1.103	CDHU	10.01.040	ARMADURA EM BARRA DE AÇO CA 50 (A OU B) fyk+ 500 Mpa	5,00	kg	10,14	12,47	62,35	0,01%
1.104	CDHU	10.01.060	ARMADURA EM BARRA DE AÇO CA 60 (A OU B) fyk+ 600 MPa	5,00	kg	10,47	12,88	64,40	0,01%
1.105	SIURB	2003001	FORMA COMUM DE TABUAS DE PINUS	10,00	m²	89,88	110,55	1.105,50	0,20%
1.106	CDHU	11.01.100	CONCRETO USINADO FCK 20 Mpa	3,00	m³	495,76	609,78	1.829,34	0,33%
1.107	CDHU	11.01.130	CONCRETO USINADO FCK 25 Mpa	3,00	m³	519,37	638,83	1.916,49	0,35%
1.108	CDHU	11.03.090	CONCRETO PREPARADO NO LOCAL FCK 20 MPA	3,00	m³	557,20	685,36	2.056,08	0,37%
1.109	CDHU	11.16.060	LANÇAMENTO E ADENSAMENTO DE CONCRETO	3,00	m³	132,30	162,73	488,19	0,09%
1.110	FDE	03.03.018	LAJE PRÉ-FABRICADA MISTA VIGOTA TRELIÇADA UNIDIRECIONAL - LT 12 (8 +4) E CAPA DE CONCRETO 20 Mpa INCLUSIVE ESCORAMENTO	10,00	m²	158,63	195,11	1.951,10	0,36%
1.111	CPOS	49.03.020	CAIXA EM ALVENARIA 60 X 60 X 60 CM INTERNO INCLUSIVE TAMPA	2,00	un	376,34	462,90	925,80	0,17%
1.112	SIURB	1004050	CAIXA DE INSPEÇÃO EM ALVENARIA ½ TIJOLO COMUM	10,00	m²	307,63	378,38	3.783,80	0,69%
1.113	SIURB	1004051	CAIXA DE INSPEÇÃO EM ALVENARIA 1 TIJOLO COMUM	10,00	m²	434,92	534,95	5.349,50	0,97%
1.114	SIURB	1004052	CAIXA DE INSPEÇÃO EM ALVENARIA - TAMPA DE CONCRETO 5 CM	10,00	m²	273,06	335,86	3.358,60	0,61%
1.115	SIURB	1004049	CAIXA DE INSPEÇÃO EM ALVENARIA - LASTRO DE CONCRETO ESP. 10CM	10,00	m²	587,01	722,02	7.220,20	1,31%
1.116	SIURB	10010094	CAIXA DE INSPEÇÃO EM ALVENARIA - ESCAVAÇÃO E APOLOAMENTO	50,00	m²	69,91	85,99	4.299,50	0,78%
1.117	FDE	04.60.012	RETIRADA DE PAINÉIS DIVISÓRIOS COM MONTANTES METÁLICOS (DRYWALL)	10,00	m²	7,52	9,25	92,50	0,02%
1.118	CDHU	03.05.020	DEMOLIÇÃO MANUAL DE REVESTIMENTO SINTÉTICO, INCLUINDO A BASE	10,00	m²	9,08	11,17	111,70	0,02%
1.119	CDHU	21.02.060	REVESTIMENTO VINÍLICO, ESPESSURA DE 3.2 MM PARA TRÁFEGO INTENSO, COM IMPERMEABILIZANTE ACRÍLICO	30,00	m²	276,20	339,73	10.191,90	1,86%
1.120	CDHU	21.02.281	REVESTIMENTO VINÍLICO FLEXÍVEL EM MANTA HOMOGÊNEA, ESPESSURA DE 2 MM, COM IMPERMEABILIZANTE ACRÍLICO	30,00	m²	391,29	481,29	14.438,70	2,63%
1.121	CDHU	19.01.064	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE GRANITO PARA SOLEIRA E PEITORIL	10,00	m²	216,10	265,80	2.658,00	0,48%
1.122	SICRO3	3806386	GUARDA CORPO E CORRIMÃO METÁLICO -FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	20,00	m	759,64	934,36	18.687,20	3,40%

1.123	CDHU	17.01.020	Argamassa de regularização e/ou proteção	3,00	m³	843,81	1.037,89	3.113,67	0,57%
1.124	SINAPI	88630	ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA MÉDIA), PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF 08/2019	3,00	m³	456,16	561,08	1.683,24	0,31%
1.125	CDHU	03.01.020	Demolição manual de concreto simples	3,00	m³	249,81	307,27	921,81	0,17%
1.126	SINAPI	94994	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 8 CM, ARMADO. AF 08/2022	5,00	m²	93,96	115,57	577,85	0,11%
1.127	CDHU	04.03.040	Retirada de telhamento perfil e material qualquer, exceto barro	50,00	m²	9,08	11,17	558,50	0,10%
1.128	CDHU	04.03.020	Retirada de telhamento em barro	50,00	m²	18,17	22,35	1.117,50	0,20%
1.129	FDE	07.70.052	RECOLOCAÇÃO DE TELHA DE BARRO TIPO PLAN	50,00	m²	27,55	33,89	1.694,50	0,31%
1.130	FDE	07.70.055	RECOLOCAÇÃO DE TELHA DE FIBROCIMENTO, PLÁSTICO OU ALUMÍNIO	50,00	m²	20,51	25,23	1.261,50	0,23%
1.131	SINAPI	100329	RETIRADA E RECOLOCAÇÃO DE TELHA CERÂMICA DE ENCAIXE, COM MAIS DE DUAS ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF 07/2019	50,00	m²	30,19	37,13	1.856,50	0,34%
1.132	SINAPI	100391	RETIRADA E RECOLOCAÇÃO DE CAIBRO DE MADEIRA EM TELHADOS DE MAIS DE 2 ÁGUAS COM TELHA CERÂMICA OU DE CONCRETO DE ENCAIXE, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF 10/2025	50,00	m²	23,46	28,86	1.443,00	0,26%
1.133	SINAPI	100390	RETIRADA E RECOLOCAÇÃO DE RIPA DE MADEIRA EM TELHADOS DE MAIS DE 2 ÁGUAS COM TELHA CERÂMICA OU DE CONCRETO DE ENCAIXE, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF 10/2025	50,00	m²	32,08	39,46	1.973,00	0,36%
1.134	CDHU	55.01.020	Limpeza final	25,00	m²	15,90	19,56	489,00	0,09%
1.135	FDE	07.60.061	RETIRADA DE TELHAS OND DE FIBRO-CIM/PLAST OU ALUM/PLANA PRE FAB - S/REAPROV	300,00	m²	6,41	7,88	2.364,00	0,43%
1.136	CDHU	16.12.060	Telhamento em chapa de aço pré-pintada, perfil trapezoidal, com espessura de 0,50mm e altura de 40mm	100,00	m²	113,51	139,62	13.962,00	2,54%
1.137	CDHU	16.13.070	Telhamento em chapa de aço pré-pintada, tipo sanduiche, espessura de 0,50mm, com poliisocianurato (PIR)	100,00	m²	200,92	247,13	24.713,00	4,50%
1.138	SINAPI	94218	TELHAMENTO COM TELHA ESTRUTURAL DE FIBROCIMENTO E= 8 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF 07/2019. PS	50,00	m²	112,79	138,73	6.936,50	1,26%
1.139	CDHU	16.02.030	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TELHA CERÂMICA	100,00	m²	71,89	88,42	8.842,00	1,61%
1.140	CDHU	15.20.040	Recolocação de peças lineares em madeira com seção até 60 cm²	250,00	m	7,15	8,79	2.197,50	0,40%
1.141	CDHU	04.02.020	Retirada de peças lineares em madeira com seção até 60 cm²	250,00	m	1,51	1,86	465,00	0,08%
1.142	CDHU	15.20.020	Fornecimento de peças diversas para estrutura em madeira	1,00	m³	5.420,00	6.666,60	6.666,60	1,21%
1.143	SIURB	6080001	REVISÃO GERAL DE TELHADOS DE BARRO, INCLUSIVE TOMADA DE GOTEIRA	1000,00	m²	10,98	13,51	13.510,00	2,46%
1.144	SIURB	6080010	MADEIRAMENTO DE TELHADO, PADRÃO PEROBA - RIPAS 1,5X5CM	300,00	m	9,38	11,54	3.462,00	0,63%
1.145	SIURB	6080012	MADEIRAMENTO DE TELHADO, PADRÃO PEROBA - CAIBROS 5X6CM	300,00	m	25,66	31,56	9.468,00	1,72%

1.146	SIURB	6080016	MADEIRAMENTO DE TELHADO, PADRÃO PEROBA - VIGAS 6X12CM	120,00	m	72,33	88,97	10.676,40	1,94%
1.147	CDHU	15.03.030	Fornecimento e montagem de estrutura em aço ASTM-A36, sem pintura	300,00	kg	28,72	35,33	10.599,00	1,93%
1.148	CDHU	15.03.090	Montagem de estrutura metálica em aço, sem pintura	500,00	kg	6,47	7,96	3.980,00	0,72%
1.149	CDHU	04.02.140	Retirada de estrutura metálica	1000,00	kg	2,53	3,11	3.110,00	0,57%
1.150	CDHU	04.09.160	Retirada de entelamento metálico em geral	300,00	m²	4,79	5,89	1.767,00	0,32%
2			LOTE 2 - INSTALAÇÕES HIDROSANITÁRIAS E PLUVIAIS					R\$ 354.143,51	31,91%
2.1	CDHU	46.01.020	TUBO DE PVC RÍGIDO, SOLDÁVEL (LINHA ÁGUA) - 25MM (¾") INCLUSIVE CONEXÕES	100,00	m	33,91	41,71	4.171,00	1,18%
2.2	CDHU	46.01.030	TUBO DE PVC RÍGIDO, SOLDÁVEL (LINHA ÁGUA) - 32MM (1") INCLUSIVE CONEXÕES	100,00	m	41,70	51,29	5.129,00	1,45%
2.3	CDHU	46.01.050	TUBO DE PVC RÍGIDO, SOLDÁVEL (LINHA ÁGUA) - 50MM (1 1/2")	100,00	m	54,38	66,89	6.689,00	1,89%
2.4	SIURB	10005031	REGISTRO DE GAVETA, METAL CROMADO - ¾"	12,00	un	96,27	118,41	1.420,92	0,40%
2.5	SIURB	10005032	REGISTRO DE GAVETA, METAL CROMADO - 1"	12,00	un	102,42	125,98	1.511,76	0,43%
2.6	SIURB	10005033	REGISTRO DE GAVETA, METAL CROMADO - 1 ¼"	12,00	un	192,61	236,91	2.842,92	0,80%
2.7	SIURB	10005051	REGISTRO DE PRESSÃO, METAL CROMADO - ¾"	12,00	un	58,62	72,10	865,20	0,24%
2.8	SIURB	10009030	TUBO DE PVC RÍGIDO, PONTA E BOLSA (LINHA ESGOTO) - 40MM (1 ½")	100,00	m	28,59	35,17	3.517,00	0,99%
2.9	SIURB	10009031	TUBO DE PVC RÍGIDO, PONTA E BOLSA (LINHA ESGOTO) - 50MM (2")	100,00	m	37,37	45,97	4.597,00	1,30%
2.10	SIURB	10009032	TUBO DE PVC RÍGIDO, PONTA E BOLSA (LINHA ESGOTO) - 75MM (3")	100,00	m	73,87	90,86	9.086,00	2,57%
2.11	SIURB	10009033	TUBO DE PVC RÍGIDO, PONTA E BOLSA (LINHA ESGOTO) - 100MM (4")	100,00	m	51,47	63,31	6.331,00	1,79%
2.12	SIURB	10009034	TUBO DE PVC RÍGIDO, PONTA E BOLSA (LINHA ESGOTO) - 150MM (6")	100,00	m	116,74	143,59	14.359,00	4,05%
2.13	SIURB	10009035	TUBO DE PVC RÍGIDO, PONTA E BOLSA (LINHA ESGOTO) - 200MM (8")	100,00	m	189,11	232,61	23.261,00	6,57%
2.14	FDE	08.10.049	RALO SECO DE PVC RÍGIDO, COM SAÍDA SOLDADA DE 40MM - DIÂMETRO 100MM	15,00	un	93,82	115,40	1.731,00	0,49%
2.15	FDE	08.10.004	CAIXA SIFONADA DE PVC RÍGIDO - 100x150MM	15,00	un	83,15	102,27	1.534,05	0,43%
2.16	FDE	08.10.006	CAIXA SIFONADA DE PVC RÍGIDO - 150x150MM	15,00	un	87,20	107,26	1.608,90	0,45%
2.17	CDHU	49.03.020	CAIXA DE GORDURA, ALVENARIA DE TIJOLOS MACIÇOS COMUNS - 60x60CM	10,00	un	376,34	462,90	4.629,00	1,31%
2.18	SIURB	10011092	HP.02 - GRELHA DE FERRO PERFILADO PARA CANALETA - L=30CM	25,00	m	241,41	296,93	7.423,25	2,10%
2.19	SIURB	10060003	RETIRADA DE TUBULAÇÃO DE PVC RÍGIDO - ATÉ 4"	20,00	m	14,56	17,91	358,20	0,10%
2.20	SIURB	10060011	RETIRADA DE TUBULAÇÃO DE CERÂMICA VIDRADA - ATÉ 6"	20,00	m	22,65	27,86	557,20	0,16%
2.21	SIURB	10060018	RETIRADA DE REGISTROS OU VÁLVULAS FLEXÍVEIS	12,00	un	129,29	159,03	1.908,36	0,54%
2.22	SIURB	10060026	RETIRADA DE CAIXAS SIFONADAS OU RALOS	15,00	un	17,79	21,88	328,20	0,09%
2.23	SIURB	10060032	RETIRADA DE CALHAS, RUFOS OU RINCÕES EM CHAPA METÁLICA	50,00	m	8,09	9,95	497,50	0,14%

2.24	SIURB	10060033	RETIRADA DE CONDUTORES APARENTES	50,00	m	5,18	6,37	318,50	0,09%
2.25	FDE	08.60.011	RETIRADA DE APARELHOS SANITÁRIOS, INCLUSIVE ACESSÓRIOS	2,00	un	55,86	68,71	137,42	0,04%
2.26	FDE	08.60.010	RETIRADA DE SIFÕES	5,00	un	11,17	13,74	68,70	0,02%
2.27	FDE	08.60.007	RETIRADA DE TORNEIRAS	12,00	un	7,26	8,93	107,16	0,03%
2.28	CDHU	04.11.160	RETIRADA DE CAIXAS DE DESCARGA DE SOBREPOR OU ACOPLADA	10,00	un	25,17	30,96	309,60	0,09%
2.29	SIURB	10060050	RETIRADA DO TAMPO ÚMIDO	10,00	m²	14,50	17,84	178,40	0,05%
2.30	FDE	08.70.005	RECOLOCAÇÃO DE REGISTROS OU VÁLVULAS FLEXÍVEIS	12,00	un	154,55	190,10	2.281,20	0,64%
2.31	SIURB	10070026	RECOLOCAÇÃO DE CAIXAS SIFONADAS OU RALOS	15,00	un	109,56	134,76	2.021,40	0,57%
2.32	SIURB	10070032	RECOLOCAÇÃO DE CALHAS, RUFOS OU RINCÕES EM CHAPA METÁLICA	50,00	m	74,52	91,66	4.583,00	1,29%
2.33	SIURB	10070033	RECOLOCAÇÃO DE CONDUTORES APARENTES	50,00	m	61,96	76,21	3.810,50	1,08%
2.34	CDHU	44.20.060	RECOLOCAÇÃO DE APARELHOS SANITÁRIOS, INCLUSIVE ACESSÓRIOS	2,00	un	80,36	98,84	197,68	0,06%
2.35	FDE	08.70.010	RECOLOCAÇÃO DE SIFÕES	5,00	un	25,49	31,35	156,75	0,04%
2.36	SIURB	10070042	RECOLOCAÇÃO DE TORNEIRAS	12,00	un	16,18	19,90	238,80	0,07%
2.37	SIURB	10070045	RECOLOCAÇÃO DE CAIXAS DE DESCARGA DE SOBREPOR	10,00	un	145,61	179,10	1.791,00	0,51%
2.38	SIURB	10080086	TORNEIRA DE PRESSÃO PARA LAVATÓRIO, METAL CROMADO - ½"	12,00	un	67,53	83,06	996,72	0,28%
2.39	SIURB	10014004	TORNEIRA DE PRESSÃO PARA USO GERAL, METAL CROMADO - ¾"	12,00	un	55,62	68,41	820,92	0,23%
2.40	SIURB	10014008	TORNEIRA DE PRESSÃO PARA PIA, COM CORPO LONGO E AERADOR - ¾"	12,00	un	195,86	240,91	2.890,92	0,82%
2.41	SIURB	10014025	VÁLVULA DE DESCARGA EXTERNA COM ALAVANCA - 1 ¼"	10,00	un	302,77	372,41	3.724,10	1,05%
2.42	SIURB	10080093	VALVULA AMERICANA DE METAL CROMADO - 1 ½"x3 ¾"	2,00	un	79,19	97,40	194,80	0,06%
2.43	SIURB	10080097	TUBO DE LIGAÇÃO EM ALUMÍNIO COM CANOPLA, PARA CHUVEIRO - ¾"	10,00	un	40,60	49,94	499,40	0,14%
2.44	SIURB	10090001	DESENTUPIMENTO DE RAMAIS DE ESGOTO OU ÁGUAS PLUVIAIS	100,00	m	14,81	18,22	1.822,00	0,51%
2.45	FDE	16.05.036	CANAleta DE CONCRETO 1/2 CANA DN 30CM P/ AGUAS PLUVIAIS	50,00	m	70,08	86,20	4.310,00	1,22%
2.46	FDE	08.82.060	LIMPEZA DE CANALETAS DE ÁGUAS PLUVIAIS	200,00	m	5,58	6,86	1.372,00	0,39%
2.47	CDHU	55.02.050	Limpeza e desobstrução de canaletas ou tubulações de águas pluviais	500,00	m	12,59	15,49	7.745,00	2,19%
2.48	FDE	16.05.075	CA-10 CAIXA DE AREIA 50X50 CM PARA AGUAS PLUVIAIS	10,00	un	440,24	541,50	5.415,00	1,53%
2.49	FDE	16.05.031	CA-21 CANAleta DE AGUAS PLUVIAIS EM CONCRETO (20CM)	50,00	m	177,15	217,89	10.894,50	3,08%
2.50	FDE	16.05.032	CA-22 CANAleta DE AGUAS PLUVIAIS EM CONCRETO (30CM)	50,00	m	184,49	226,92	11.346,00	3,20%
2.51	SINAPI	89578	TUBO PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM CONDUTORES VERTICAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS. AF_06/2022	100,00	m	40,58	49,91	4.991,00	1,41%
2.52	SINAPI	89580	TUBO PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 150 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM CONDUTORES	100,00	m	83,57	102,79	10.279,00	2,90%

			VERTICAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS. AF_06/2022						
2.53	CDHU	49.06.020	Grelha em ferro fundido para caixas e canaletas	25,00	m ²	1.258,51	1.547,97	38.699,25	10,93%
2.54	SINAPI	99257	CAIXA ENTERRADA HIDRÁULICA RETANGULAR EM ALVENARIA COM TIJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS, DIMENSÕES INTERNAS: 1X1X0,6 M PARA REDE DE DRENAGEM. AF_12/2020	10,00	un	1.010,64	1.243,09	12.430,90	3,51%
2.55	FDE	16.05.064	TUBO PVC OCRE JUNTA ELASTICA DN 100 INCLUSIVE CONEXOES - ENTERRADO	100,00	m	81,21	99,89	9.989,00	2,82%
2.56	CDHU	08.06.060	Barbacã em tubo de PVC com diâmetro 75 mm	100,00	m	38,29	47,10	4.710,00	1,33%
2.57	CDHU	08.05.110	Dreno com areia grossa	3,00	m ³	189,54	233,13	699,39	0,20%
2.58	FDE	08.50.021	DEMOLIÇÃO DE CONDUTORES APARENTES	50,00	m	3,35	4,12	206,00	0,06%
2.59	SIURB	10070033	RECOLOCAÇÃO DE CONDUTORES APARENTES	50,00	m	61,96	76,21	3.810,50	1,08%
2.60	SIURB	10012018	CONDUTOR EM TUBO DE PVC RÍGIDO, PONTA E BOLSA - 200MM (8")	100,00	m	148,34	182,46	18.246,00	5,15%
2.61	SINAPI	00012776	HIDROMETRO WOLTMANN, DN 2", VAZAO MAXIMA DE 50 M3/H, PARA AGUA POTAVEL FRIA, RELOJOARIA PLANA, TURBINA HORIZONTAL, EQUIPADO COM TELEMETRIA (SEM CONEXOES)	5,00	un	2.167,64	2.666,20	13.331,00	3,76%
2.62	SINAPI	00012777	HIDROMETRO WOLTMANN, DN 3", VAZAO MAXIMA DE 80 M3/H, PARA AGUA POTAVEL FRIA, RELOJOARIA PLANA, TURBINA HORIZONTAL, EQUIPADO COM TELEMETRIA (SEM CONEXOES)	5,00	un	2.830,88	3.481,98	17.409,90	4,92%
2.63	SIURB	10003009	CONJUNTO MOTOR-BOMBA - ATÉ 5HP	3,00	un	4.968,72	6.111,53	18.334,59	23,63%
2.64	SIURB	10003014	CONJUNTO MOTOR-BOMBA 270M3/H, 20MCA, 25CV, 1750RPM, 220/380V, TRIFÁSICO	1,00	un	23.104,92	28.419,05	28.419,05	36,63%
3			LOTE 3 - IMPERMEABILIZAÇÕES					R\$ 77.576,05	6,99%
3.1	CDHU	32.16.050	SERVIÇO DE IMPERMEABILIZAÇÃO SERVIÇO DE IMPERMEABILIZAÇÃO EM MEMBRANA A BASE DE POLÍMEROS ACRÍLICOS NA COR BRANCA (4kg/M ²)	50,00	m ²	51,56	63,42	3.171,00	4,09%
3.2	CDHU	32.16.010	SERVIÇO DE IMPERMEABILIZAÇÃO EM PINTURA DE ASFALTO OXIDADO COM SOLVENTES ORGÂNICOS SOBRE MASSA	20,00	m ²	19,51	24,00	480,00	0,62%
3.3	CDHU	32.16.070	SERVIÇO DE IMPERMEABILIZAÇÃO EM MEMBRANA A BASE DE RESINA TERMOPLÁSTICA E CIMENTOS ADITIVADOS COM REFORÇO EM TELA DE POLIESTER	50,00	m ²	76,93	94,62	4.731,00	6,10%
3.4	CDHU	32.15.040	SERVIÇO DE IMPERMEABILIZAÇÃO EM MANTA ASFÁLTICA COM ARMADURA TIPO III B, ESPESSURA DE 4 MM	50,00	m ²	97,03	119,35	5.967,50	7,69%
3.5	CDHU	32.17.010	SERVIÇO DE IMPERMEABILIZAÇÃO EM ARGAMASSA IMPERMEÁVEL COM ADITIVO HIDRÓFUGO	25,00	m ³	877,46	1.079,28	26.982,00	34,78%
3.6	CDHU	17.01.020	ARGAMASSA DE REGULARIZAÇÃO E OU PROTEÇÃO	25,00	m ³	843,81	1.037,89	25.947,25	33,45%
3.7	CDHU	32.08.030	JUNTA ESTRUTURAL COM POLIESTIRENO EXPANDIDO DE ALTA	25,00	m	28,01	34,45	861,25	1,11%

			DENSIDADE P-III ESPESSURA DE 20 MM						
3.8	CDHU	32.07.160	JUNTA DE DILATAÇÃO ELÁSTICA A BASE DE POLIURETANO	25,00	cm³	0,30	0,37	9,25	0,01%
3.9	SIURB	5050001	DEMOLIÇÃO DE ARGAMASSA IMPERMEÁVEL	10,00	m²	12,95	15,93	159,30	0,21%
3.10	SIURB	5050002	DEMOLIÇÃO DE SISTEMAS IMPERMEABILIZANTES DE BASE ASFÁLTICAS	50,00	m²	5,18	6,37	318,50	0,41%
3.11	CDHU	32.17.030	Impermeabilização em argamassa polimérica para umidade e água de percolação	50,00	m²	15,39	18,93	946,50	1,22%
3.12	CDHU	32.16.030	Impermeabilização em membrana de asfalto modificado com elastômeros, na cor preta	50,00	m²	58,51	71,97	3.598,50	4,64%
3.13	FDE	11.04.004	JUNTAS DE DILATAÇÃO/MASTIQUE ELASTICO OU POLIURETANO	10000,00	cm³	0,27	0,33	3.300,00	4,25%
3.14	SIURB	3040015	LIMPEZA DE JUNTA DE DILATAÇÃO COM REMOÇÃO DO EXCESSO DE CONCRETO - ATÉ 3CM	25,00	m	35,90	44,16	1.104,00	1,42%
4			LOTE 4 - ELÉTRICA					R\$ 79.699,62	7,18%
4.1	CDHU	39.21.060	CABO DE 16 MM2 - ISOLAMENTO 0,6/1KV -ISOLAÇÃO HEPR 90°	50,00	m	18,06	22,21	1.110,50	1,39%
4.2	CDHU	39.21.070	CABO DE 25 MM2 - ISOLAMENTO 0,6/1KV -ISOLAÇÃO HEPR 90°	50,00	m	25,48	31,34	1.567,00	1,97%
4.3	CDHU	39.21.080	CABO DE 35 MM2 - ISOLAMENTO 0,6/1KV -ISOLAÇÃO HEPR 90°	50,00	m	36,03	44,32	2.216,00	2,78%
4.4	CDHU	39.21.090	CABO DE 50 MM2 - ISOLAMENTO 0,6/1KV -ISOLAÇÃO HEPR 90°	50,00	m	51,07	62,82	3.141,00	3,94%
4.5	CDHU	39.21.100	CABO DE 70 MM2 - ISOLAMENTO 0,6/1KV -ISOLAÇÃO HEPR 90°	10,00	m	69,04	84,92	849,20	1,07%
4.6	CDHU	39.21.110	CABO DE 95 MM2 - ISOLAMENTO 0,6/1KV -ISOLAÇÃO HEPR 90°	10,00	m	91,12	112,08	1.120,80	1,41%
4.7	CDHU	39.21.120	CABO DE 120 MM2 - ISOLAMENTO 0,6/1KV -ISOLAÇÃO HEPR 90°	10,00	m	111,53	137,18	1.371,80	1,72%
4.8	CDHU	39.21.020	CABO DE 2,5 MM2 - ISOLAMENTO 0,6/1KV -ISOLAÇÃO HEPR 90°	50,00	m	3,55	4,37	218,50	0,27%
4.9	CDHU	39.21.030	CABO DE 4 MM2 - ISOLAMENTO 0,6/1KV -ISOLAÇÃO HEPR 90°	200,00	m	4,79	5,89	1.178,00	1,48%
4.10	CDHU	39.21.040	CABO DE 6 MM2 - ISOLAMENTO 0,6/1KV -ISOLAÇÃO HEPR 90°	200,00	m	6,50	8,00	1.600,00	2,01%
4.11	CDHU	38.01.040	ELETRODUTO DE PVC RIGIDO ROSCAVEL 3/4 - COM ACESSÓRIOS	100,00	m	36,16	44,48	4.448,00	5,58%
4.12	CDHU	38.01.060	ELETRODUTO DE PVC RIGIDO ROSCAVEL 1" - COM ACESSÓRIOS	50,00	m	44,81	55,12	2.756,00	3,46%
4.13	CDHU	38.06.060	ELETROD ACO GALV QUENTE (NBR 5624) 25 MM (1") - COM ACESSÓRIOS	50,00	m	68,80	84,62	4.231,00	5,31%
4.14	CDHU	38.06.120	ELETROD ACO GALV QUENTE (NBR 5624) 50 MM (2") - COM ACESSÓRIOS	50,00	m	118,94	146,30	7.315,00	9,18%
4.15	SIURB	9005012	QUADRO DISTRIBUICAO, DISJ. GERAL 60A P/ ATÉ 28 DISJS.	2,00	un	869,45	1.069,42	2.138,84	2,68%
4.16	SIURB	9005014	QUADRO DISTRIBUICAO, DISJ. GERAL 80A P/ ATÉ 34 DISJS.	2,00	un	1.472,78	1.811,52	3.623,04	4,55%
4.17	SIURB	9005017	QUADRO DISTRIBUICAO, DISJ. GERAL 100A P/ ATÉ 44 DISJS.	2,00	un	2.011,59	2.474,26	4.948,52	6,21%
4.18	FDE	09.05.063	BARRAMENTO DE 60A P/QUADROS DE DISTRIBUIÇÃO	2,00	m	23,74	29,20	58,40	0,07%
4.19	FDE	09.05.064	BARRAMENTO DE 100A P/QUADROS DE DISTRIBUIÇÃO	2,00	m	39,97	49,16	98,32	0,12%
4.20	FDE	09.08.029	INTERRUPTOR DE 1 TECLA BIPOLAR EM CAIXA 4"X2" - ELETROD. PVC FLEXÍVEL Ø 25MM.	20,00	un	148,41	182,54	3.650,80	4,58%
4.21	FDE	09.08.033	2 INTERRUPTORES 1 TECLA BIPOLAR EM CAIXA 4"X4 - ELETROD. PVC Ø 25MM AMARELO.	20,00	un	228,01	280,45	5.609,00	7,04%

4.22	CDHU	40.05.020	INTERRUPTOR DE 1 TECLA SIMPLES CAIXA 4"X2"	20,00	un	33,30	40,96	819,20	1,03%
4.23	CDHU	40.05.040	INTERRUPTOR 2 TECLAS SIMPLES CAIXA DE 4"X2"	20,00	un	44,20	54,37	1.087,40	1,36%
4.24	CDHU	40.05.060	INTERRUPTOR 3 TECLAS SIMPLES CAIXA 4"X2"	20,00	un	54,83	67,44	1.348,80	1,69%
4.25	FDE	09.08.063	2 INTERRUPTORES DE 1 TECLA EM CAIXA 4"X4"-ELETRODUTO DE PVC	20,00	un	243,82	299,90	5.998,00	7,53%
4.26	FDE	09.10.023	CENTRO DE LUZ EM PERFILADO-TOMADA DE LIGACAO - ELETROD. PVC Ø 25MM AMARELO.	20,00	un	373,74	459,70	9.194,00	11,54%
4.27	FDE	09.82.095	PERFILADO EM CHAPA DE ACO 38X38MM	20,00	m	50,99	62,72	1.254,40	1,57%
4.28	FDE	09.84.004	INTERRUPTOR PARALELO	50,00	un	21,06	25,90	1.295,00	1,62%
4.29	CDHU	40.04.450	TOMADA 2P+T PADRAO NBR 14136 CORRENTE 10A-250V	20,00	un	29,59	36,40	728,00	0,91%
4.30	CDHU	40.04.460	TOMADA 2P+T PADRAO NBR 14136 CORRENTE 20A-250V	20,00	un	30,67	37,72	754,40	0,95%
4.31	FDE	09.62.012	RETIRADA DE PERFILADOS	20,00	m	21,84	26,86	537,20	0,67%
4.32	CDHU	38.20.040	Recolocação de eletrodutos	50,00	M	55,83	68,67	3.433,50	4,31%
5			LOTE 5 - CALHAS					R\$ 49.165,75	4,43%
5.1	FDE	08.82.061	SOLDA E REBITAGEM EM CALHAS DE CHAPA GALVANIZADA	50,00	m	98,08	120,64	6.032,00	7,57%
5.2	FDE	11.04.004	JUNTAS DE DILATACAO/MASTIQUE ELASTICO OU POLIURETANO	10000,00	cm³	0,27	0,33	3.300,00	4,14%
5.3	CDHU	16.33.052	Calha, rufo, afins em chapa galvanizada nº 24 - corte 0,50 m	50,00	m	161,13	198,19	9.909,50	12,43%
5.4	CDHU	16.33.062	Calha, rufo, afins em chapa galvanizada nº 24 - corte 1,00 m	50,00	m	244,10	300,24	15.012,00	18,84%
5.5	CDHU	04.30.020	Remoção de calha ou rufo	50,00	m	5,22	6,42	321,00	0,40%
5.6	FDE	08.82.055	LIMPEZA SIMPLES EM CALHAS METALICAS	1620,00	m	4,15	5,10	8.262,00	10,37%
5.7	FDE	15.03.061	FACE INTERNA DE CALHAS COM TINTA BETUMINOSA	20,00	m	10,73	13,20	264,00	0,33%
5.8	FDE	15.03.060	FACE EXTERNA DE CALHAS/CONDUTORES COM TINTA SINTETICA (ESMALTE)	20,00	m	17,18	21,13	422,60	0,53%
5.9	SIURB	10070032	RECOLOCAÇÃO DE CALHAS, RUFOS OU RINCÕES EM CHAPA METÁLICA	50,00	m	74,52	91,66	4.583,00	5,75%
5.10	FDE	08.12.008	LIGACAO CALHA CONDUTOR DE CHAPA ACO GALVANIZADO N.24 DIAMETRO DE 4"	5,00	un	88,62	109,00	545,00	0,68%
5.11	FDE	08.12.007	LIGACAO CALHA CONDUTOR DE CHAPA ACO GALVANIZADO N.24 DIAMETRO DE 3"	5,00	un	83,68	102,93	514,65	0,65%
			(BDI 23 % incluso nos preços unitários)	TOTAL				R\$ 1.109.936,12	100%

ANEXO VIII

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO" UNESP –
ADMINISTRAÇÃO GERAL DO CAMPUS DE BOTUCATU****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****N.º XX/2026 – AG**

A **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO" UNESP**, por meio da **ADMINISTRAÇÃO GERAL DO CAMPUS DE BOTUCATU**, com sede na Rua Prof. Dr. Mauro Rodrigues de Oliveira, s/nº, Bairro: UNESP – Câmpus de Botucatu, na Cidade de Botucatu, no Estado de São Paulo, CEP: 18.618-688, inscrita no CNPJ sob o nº 48.031.918/0002-05, neste ato representada pelo Senhor Professor Titular Mario de Beni Arrigoni, nomeado pela Portaria Unesp de, publicada no DOE, inscrito no CPF sob o nº, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, considerando o resultado obtido conforme o processo administrativo n.º 21/2026-AG, resolve celebrar a presente ATA de REGISTRO DE PREÇOS, procedendo ao registro dos preços do fornecedor indicado e qualificado nesta ata, de acordo com a classificação por ele alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo às condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, c/c o Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais preceitos da legislação aplicável, e em conformidade com as disposições a seguir, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

- 1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual XXXXXX, conforme o detalhamento e as especificações técnicas constantes da documentação que constitui Anexo do Edital de Pregão Eletrônico nº 9000X/2026-AG, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

- 2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade máxima de cada item que poderá ser contratada, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor: CNPJ Endereço: CEP- E-mail Tel.: Representante: Conta bancária:

ITEM	FONTE	CÓD.	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	QTDE	UNID.	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo desta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão ou entidade gerenciadora será a ADMINISTRAÇÃO GERAL DO CAMPUS DE BOTUCATU.

3.2. Além do órgão ou entidade gerenciadora, não há órgãos ou entidades participantes do registro de preços:

Endereços de execução
AG – Administração Geral do Câmpus – UNESP - Câmpus de Botucatu CNPJ: 48.031.918/0002-05 Endereço eletrônico: materiais.btu@unesp.br Endereço: Rua Professor Doutor Mauro Rodrigues de Oliveira, s/nº, Botucatu/SP - CEP 18618-688 Fazenda Experimental Lageado – UNESP - Câmpus de Botucatu CNPJ: 48.031.918/0021-78 Endereço eletrônico: materiais.fca@unesp.br * Endereço: Fazenda Experimental Lageado, Av. Universitária, nº 3780, Altos de Paraíso, Botucatu/SP - CEP 18610-034.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão a esta ata de registro de preços, conforme justificativa apresentada no estudo técnico preliminar.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. O prazo de vigência e validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de termo aditivo para prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços, haverá quantitativo adicional equivalente ao quantitativo originalmente registrado, de modo que, no período de vigência da prorrogação, poderá haver contratação de quantidade equivalente ao quantitativo originalmente registrado e da eventual quantidade ainda não contratada do quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. A contratação decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e serão observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

- 5.1.3. Na formalização do instrumento da contratação deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 5.2. A formalização da contratação com os fornecedores registrados nesta ata de registro de preços deverá ocorrer no prazo de validade deste instrumento.
- 5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.4. As contratações respeitarão a ordem de classificação dos fornecedores registrados nesta ata.
- 5.5. O registro de fornecedores incluído nesta ata na forma de anexo, quando for o caso, consiste na formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6. A habilitação do(s) fornecedor(es) que compõe(m) o cadastro de reserva na hipótese a que se refere o item 5.5, será(ão) efetuada(s) quando houver necessidade de contratação do(s) fornecedor(es) remanescente(s), por impossibilidade de atendimento da demanda pelo signatário da ata, observada a disciplina estabelecida nesta ata e no instrumento convocatório mencionado no item 1.1.
- 5.7. O preço registrado, com indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência desta ata de registro de preços.
- 5.8. Caso se caracterize hipótese de impossibilidade de atendimento da demanda pelo signatário da ata de que trata o item 5.6, observado o disposto no referido item, ficará facultado à Administração convocar os fornecedores remanescentes do cadastro de reserva, quando houver, na ordem de classificação, para contratação nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.8.1. Na hipótese de nenhum dos fornecedores que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nas condições propostas pelo primeiro classificado nos termos da subdivisão acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização na forma prevista na documentação que integra o instrumento convocatório mencionado no item 1.1, poderá:
- 5.8.1.1. Convocar para negociação os fornecedores remanescentes que mantiveram sua proposta original, quando houver, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- 5.8.1.2. Adjudicar e celebrar a contratação nas condições ofertadas pelos fornecedores remanescentes, observado o disposto neste item 5 e a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 5.9. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.
- 5.10. No prazo de validade deste instrumento, o(s) órgão(s) ou entidade(s) participante(s) não participará(ão) em outra ata de registro de preços com o mesmo objeto, salvo na hipótese do inciso VIII do caput do art. 82 da Lei nº 14.133, de 2021, quando for o caso.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do(s) item(ns) registrado(s), nas seguintes situações:

- a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou da superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

6.2. É previsto reajustamento dos preços registrados nesta ata, observados os mesmos critérios estabelecidos no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 para o reajustamento dos preços de eventual contratação dela decorrente.

6.2.1. Caso seja realizado reajustamento dos preços desta ata, somente caberá reajustamento dos preços de eventual contratação dela decorrente se forem observados os requisitos especificados no respectivo instrumento, e for ultrapassado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado a partir dos efeitos do reajustamento dos preços desta ata. No caso de reajustamento(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos do último reajustamento.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Quando, por motivo superveniente, o preço registrado se tornar superior àquele praticado no mercado, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a sua redução.

7.1.1. Quando for exitosa a negociação a que alude a subdivisão acima, o órgão ou entidade gerenciadora comunicará o novo preço aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que realizem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.2. O fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas, caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado.

7.1.2.1. Na hipótese prevista na subdivisão acima, o órgão ou entidade gerenciadora convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item 9.1.3.

7.1.2.1.1. O órgão ou entidade gerenciadora cancelará a ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 9.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa, caso, nas negociações a que alude a subdivisão acima, os fornecedores do cadastro de reserva não aceitem reduzir seus preços aos valores de mercado.

7.2. Quando o preço praticado no mercado se tornar superior ao preço registrado, o fornecedor poderá requerer ao órgão ou entidade gerenciadora a alteração do preço registrado, desde que observe os requisitos especificados no item 7.2.1.

7.2.1. O requerimento a que alude o item 7.2 deverá observar o disposto no item 6.1 e estar acompanhado de:

- a) prova de fato superveniente que impossibilite o cumprimento do compromisso registrado nesta ata;

b) documentação comprobatória da inviabilidade de manutenção do preço registrado.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação dos requisitos especificados nos itens 7.2 e 7.2.1:

- a) o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora;
- b) o fornecedor deverá cumprir o compromisso registrado na ata sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, em especial aquelas previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.3. Quando realizado o cancelamento do registro do fornecedor a que alude a alínea "b" do item 7.2.2, o órgão ou entidade gerenciadora convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.6.

7.2.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora cancelará a ata de registro de preços, nos termos do item 9.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa, caso não obtenha êxito nas negociações a que alude a subdivisão acima.

7.2.4. Quando forem comprovados os requisitos estabelecidos nos itens 7.2 e 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora:

- a) alterará o preço registrado, observados os valores praticados pelo mercado, no limite do impacto causado pelos fatos supervenientes ensejadores da inviabilidade de manutenção do preço inicial;
- b) comunicará o novo preço aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratos decorrentes desta ata de registro de preços, para eventual alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nesta ata de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou entidades participantes do registro de preços e, caso seja admitida a adesão no item 4 deste instrumento, órgãos ou entidades não participantes, nas seguintes condições:

- a) de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- b) de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, caso seja admitida a adesão no item 4 deste instrumento, hipótese em que serão observados os limites previstos no art. 86 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para fins do remanejamento.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora somente autorizará o remanejamento solicitado que seja justificado pelo solicitante, se houver prévia anuência do fornecedor e do órgão ou entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O órgão ou entidade gerenciadora cancelará o registro do fornecedor quando este:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

- b) se recusar a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração sem justificativa aceitável;
 - c) não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 7.2.2; ou
 - d) for apenado com sanção prevista no inciso III do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, aplicada no âmbito da Administração Pública do Estado de São Paulo, ou sanção prevista no inciso IV do caput do mesmo artigo.
- 9.1.1. Na hipótese a que alude a alínea "d" da subdivisão anterior, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência desta ata de registro de preços, o órgão ou entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, sendo vedadas novas contratações derivadas desta ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 9.1.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
- 9.1.3. Quando for cancelado o registro do fornecedor, o órgão ou entidade gerenciadora poderá convocar os fornecedores que compõem o cadastro de reserva, observados a ordem de classificação e o disposto no item 5.6.
- 9.1.4. O órgão ou entidade participante deverá informar ao órgão ou entidade gerenciadora qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para
- 9.2. O órgão ou entidade gerenciadora poderá, justificadamente, cancelar, total ou parcialmente, os preços registrados nesta ata de registro de preços:
- a) por razão de interesse público;
 - b) a pedido do fornecedor, à vista de prova da ocorrência superveniente de caso fortuito ou força maior que impossibilitem o cumprimento do compromisso registrado; ou
 - c) se não houver êxito nas negociações, nos termos dos itens 7.1.2.1.1 e 7.2.3.1.

10. DAS PENALIDADES

- 10.1. O descumprimento desta Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no instrumento convocatório mencionado no item 1.1, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
- 10.1.1. As sanções cabíveis também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.
- 10.2. É da competência do órgão ou entidade gerenciadora, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.
- 10.3. É da competência do respectivo órgão ou entidade participante, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

- 10.4. O órgão ou entidade participante deverá informar ao órgão ou entidade gerenciadora as ocorrências de que trata o item 9.1.4, para a finalidade indicada nessa disposição.

11. CONDIÇÕES GERAIS

- 11.1. Os fornecedores registrados nesta ata de registro de preços estarão obrigados a celebrar as contratações que dela poderão advir nas condições estabelecidas, observado o disposto no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 e neste instrumento.
- 11.1.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a celebrar contratações decorrentes desta ata de registro de preços, observando-se o disposto no item 5.9.
- 11.2. A contratação com os fornecedores registrados nesta ata será formalizada pelo órgão ou entidade interessada mediante a emissão de nota de empenho.
- 11.2.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo fornecedor para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, o órgão ou entidade interessada verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- 11.2.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o fornecedor será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.
- 11.2.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do fornecedor no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais-CADIN ESTADUAL". Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.
- 11.2.4. Com a finalidade de verificar se o fornecedor mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no instrumento convocatório mencionado no item 1.1.
- 11.2.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:
- 11.2.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que o fornecedor, à época do certame, houver se comprometido a exibir por ocasião da celebração da contratação por meio de declaração específica, caso exigida na documentação que integra como Anexo o instrumento convocatório mencionado no item 1.1;
- 11.2.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o fornecedor com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa.
- 11.3. O fornecedor terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

- 11.3.1. O prazo para formalização da contratação previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração;
- 11.3.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.
- 11.3.3. A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica o reconhecimento pelo fornecedor:
- 11.3.3.1. de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
 - 11.3.3.2. de que está vinculado às previsões contidas no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 e seus Anexos e à sua proposta;
 - 11.3.3.3. de que se aplicam às omissões as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990, e princípios gerais dos contratos;
 - 11.3.3.4. de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021;
 - 11.3.3.5. dos direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021;
 - 11.3.3.6. de que as condições de habilitação e contratação consignadas no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação.
 - 11.3.3.7. de que serão observados a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025, e as vedações constantes do Decreto estadual nº 68.829, de 2024, e dos artigos 14 e 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.4. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos na documentação que integra o instrumento convocatório mencionado no item 1.1.
- 11.5. O prazo de entrega dos serviços é de até 90 (Noventa) dias, contados do envio da Nota de Empenho, sob demanda.**

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 01 (uma) via, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelo representante do órgão ou entidade gerenciadora e pelo representante do fornecedor registrado, e por testemunhas, todos abaixo identificados.

[Local], [dia] de [mês] de [ano]. OU [Local], data da última assinatura eletrônica das partes.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Anexo

Cadastro de Reserva

Obedecendo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar o(s) item(ns) com preços iguais aos do adjudicatário:

Fornecedor: _____ (nome empresarial ou denominação, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)								
Item	Especificação	Marca (se aplicável conforme Edital/ Aviso)	Modelo (se aplicável conforme Edital/ Aviso)	Unidade	Quantidade máxima a ser cotada	Quantidade mínima a ser cotada	Valor Unitário	Prazo de garantia ou validade (se aplicável conforme Edital/ Aviso)

Obedecendo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Fornecedor: _____ (nome empresarial ou denominação, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)								
Item	Especificação	Marca (se aplicável conforme Edital/ Aviso)	Modelo (se aplicável conforme Edital/ Aviso)	Unidade	Quantidade máxima a ser cotada	Quantidade mínima a ser cotada	Valor Unitário	Prazo de garantia ou validade (se aplicável conforme Edital/ Aviso)